

Anais do

VII Congresso Brasileiro de **Direito Socioambiental**



CADERNO DE RESUMOS

Volume 4
2018

CEPEDIS
Centro de Pesquisa e Extensão
em Direito Socioambiental

VII CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO SOCIOAMBIENTAL

Seminário de Pesquisa: Caracteres do Constitucionalismo Andino no Estado Socioambiental de Direito

18 a 20 de setembro de 2018

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO AGRÁRIO UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

Comissão Organizadora

Carlos Frederico Marés de Souza Filho
Helene Sivini Ferreira
Liana Amin Lima da Silva
Manuel Munhoz Caleiro
Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega

Coordenação dos Grupos de Trabalho

Amanda Ferraz da Silveira
Ana Maria de Carvalho
Anibal Alejandro Rojas Hernandez
Carlos Frederico Marés de Souza Filho
Helene Sivini Ferreira
Ingrid Cristina Soares Silva
Izadora Nogueira dos Santos Muniz
Juliana Pedro
Lenir Correia Coelho
Liana Amin Lima da Silva
Manuel Munhoz Caleiro
Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega
Nadia Teresinha da Mota Franco
Rosely Aparecida Stefanos Pacheco
Vercilene Francisco Dias

Comitê Científico

Antônio Carlos Sant'Anna Diegues
Bartira Macedo de Miranda Santos
Bruce Gilbert
Carlos Frederico Marés de Souza Filho
Clarissa Bueno Wandscheer
Fernando Antônio de Carvalho Dantas
Helene Sivini Ferreira
Joaquim Shiraishi Neto
Jorge Ramón Montenegro Gómez
José Rubens Morato Leite
Juliana Santilli (*in memoriam*)
Katya Regina Isaguirre
Liana Amin Lima da Silva
Manuel Munhoz Caleiro
Marcos Augusto Maliska
Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega
María Magdalena Gómez Rivera
María Teresa Sierra Camacho
Rabah Belaidi
Rosember Ariza Santamaria

www.direitosocioambiental.org

Realização



Apoio



Centro de Pesquisa e Extensão em Direito Socioambiental
Rua Imaculada Conceição, 1155, Bloco Vermelho, Prado Velho
Curitiba, Paraná, Brasil - CEP 80.215-901
www.direitosocioambiental.org
contato@direitosocioambiental.org

Periodicidade anual

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central

C749a
2018

Congresso Brasileiro de Direito Socioambiental (7. : 2018 set. 18-20 : Goiânia, GO)

Anais do VII Congresso Brasileiro de Direito Socioambiental. – Curitiba : CEPEDIS, 2018.

120 p. (Caderno de resumos ; v. 4)

ISSN: 2595-6221

Resumo dos trabalhos apresentados no VII Congresso Brasileiro de Direito Socioambiental realizado de 18 a 20 de setembro de 2018 na UFG

1. Direito ambiental – Congressos. I. Centro de Pesquisa e Extensão em Direito Socioambiental. II. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Direito Econômico e Socioambiental.

Dóris 4. Ed. – 341.347



SUMÁRIO

GRUPO DE TRABALHO I

BIODIVERSIDADE, ESPAÇOS PROTEGIDOS E ETNOCONSERVAÇÃO 18

A TUTELA DOS ESPAÇOS PROTEGIDOS E A MITIGAÇÃO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

LEGAL PROTECTION TO PROTECTED SITES AND THE CLIMATE CHANGE MITIGATION

Giovanna Hallage Coltri 19

ACESSO A MEDICAMENTOS A QUILOMBOLAS E POVOS INDÍGENAS CONFORME A BIODIVERSIDADE BRASILEIRA

ACCESS TO MEDICINES TO KILOMBOLS AND INDIGENOUS PEOPLES ACCORDING TO BRAZILIAN BIODIVERSITY

Caroline Regina dos Santos

Nivaldo dos Santos..... 20

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: TEKOA KUARAY HAXA

CONFLICTOS SOCIOAMBIENTALES EN UNIDADES DE CONSERVACIÓN: TEKOA KUARAY HAXA

Gisele Jabur 21

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A TUTELA DO “OURO VERDE” NACIONAL FACE À BIOPIRATARIA

SUSTAINABLE DEVELOPMENT: THE GUARANTEE OF THE NATIONAL “GREEN GOLD” FACE TO BIOPIRATARIA

Kyonara Passos Gomes

Italo Tiago Farias Machado 22

ESTREITAMENTO TERRITORIAL PROVOCADO POR UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAPÁ/BRASIL

TERRITORIAL NARROWING CAUSED BY CONSERVATION UNITS IN THE COUNTIES OF THE STATE OF AMAPÁ/BRAZIL

Ricardo Ângelo Pereira De Lima

Maria Emília Oliveira Chaves 24

EXPEDIÇÕES FLUVIAIS PELA BACIA DO JURUENA COMO ESTRATÉGIA DE FORMAÇÃO POLÍTICA

RIVER EXPEDITIONS BY THE JURUENA RIVER BASIN AS A STRATEGY FOR INDIGENOUS POLITICAL FORMATION

Tarcísio da Silva Santos Júnior

Andreia Fanzeres 25

O DIREITO À CIDADE COMO MITIGAÇÃO DAS OCUPAÇÕES IRREGULARES EM ÁREAS AMBIENTALMENTE PROTEGIDAS: IMPACTOS AMBIENTAIS NA ÁREA DE MANGUEZAL EM SÃO LUÍS/MA

THE RIGHT TO THE CITY AS MITIGATION OF THE IRREGULAR OCCUPATIONS IN ENVIRONMENTAL PROTECTED AREAS: ENVIRONMENTAL IMPACTS IN THE MANGROVE AREA OF SÃO LUÍS/MA

Felipe Cristian Campos Souza 27

O PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO DO RETROCESSO EM MATÉRIA AMBIENTAL E SUA APLICABILIDADE NO BRASIL

THE PRINCIPLE OF RETENTION SEALING IN ENVIRONMENTAL MATTER AND ITS APPLICABILITY IN BRAZIL

Giovanni Martins De Araújo Mascarenhas 28

TERRITORIALIDADES GUARANI E ESPAÇOS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

TERRITORIALIDADES GUARANÍ Y ESPACIOS DE PROTECCIÓN AMBIENTAL

Manuel Munhoz Caleiro

Carlos Frederico Marés De Souza Filho

Bartomeu Melià, SJ 30

GRUPO DE TRABALHO II

NATUREZA, POVOS E SOCIEDADE DO RISCO 32

A PULVERIZAÇÃO DE AGROTÓXICOS EM TERRAS INDÍGENAS: OS DIVERSOS MEIOS DE EXTERMÍNIO NA SOCIEDADE DE RISCO

THE SPRAYING OF AGROCHEMICALS ON INDIGENOUS LANDS: VA-

RIOUS WAYS OF EXTERMINATION IN THE RISK SOCIETY

Heidi Michalski Ribeiro

Eduarda Muccini

Valeriana Augusta Broetto 33

A TUTELA JURÍDICA DA PÓS MODERNIDADE E O PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO NOS CRIMES AMBIENTAIS

THE POSTMODERNITY LEGAL PROTECTION AND THE PRECAUTIONARY PRINCIPLE AT ENVIRONMENTAL CRIME

Jonas Augusto de Freitas 34

APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL NA SOLUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIOAMBIENTAIS LOCAIS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A REVITALIZAÇÃO DO CÓRREGO CALÇÃO COURO

APPLICATION OF ENVIRONMENTAL LEGISLATION IN THE SOLUTION OF LOCAL SOCIO-ENVIRONMENTAL INEQUALITIES: A CASE STUDY ON THE REVITALIZATION OF THE STREAM QUARTER LEATHER

Vanderlei Luiz Weber

Thiago Brito Steckelberg 35

APLICAÇÃO DA VALORAÇÃO AMBIENTAL COMO MECANISMO DE CORREÇÃO AMBIENTAL

APPLICATION OF ENVIRONMENTAL VALUATION AS A ENVIRONMENTAL CORRECTION MECHANISM

Mileyde Paulino Alves de Lima

Francisco Roberto Dias de Freitas

Rosa Maria de Medeiros Marinho Dias..... 37

CONFLITO SOCIOAMBIENTAL URBANO NA COMUNIDADE RIBEIRÃO DOS PADILHAS, EM CURITIBA-PR: A INSTRUMENTALIZAÇÃO DO RISCO COMO ARGUMENTO LEGITIMADOR DO RACISMO AMBIENTAL

CONFLICTO SOCIOAMBIENTAL URBANO EN LA COMUNIDAD RIBEIRÃO DOS PADILHAS, EN CURITIBA-PR: LA INSTRUMENTALIZACIÓN DEL RIESGO COMO ARGUMENTO LEGITIMADOR DEL RACISMO AMBIENTAL

Mariana Auler

Valéria Fiori

Jaqueline Pereira de Andrade 38

DA PACHAMAMA AO DIREITO DOS ANIMAIS, A PARTIR DAS COSMOVISÕES DOS POVOS ANTIGOS

FROM THE MOTHER NATURE TO THE RIGHT OF ANIMALS, FROM THE COSMOVISIONS OF THE ANCIENT PEOPLES

Pedro Henrique Faria Martins

Carla Fernanda Rodrigues Dias

Danilo Alves da Cruz 40

IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS E MINERAÇÃO NA AMAZÔNIA ORIENTAL: DA PRODUÇÃO DE RIQUEZAS À DISTRIBUIÇÃO DOS RISCOS

SOCIO-ENVIRONMENTAL IMPACTS AND MINING IN THE EASTERN AMAZON: FROM THE PRODUCTION OF RICHES TO THE DISTRIBUTION OF RISK

Amanda Ferraz da Silveira

Helene Sivini Ferreira 41

MOBILIDADE HUMANA FORÇADA NA CIDADE MORADA NOVA DE MINAS – IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS CAUSADOS PELA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE TRÊS MARIAS

FORCED HUMAN MOBILITY IN THE CITY MORADA NOVA DE MINAS – SOCIAL AND ENVIRONMENTAL IMPACTS CAUSED BY CONSTRUCTION OF THE TRÊS MARIAS DAM

Mônica Thais Souza Ribeiro

Danuta Rafaela Nogueira de Souza Calazans 42

O SEGURO AGRÁRIO E O OCULTAMENTO DE RISCOS NA SOCIEDADE MODERNA

EL SEGURO AGRÁRIO Y EL OCULTAMIENTO DE RIESGOS EN LA SOCIEDAD MODERNA

Alexandrina Benjamin Estevão de Farias 44

RESISTÊNCIA POPULAR PARA SALVAGUARDA O PATRIMÔNIO AMBIENTAL: O CASO DO LICENCIAMENTO DE UMA USINA TERMOELÉTRICA NA MATA ATLÂNTICA – PERUÍBE, LITORAL SUL DE SÃO PAULO

RESISTENCIA POPULAR PARA SALVAGUARDIA EL PATRIMONIO AMBIENTAL: EL CASO DEL LICENCIAMIENTO DE UNA USINA TERMOELÉTRICA EN LA MATA ATLÁNTICA - PERUÍBE, LITORAL SUR DE SÃO PAULO

Katia Maria Pacheco dos Santos	
André Dainese Ichikawa	45

SOCIEDADE DE RISCO E PLANO DIRETOR: PLANO DIRETOR COMO INSTRUMENTO DE PROTEÇÃO JURÍDICA DO MEIO AMBIENTE URBANO

SOCIETY OF RISK AND DIRECTOR PLAN: DIRECTOR PLAN AS AN INSTRUMENT OF LEGAL PROTECTION OF THE URBAN ENVIRONMENT

Lorena Tôrres de Arruda	
Alexandre Nascimento Pinheiro	
Thainá Tôrres de Arruda	47

VULNERABILIDADE DO ENTORNO HUMANO PÓS 30 ANOS DO ACIDENTE RADIOLOGICO EM GOIANIA

VULNERABILIDAD DEL ENTORNO HUMANO POST 30 AÑOS DEL ACCIDENTE RADIOLOGICO EN GOIANIA

Angela Maria Aires Teixeira	48
-----------------------------------	----

**GRUPO DE TRABALHO III
INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E OUTROS POVOS TRADICIONAIS 50**

ANÁLISE TEXTUAL DO SABER CIENTÍFICO PRODUZIDO SOBRE POVOS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

TEXTUAL ANALYSIS OF THE SCIENTIFIC KNOWLEDGE PRODUCED ON INDIGENOUS PEOPLES, QUILOMBOLAS AND TRADITIONAL COMMUNITIES

Juliana da Silva Matos	51
------------------------------	----

A AUSÊNCIA DE CONSULTA PRÉVIA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS E SEUS IMPACTOS: UMA ANÁLISE ACERCA DA CONSTRUÇÃO DE PROTOCOLOS DE CONSULTA COMUNITÁRIOS NO ESTADO DE GOIÁS

THE ABSENCE OF PRELIMINARY CONSULTATION OF QUILOMBOLA COMMUNITIES AND THEIR IMPACTS: AN ANALYSIS ABOUT THE CONSTRUCTION OF COMMUNITY CONSULTATION PROTOCOLS IN

Juliete Prado de Faria	52
------------------------------	----

A IMPORTÂNCIA DA ELABORAÇÃO DOS PROTOCOLOS DE CONSULTA NA PROTEÇÃO DOS DIREITOS DAS COMUNIDADES DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA ÁGUAS DO VELHO CHICO/OROCÓ/PE

LA IMPORTANCIA DE LOS PROTOCOLOS DE CONSULTA Y CONSENTIMIENTO LIBRE, PREVIO E INFORMADO PARA LA GARANTÍA Y EFECTIVIDAD DE LOS DERECHOS DE LAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DEL TERRITORIO QUILOMBOLA AGUAS DEL VIEJO CHICO/ OROCÓ, PE

Jeferson da Silva Pereira

Oriel Rodrigues de Moraes	53
---------------------------------	----

A TERRA SOB A PERSPECTIVA INDÍGENA E O JULGAMENTO DO CASO DA RAPOSA SERRA DO SOL PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

THE LAND UNDER INDIGENOUS PERSPECTIVE AND THE JUDMENT OF THE CASE RAPOSA SERRA DO SOL BY THE SUPREME COURT IN BRAZIL (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL)

Marcela Rodrigues Calixto

José Querino Tavares Neto	54
---------------------------------	----

A PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS NO PLANEJAMENTO TERRITORIAL MUNICIPAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

THE PARTICIPATION OF INDIGENOUS PEOPLES IN MUNICIPAL TERRITORIAL PLANNING: CHALLENGES AND PERSPECTIVES

Gabriel Queiroz de Camargo

Juliana Adono da Silva	56
------------------------------	----

A PROTEÇÃO JURÍDICA DA TERRITORIALIDADE QUILOMBOLA FRENTE À CONSTRUÇÃO DA PCH SANTA MÔNICA NA REGIÃO KALUNGA

LA PROTECCIÓN JURÍDICA DE LA TERRITORIALIDAD QUILOMBOLA FRENTE A LA CONSTRUCCIÓN DE LA PCH SANTA MÓNICA EN LA REGIÓN KALUNGA

Izadora Nogueira dos Santos Muniz

Vercilene Francisco Dias

Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega	57
---	----

COMUNIDADES PESQUEIRAS E DIREITOS TERRITORIAIS NAS BAR-

RANCAS DO RIO SÃO FRANCISCO

COMUNIDADES PESQUERAS Y DERECHOS TERRITORIALES EN LAS BARRANCAS DEL RIO SÃO FRANCISCO

Letícia Aparecida Rocha

Erina Batista Gomes 59

CONFLITO AGRÁRIO NAS TERRAS TRADICIONALMENTE OCUPADAS PELOS POVOS INDÍGENAS GUARANI KAIOWÁ E A POSIÇÃO DO JUDICIÁRIO

AGRARIAN CONFLICT ON TRADITIONALLY OCCUPIED LANDS BY GUARANI KAIOWÁ INDIGENOUS PEOPLES AND THE POSITION OF THE JUDICIARY

Yasmine Altimare da Silva 60

EDUCAÇÃO E IDENTIDADE EM COMUNIDADES CAIÇARAS – O CASO DE ILHABELA-SP

EDUCATION AND IDENTITY IN CAIÇARA COMMUNITIES - THE CASE OF ILHABELA-SP

Clarissa Nogueira Mariotti 62

IDENTIDADES ÉTNICAS EM JUÍZO: A IDENTIDADE ÉTNICA INDÍGENA NA VISÃO DOS TRIBUNAIS ESTADUAIS DA REGIÃO NORTE

ETHNIC IDENTITIES IN JUDGEMENT: THE INDIGENOUS ETHNICITY IN THE VIEW OF THE STATE COURTS OF THE NORTHERN REGION

Daize Fernanda Wagner

Jéssica Araújo do Carmo

Mário Guilherme Corrêa Jennings..... 63

MARÁIWATSÉDÉ: A TRAJETÓRIA JURÍDICA DE RECONQUISTA DO TERRITÓRIO XAVANTE NO NORTE ARAGUAIA

MARIWATSÉDÉ: THE LEGAL TRAJECTORY OF RECONQUEST OF THE XAVANTE TERRITORY IN NORTH ARAGUAIA

Kennia Dias Lino 64

MARCO TEMPORAL E SUA APLICABILIDADE NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

TIME MILESTONE AND ITS APPLICABILITY IN THE BRAZILIAN LEGAL SYSTEM

José Robson da Silva

Rachel Dantas Libois..... 66

O ETNODESENVOLVIMENTO COMO ALTERNATIVA DE AUTOGESTÃO PARA AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

THE ETHNODEVELOPMENT AS AN ALTERNATIVE FOR SELF-DETERMINATION FOR THE QUILOMBOLA COMMUNITIES

Liliane Pereira de Amorim

Débora Duarte Nascimento 67

O RACISMO AMBIENTAL NA IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS HIDRELÉTRICOS NO BRASIL FRENTE AOS POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

ENVIRONMENTAL RACISM IN THE IMPLEMENTATION OF HYDROELECTRIC PROJECTS IN BRAZIL IN RELATION TO INDIGENOUS PEOPLES AND TRADITIONAL COMMUNITIES

Juliana Monteiro Pedro

Adriele Fernanda Andrade Précoma

Célia Souza da Costa 69

O RECONHECIMENTO DO DIREITO À LIVRE CIRCULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS TRANSFRONTEIRIÇOS EM TERRAS DE OCUPAÇÃO ORIGINÁRIA E A LEI DE MIGRAÇÃO

JEKU'AYPY JOJAH AARYPYKOTY JEAHA TE'YKUERA PEHENGUE NHE-MO'INDY'YPY HÁ JEJOPY ROMI

EL RECONOCIMIENTO DEL DERECHO A LA LIBRE CIRCULACIÓN DE LOS PUEBLOS INDÍGENAS TRANSFRONTERIZOS EN TIERRAS DE OCUPACIÓN ORIGINÁRIA Y LA LEY DE MIGRACIÓN

Rosely A. Stefanés Pacheco

Gilmar Rio

Carlos Gabriel Stefanés Pacheco 70

OS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS DOS POVOS INDÍGENAS E A REGULAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO SOB AS PERSPECTIVAS DECOLONIAIS'

LOS CONOCIMIENTOS TRADICIONALES DE LOS PUEBLOS INDÍGENAS Y LA REGULACIÓN DEL ESTADO BRASILEÑO BAJO LAS PERSPECTIVAS DECOLONIALES

Jéssica Nascimento de Sousa 72

POSSE E PROPRIEDADE: A FUNÇÃO SOCIAL DA TERRA PARA OS PO-

VOS INDÍGENAS

POSESIÓN Y PROPIEDAD: LA FUNCIÓN SOCIAL DE LA TIERRA A LOS PUEBLOS INDÍGENAS

Fernando Antonio de Carvalho Dantas

Roberta Caiado de Castro Oliveira 73

POVOS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E CATADORAS DE MANGABA: OS DESAFIOS QUE ENFRENTAM EM CONSEGUIR LEGALIZAR AS TERRAS QUE LHE SÃO DE DIREITO

INDIGENOUS PEOPLES, QUILOMBOLAS AND MANGABA CATADORS: THE CHALLENGES THAT FACE IN GETTING LEGALIZE THE LANDS THAT ARE IT

Ìngridy Coelho Neves 75

RIOS NA AMAZÔNIA ESTANCADOS POR BARRAGENS DE HIDRELÉTRICAS: AMEAÇAS CONTRA AS BACIAS DOS RIOS JURUENA E TELES PIRES, SUAS VIDAS E SUAS CULTURAS

RIOS EN LA AMAZONIA ESTANCADOS POR BARRAGENS DE HIDRELÉTRICAS: AMENAZAS CONTRA LAS CUENCAS DE LOS RÍOS JURUENA Y TELES PIRES, SUS VIDAS Y SUS CULTURAS

Andreia de Matos Peixoto Fanzeres

Marta Tipuici Manoki 76

VIA DE MÃO DUPLA - ENTRE O DESENVOLVIMENTO(ISMO) E OS IMPACTOS SÓCIOAMBIENTAIS: ANÁLISE DOS CONFLITOS ENVOLVENDO A DUPLICAÇÃO DA RODOVIA BR 135- TRECHO MARANHÃO À DINÂMICA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

VIA DE MANO DOBLE - ENTRE EL DESARROLLO (ISMO) Y LOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTALES: ANÁLISIS DE LOS CONFLICTOS INVOLUCRANDO LA DUPLICACIÓN DE LA CARRETERA BR 135- TRECHO MARANHÃO A LA DINÁMICA DE LAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Larissa Carvalho Furtado Braga Silva

Thiago Vital Silva Costa 77

GRUPO DE TRABALHO IV

NATUREZA E POVOS NAS CONSTITUIÇÕES LATINO-AMERICANAS 80

O CAMINHO DA DESCENTRALIZAÇÃO E DA GESTÃO COMPARTILHADA DAS ÁGUAS NO BRASIL: LIMITES DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

THE ROAD TO DECENTRALIZATION AND SHARED WATER MANAGEMENT IN BRAZIL: LIMITS OF SOCIAL PARTICIPATION

Edwiges C. Carvalho Corrêa 81

O MEIO AMBIENTE EQUILIBRADO ENQUANTO GARANTIA FUNDAMENTAL E SUA TRATATIVA FRENTE AO NOVO CONSTITUCIONALISMO LATINO AMERICANO

THE BALANCED ENVIRONMENT AS A FUNDAMENTAL GUARANTEE AND ITS TRAFFIC AGAINST THE NEW LATIN AMERICAN CONSTITUTIONALISM

Ana Carolina Almeida Borges 82

O EIA-RIMA EM ATIVIDADES AGRÁRIAS SUCROALCOOLEIRAS NO ESTADO DE GOIÁS: INTER-RELAÇÃO ENTRE O DIREITO AO MEIO AMBIENTE ECOLÓGICAMENTE EQUILIBRADO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

EL EIA-RIMA EN ACTIVIDADES AGRARIAS DE PRODUCCIÓN DE ETANOL DE CAÑA DE AZÚCAR EN EL ESTADO DE GOIÁS: INTER-RELACIÓN ENTRE EL DERECHO AL MEDIO AMBIENTE ECOLÓGICAMENTE EQUILIBRADO Y EL DESARROLLO ECONÓMICO

Adriano Ermerson Oliveira Vasconcelos 83

DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA À DEMOCRACIA PARTICIPATIVA NA AMÉRICA LATINA: A LUTA DOS POVOS POR UM ESTADO PLURINACIONAL

DE LA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA DE LA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA EN AMÉRICA LATINA: LA LUCHA DE LOS PUEBLOS POR UN ESTADO PLURINACIONAL

Lucimara Deretti 85

GRUPO DE TRABALHO V

MULHERES E VIOLÊNCIAS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS 87

DIREITO ACHADO NA RUA: ANÁLISE SOBRE O PROCESSO DE CRIAÇÃO DO DIREITO A PARTIR DA OBSERVÂNCIA DA REALIDADE SOCIAL, NOTADAMENTE O DIREITO DAS MULHERES

RIGHT FINDED IN THE STREET: ANALYSIS OF THE PROCESS OF CREATION OF THE RIGHT FROM THE OBSERVANCE OF SOCIAL REALITY, NOTADELY THE LAW OF WOMEN

Luana Santos Ferreira

Fernanda Heloísa Macedo Soares 88

O PAPEL DAS MULHERES E O DESAFIO DA EQUIDADE DE GÊNERO NA ORGANIZAÇÃO DA COOPERATIVA DE CATADORES NA CIDADE DE IPORÁ-GO

THE ROLE OF WOMEN AND THE CHALLENGE OF SEXUAL DIVISION IN THE ORGANIZATION OF THE GARBAGE COLLECTION COOPERATIVE IN THE CITY OF IPORÁ-GO

Alexandre Teixeira Lopes 89

GRUPO DE TRABALHO VI

REFORMA AGRÁRIA, CONFLITOS AGRÁRIOS E QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS 90

A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA: ATOR DO DIREITO AGRÁRIO BRASILEIRO

THE PASTORAL COMMISSION OF THE EARTH: ACTOR OF BRAZILIAN AGRICULTURAL LAW

Isabel Christina Gonçalves Oliveira

Rabah Belaidi 92

A FUNÇÃO AMBIENTAL DA PROPRIEDADE RURAL E A DESAPROPRIAÇÃO PARA REFORMA AGRÁRIA

THE ENVIRONMENTAL FUNCTION OF RURAL PROPERTY AND DISAPPROPRIATION FOR AGRARIAN REFORM

Karla Karoline Rodrigues Silva 93

A NATUREZA COLETIVA DA QUESTÃO AGRÁRIA E A INSUFICIÊNCIA DO CONTRATO

THE COLLECTIVE NATURE OF THE AGRICULTURAL ISSUE AND THE

CONTRACT'S INSUFFICIENCY

Arthur Douglas Seabra Coelho 94

AVANÇOS E RETROCESSOS NA PROTEÇÃO AO DIREITO FUNDAMENTAL À PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

PROGRESS AND BACKWARDS IN PROTECTING THE FUNDAMENTAL RIGHT TO PROTECTION TO THE ENVIRONMEN

Luiz Carlos Miranda Ceballo

Adelice Minetto Sznitowski 95

BANDITISMO SOCIAL COMO PRINCÍPIO ATIVO DA DEMOCRATIZAÇÃO DA TERRA

BANDITISMO SOCIAL COMO PRINCIPIO ACTIVO DE LA DEMOCRATIZACIÓN DE LA TIERRA

Sara Macêdo de Paula

Igor Gabriel Reis de Oliveira 97

BATALHA DE RIO PARDO EM RONDÔNIA: FLONA BOM FUTURO

BATTLE OF RIO PARDO IN RONDÔNIA: FLONA BOM FUTURO

Rosa Maria Rodrigues Vilela 98

CADASTRO TERRITORIAL RURAL NO BRASIL

RURAL TERRITORIAL REGISTRY IN BRAZIL

Keilla Ingrid Silva 99

CONFLITOS AGRÁRIOS, SANEAMENTO E QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS NO ASSENTAMENTO PADRE NILO

AGRARIAN CONFLICTS, SANITATION AND SOCIO-ENVIRONMENTAL ISSUES IN PADRE NILO

Marcello Rodrigues Siqueira

Suzana Rodrigues Floresta

Tainara Costa de Sousa 101

DANOS AMBIENTAIS PROVENIENTES DAS BARRAGENS DE REJEITOS DO ESTADO DE GOIÁS

DANOS AMBIENTALES PROVENIENTES DE LAS REPRESAS DE RESIDUOS DEL ESTADO DE GOIÁS

Patrícia de Albuquerque Sobreira

Paulo Henrique Sobreira França 102

ECONOMICIZAÇÃO DO CONCEITO DE FUNÇÃO SOCIAL DA TERRA
ECONOMICISM OF THE CONCEPT OF SOCIAL FUNCTION OF THE EARTH

Marcella Pires Costa 103

FINALIDADE DA DESAPROPRIAÇÃO AGRÁRIA: DISCUSSÕES SOBRE SANCIONAMENTO AO LATIFÚNDIO E CONSEQUÊNCIAS PARA A REFORMA AGRÁRIA

FINALIDAD DE LA EXPROPIACIÓN AGRARIA: DISCUSIONES SOBRE SANCIONAMIENTO AL LATIFUNDIO Y CONSECUENCIAS PARA LA REFORMA AGRARIA

Ana Maria de Carvalho

José do Carmo Alves Siqueira 104

INSTRUMENTOS AO APERFEIÇOAMENTO DA REFORMA AGRÁRIA: AUXÍLIO TÉCNICO-FINANCEIRO GOVERNAMENTAL

INSTRUMENTS TO THE IMPROVEMENT OF THE AGRARIAN REFORM: GOVERNMENT TECHNICAL-FINANCIAL ASSISTANCE

Marcelo Gomes Balestrin

Matheus Correia Pontes 106

NEOEXTRATIVISMO E O PROJETO PEDRA DE FERRO EM CAETITÉ – BA: DISCUTINDO RISCOS E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

NEOEXTRATIVISM AND THE PEDRA DE FERRO PROJECT IN CAETITÉ - BA: DISCUSSING RISKS AND SOCIO - ENVIRONMENTAL IMPACTS

Diego Henrique Santos Brito 107

O CONFLITO SOCIOAMBIENTAL EM TORNO DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA: UMA ANÁLISE DO PL 4576/2016 E DO PL 6299/2002

EL CONFLICTO SOCIOAMBIENTAL EN TORNO A LA MODERNIZACIÓN DE LA AGRICULTURA: UN ANÁLISIS DEL PL 4576/2016 Y DEL PL 6299/2002

Diego Augusto Diehl

Guilherme Aurélio Zalique de Oliveira Alves

Ingrid Cristina Soares Silva 108

O DESMONTE DA LEGISLAÇÃO DE AGROTÓXICOS COMO ELEMENTOS DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS NO ESTADO CONSTITUCIONAL AMBIENTAL

*THE DISMANTLING OF THE LEGISLATION OF AGROCHEMICALS AS
ELEMENTS OF VIOLATION OF RIGHTS IN THE ENVIRONMENTAL
CONSTITUTIONAL STATE*

Cleber Adriano Rodrigues Folgado

Júlio César de Sá da Rocha 110

**OS DITOS E OS NÃO DITOS DO DISCURSO JURÍDICO-PENAL: DES-
VELANDO A COLONIZAÇÃO DOS CONFLITOS AGRÁRIOS PELO
DIREITO PENAL E SUAS IMPLICAÇÕES NA POLÍTICA DE REFORMA
AGRÁRIA**

*THE STATEMENTS AND THE UNSAID OF THE PENAL LAW SPEECH:
EXHIBITING THE COLONIZATION OF THE AGRARIAN CONFLICTS
THROUGH THE CRIMINAL LAW AND ITS IMPLICATIONS IN THE PO-
LICY OF AGRARIAN REFORM*

Rysclift Bruno Sérgio Santos

João da Cruz Gonçalves Neto 111

**PAU QUE DÁ EM CHICO, NÃO DÁ EM FRANCISCO: SEM REFORMA
AGRÁRIA SÓ AUMENTA CONFLITOS AGRÁRIOS EM RONDÔNIA**

*PAU QUE DA DE CHICO, NO DA EN FRANCISCO: SIN LA REFORMA
AGRARIA SÓLA AUMENTA LOS CONFLICTOS AGRARIOS EN RONDONIA*

Lenir Correia Coelho 113

**PREFIRO MORRER NA BALA, DO QUE MORRER DE SEDE: DESOBE-
DIÊNCIA CIVIL EM CORRENTINA**

*PREFIERO MORIR EN LA BALA, QUE MORIR DE SED: DESOBEDIENCIA
CIVIL EN CORRENTINA*

Isabel Cortes Da Silva Ferreira

Paula Harumi Kanno 114

**PROJETOS DE ASSENTAMENTO DO NORDESTE MATOGROSSEN-
SE: A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A REFORMA
AGRÁRIA**

*NORTHEAST MATOGROSSENSE SETTING PROJECTS: THE EFFECTIVE-
NESS OF PUBLIC POLICIES FOR AGRICULTURAL REFORM*

Rosana Gomes da Rosa

Bruno Matias da Rosa Cardoso

Tiago Schroeder 115

REFORMA AGRÁRIA E MEIO AMBIENTE: CONSIDERAÇÕES ACER-

**CA DAS RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS SUSTENTÁVEIS À LUZ DA
FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE**

LAND REFORM AND ENVIRONMENT: CONSIDERATIONS ABOUT SUSTAINABLE SOCIAL AND ENVIRONMENTAL RELATIONS IN THE LIGHT OF THE SOCIAL FUNCTION OF THE PROPERTY

Emanuel Jeremias Ramalho da Silva 116

REFORMA RURAL INTEGRAL – UM NOVO CAMPO COLOMBIANO

REFORMA RURAL INTEGRAL – UN NUEVO CAMPO COLOMBIANO

Laura Mendonça Chaveiro 118

RESISTÊNCIA CAMPONESA E A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO TERRITÓRIO CAMPONÊS

PEASANT RESISTANCE AND THE HISTORICAL CONSTRUCTION OF THE PEASANT TERRITORY

Ariane Kalinne Lopes de Souza 119

GRUPO DE TRABALHO I

**BIODIVERSIDADE,
ESPAÇOS PROTEGIDOS E
ETNOCONSERVAÇÃO**

A TUTELA DOS ESPAÇOS PROTEGIDOS E A MITIGAÇÃO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

LEGAL PROTECTION TO PROTECTED SITES AND THE CLIMATE CHANGE MITIGATION

Giovanna Hallage Coltri

RESUMO: Determinados espaços, dotados de características ambientais e ecológicas específicas recebem proteção especial do ordenamento jurídico, com a finalidade de concretizar o dever constitucional do Poder Público de assegurar o direito coletivo ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (art. 225 da Constituição Federal). São os “Espaços Territoriais Especialmente Protegidos (ETEPs)”, tais como as unidades de conservação, as reservas florestais legais, as áreas de preservação permanente e as áreas destinadas às comunidades tradicionais. Dentre os muitos atributos que podem caracterizar um ETEP, encontra-se a existência de processos ecológicos naturais capazes de retirar da atmosfera o gás carbônico produzido em excesso pela atividade humana. Esse estudo se propõe, em um primeiro momento, a verificar a relação entre esses processos ecológicos e a mitigação dos efeitos danosos à vida causados pelas mudanças climáticas. Ademais, pretende analisar, de um lado, as metas elaboradas pelo Brasil no âmbito do Acordo de Paris e, de outro, a legislação brasileira relacionada aos ETEPs, a fim de concluir sobre a adequação desta como instrumento para a consecução daquelas. O método de estudo utilizado foi a leitura analítica e a comparação entre a legislação e os compromissos internacionais firmados visando a mitigação das mudanças climáticas, sobretudo a contribuição nacionalmente determinada do Brasil no âmbito do Acordo de Paris. O estudo concluiu que o tratamento legislativo conferido aos ETEPs no país é, hoje, pouco eficaz e insuficiente para assegurar o cumprimento das metas apresentadas à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças do Clima.

PALAVRAS-CHAVE: Espaços protegidos. Legislação. Mudanças climáticas. Acordo de Paris.

ABSTRACT: *Certain areas, which present specific environmental and ecological features, receive special protection from our legal system, aiming to achieve the constitutional duty from public authorities to assure the collective right to an ecologically balanced environment (article 225 of the Federal Constitution). Referred to as “Especially Protected Sites (EPSs)”, include nature conservation sites, legal forest reserves, permanent preservation areas and areas destined to traditional communities. Among the various attributes which can characterize an EPS, there is the existence of natural ecological processes that*

can remove from the atmosphere the carbon dioxide produced in excess by human activity. This study intends, firstly, to verify the connection between such ecological processes and the mitigation of the harmful effects to life caused by climate change. Furthermore, it intends to analyze, on the one side, the goals elaborated by Brazil within the Paris Agreement and, on the other side, the Brazilian legislation regarding the EPSs, in order to conclude whether or not the latter is an adequate instrument to the consecution of the former. The study method used was the analytical reading and the comparison between the legislation and the international commitments concerning the climate change mitigation, foremost the Brazilian no national determined contribution under the Paris Agreement. The study has concluded that the legislative treatment given to EPSs in the country is, today, little effective and insufficient to secure the accomplishment of the goals presented to the United Nation's Framework Convention on Climate Change.

KEYWORDS: *Protected sites. Legislation. Climate change. Paris Agreement.*

ACESSO A MEDICAMENTOS A QUILOMBOLAS E POVOS INDÍGENAS CONFORME A BIODIVERSIDADE BRASILEIRA

ACCESS TO MEDICINES TO KILOMBOLS AND INDIGENOUS PEOPLES ACCORDING TO BRAZILIAN BIODIVERSITY

Caroline Regina dos Santos
Nivaldo dos Santos

RESUMO: O acesso a medicamentos no Brasil é um problema de saúde pública para toda a população brasileira, principalmente para povos como: quilombolas e indígenas que possuem formas diferenciadas para o tratamento de determinadas doenças. Os medicamentos desenvolvidos por esses povos servem inclusive de modelo para a indústria farmacêutica em busca de patentear produtos no meio ambiente descobertos e utilizados há mais de um século por essas comunidades citadas. O tratamento de medicamentos patenteados ou tratamentos médicos muitas vezes não são aplicados pela falta de acesso destas substâncias a esta minoria esquecida. Utilizar-se-á o método quantitativo e o da revisão bibliográfica a fim de atingir o objetivo apresentar formas para essa acessibilidade a fim de cumprir a Carta Magna Brasileira de 1.988 por meio da metodologia quantitativa e revisão bibliográfica.

PALAVRAS-CHAVE: Acesso. Medicamento. Quilombolas. Índios.

ABSTRACT: *Access to medicines in Brazil is a public health problem for the entire Brazilian population, especially for people such as: quilombolas and indigenous people who have different ways of treating certain diseases. The medicines developed by these people serve as a model for the pharmaceutical industry in search of patenting products in the environment discovered and used for more than a century by these communities. The treatment of patented drugs or medical treatments are often not applied by the lack of access of these substances to this forgotten minority. The quantitative method and the bibliographic review will be used in order to reach the objective to present forms for this accessibility in order to comply with the Brazilian Magna Carta of 1988, through quantitative methodology and bibliographic review.*

KEYWORDS: *Access. Medication. Quilombolas. Indians.*

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: TEKOA KUARAY HAXA

CONFLICTOS SOCIOAMBIENTALES EN LAS UNIDADES DE CONSERVACIÓN: TEKOA KUARAY HAXA

Gisele Jabur

RESUMO: Esta pesquisa questiona a perspectiva de que a preservação dos recursos naturais só é possível se a natureza se mantiver inabitada. Parte-se deste pressuposto para analisar a motivação da criação dos Parques Nacionais ao redor do mundo. Neste trabalho, o cerne da discussão diz respeito ao uso e apropriação da terra por populações humanas em áreas declaradas Unidades de Conservação (UCs). O objetivo geral desta pesquisa é analisar o conflito socioambiental entre usos e direitos territoriais dos povos indígenas e a conservação da natureza via áreas protegidas, à luz do caso da sobreposição entre a Reserva Biológica (REBIO) Bom Jesus e o território Mbya Guarani da Tekoa Kuaray Haxa, no litoral do estado do Paraná. A pesquisa adota a perspectiva da pesquisa qualitativa, na medida em que foram coletados dados através de conversas informais com os sujeitos do conflito. Foi realizada revisão bibliográfica sobre direitos originários, bem como acerca da temática do conflito socioambiental decorrente das diferentes racionalidades e suas formas de uso e apropriação da terra, e a relação com a conservação da natureza via áreas protegidas. Considerando a indissociabilidade entre cultura e natureza presente na cosmovisão dos povos indígenas, os direitos territoriais destes povos e a controvérsia do Estado brasileiro ao instituir

situações de sobreposição de espaços territoriais especialmente protegidos, este estudo questiona como o modelo de desenvolvimento capitalista predatório expropria os povos de suas terras, tendo como pano de fundo o conflito socioambiental decorrente da sobreposição entre a REBIO Bom Jesus e o território indígena Kuaray Haxa.

PALAVRAS-CHAVE: Direito Socioambiental. Sobreposição. Unidade de Conservação. Terra Indígena.

RESÚMEN: *Esta investigación cuestiona la perspectiva en que la preservación de los recursos naturales sólo es posible si la naturaleza se mantiene inhabitada. Se parte de este presupuesto para analizar la motivación de la creación de los Parques Nacionales alrededor del mundo. El objetivo general de esta pesquisa es analizar el conflicto socioambiental entre usos y derechos territoriales de los pueblos indígenas y la conservación de la naturaleza a través de áreas protegidas a la luz del caso de la superposición entre la Reserva Biológica (REBIO) Bom Jesús y el territorio Mbya Guaraní de la Tekoa Kuaray Haxa, en el litoral del estado de Paraná. La investigación adopta la perspectiva de la investigación cualitativa, en la medida en que fueron recolectados datos a través de conversaciones informales con los sujetos del conflicto. Se realizó una revisión bibliográfica sobre derechos originarios, así como acerca de la temática del conflicto socioambiental derivado de las diferentes racionalidades y sus formas de uso y apropiación de la tierra, y la relación con la conservación de la naturaleza a través de áreas protegidas. Este estudio cuestiona el cómo el modelo de desarrollo capitalista predatorio expropia a los pueblos de sus tierras, teniendo como telón de fondo el conflicto socioambiental resultante de la superposición entre la REBIO Bom Jesús y el territorio indígena Kuaray Haxa.*

PALABRAS CLAVE: Derecho Socioambiental Superposición Unidad de Conservación Tierra Indígena.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A TUTELA DO “OURO VERDE” NACIONAL FACE À BIOPIRATARIA

SUSTAINABLE DEVELOPMENT: THE GUARANTEE OF THE NATIONAL “GREEN GOLD” FACE TO BIOPIRATARIA

Kyonara Passos Gomes
Italo Tiago Farias Machado

RESUMO: O Brasil é privilegiado pela natureza. A Amazônia, nesse aspecto, representa o ápice da biodiversidade brasileira, traduzindo, um enorme campo de potencialidades, sobretudo, para a concretização do desenvolvimento sustentável. Ocorre que, tal potencial tem sofrido com as diversas ingerências de interesses estritamente mercadológicos, vistos, nomeadamente, na ofensiva biopirata. Nesse sentido, o objetivo do presente trabalho é analisar como a biopirataria afeta a consolidação e/ou aperfeiçoamento do desenvolvimento sustentável nacional e qual o papel do Direito ante essa conjuntura. A metodologia empregada para a consecução desta pesquisa é de natureza eminentemente exploratória, descritiva e explicativa. Com efeito, emprega-se enquanto técnicas de pesquisa majoritariamente o levantamento bibliográfico e análise normativa afeta ao tema. Em termos de resultados, a consecução do percurso analítico permite sustentar que a biopirataria representa uma enorme ameaça ao desenvolvimento sustentável nacional. Em contrapartida, a tutela jurídica do meio ambiente, em que pese os avanços, ainda padece de baixa densidade normativa. Em suma, o dever de resguardar, aos nacionais e comunidades tradicionais, o direito de acesso às vantagens proporcionadas na utilização de nossos recursos naturais tem sido inobservados. Desta feita, enquanto caminho que viabilize uma mudança de paradigma, aponta-se, a necessidade de investir em pesquisa, capacitação e valorização do pesquisador brasileiro, bem como a estruturação das práticas de fiscalização e das políticas de defesa ao meio ambiente. Concomitantemente, a inclusão da biopirataria como tipo penal específico no âmbito da Lei de Crimes Ambientais também pode ser concebida no âmbito das sinergias jurídicas aptas a preservar o patrimônio natural brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Biodiversidade. Amazônia. Biopirataria. Direito.

ABSTRACT: Brazil is privileged by nature. The Amazon, represents the apex of Brazilian biodiversity, translating, a huge field of potential to the achievement of sustainable development. This potential has suffered with the diverse interferences mercadological, seen, in particular, in the offensive biopirate. In this sense, the objective of the present work is to analyze how biopiracy affects the consolidation and / or improvement of the national sustainable development and what the role of Law in this conjuncture. The methodology used to achieve this research is eminently exploratory, descriptive and explanatory. It is used as the research techniques mainly the bibliographic survey and normative analysis affects the subject. The achievement of the analytical course makes it possible to sustain that biopiracy poses a huge threat to national sustainable development. The legal protection of the environment, in spite of the advances, still suffers from low normative density. In sum, the duty to protect, to nationals and traditional communities, the right of access to the advantages provided in the use of our natural resources has been unobserved. It's need to invest in research, training and valorization of the Brazilian researcher, as well as the structuring of inspection practices and defense policies to the environment. At the

same time, the inclusion of biopiracy as a specific criminal type within the scope of the Environmental Crimes Law may also be conceived within the scope of legal synergies capable of preserving Brazilian natural heritage.

KEYWORDS: *Biodiversity. Amazon. Biopiracy. Right.*

ESTREITAMENTO TERRITORIAL PROVOCADO POR UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAPÁ/BRASIL

TERRITORIAL NARROWING CAUSED BY CONSERVATION UNITS IN THE COUNTIES OF THE STATE OF AMAPÁ/BRAZIL

Ricardo Ângelo Pereira De Lima
Maria Emília Oliveira Chaves

RESUMO: O objetivo deste trabalho é expor como as Unidades de Conservação (UC) no Estado do Amapá, impactam, territorialmente, os municípios do Estado do Amapá, sobretudo aquelas de Proteção Integral. A pesquisa se desenvolveu no Estado do Amapá que possui 19 UC, sendo 12 federais, 5 estaduais e 2 municipais, tais espaços protegidos ocupam mais de 60% da área total do Amapá, percentual que se eleva a mais de 70%, se somadas às Terras Indígenas (TI). Além da extensão territorial, foram constatadas deficiências na implementação e baixa efetividade de gestão que geram impactos de ordem fundiária, social, econômica e ambiental, criando uma situação de estreitamento territorial dos municípios causando entraves e dificuldades no desenvolvimento local. A metodologia adaptada baseou-se no processo de criação das UC, da participação da comunidade local e os mecanismos de gestão de tais UC e repercussões no contexto local, levando em conta o empoderamento das UC em detrimento do empoderamento das populações. Foi realizada pesquisa bibliográfica e eletrônica em livros, artigos científicos, bem como análise de relatórios de órgãos de controle externo e normas federais, estaduais e municipais pertinentes e em outros dados acerca das UC do Amapá, constantes em bancos de dados de órgãos de gestão. Os resultados da pesquisa revelam que os casos mais complexos são os dos municípios de Oiapoque, Laranjal do Jari e Serra do Navio, onde as UC (em sua maioria federais e de proteção integral) e TI ocupam, respectivamente, 72,23%, 93,54% e 72,33, das áreas dos limites municipais.

PALAVRAS-CHAVE: Unidades de Conservação. Gestão municipal. Amapá.

ABSTRACT: The objective of this work is to expose how the Conservation Units (CU) in the State of Amapá impact territorially the counties of the State of Amapá, especially those of Integral Protection. The research was carried out in the State of Amapá, which has 19 CU, 12 federal, 5 state and 2 municipal protected areas occupy more than 60% of the total area of Amapá, a percentage that rises to more than 70 %, if added to the Indigenous Lands (IL). In addition to the territorial extension, there were deficiencies in the implementation and low effectiveness of management that generate impacts of land, social, economic and environmental order, creating a situation of territorial narrowing of the municipalities causing obstacles and difficulties in the local development. The adapted methodology was based on the process of creating CU, local community participation and the management mechanisms of such CU and repercussions in the local context, taking into account the empowerment of CU to the detriment of the empowerment of populations. Bibliographical and electronic research was carried out in books, scientific articles, as well as the analysis of reports of external control bodies and pertinent federal, state and municipal regulations, and other data about Amapá CU, contained in databases of management bodies. The results show that the most complex cases are those of the municipalities of Oiapoque, Laranjal do Jari and Serra do Navio, where UC (mostly federal and full protection) and IL occupy respectively 72.23% 93.54% and 72.33, of the areas of the municipal boundaries.

KEYWORDS: Conservation Units. Municipal management. State of Amapá.

EXPEDIÇÕES FLUVIAIS PELA BACIA DO JURUENA COMO ESTRATÉGIA DE FORMAÇÃO POLÍTICA

RIVER EXPEDITIONS BY THE JURUENA RIVER BASIN AS A STRATEGY FOR INDIGENOUS POLITICAL FORMATION

Tarcísio da Silva Santos Júnior
Andreia Fanzeres

RESUMO: A sub-bacia do rio Juruena cobre 191 mil km² e tem 21% de sua extensão formados por áreas protegidas. As terras indígenas garantem a salvaguarda de 5 milhões de hectares e nelas a população indígena estimada é de 4.937 pessoas (10 etnias), num universo de aproximadamente 500 mil pessoas nos 21 municípios da sub-bacia. Análises da OPAN mostram que a bacia do Juruena tem 125 empreendimentos inventariados, estando 60% em fase de planejamento, 18% em operação e 5% em cons-

trução. Esse levantamento indica como estratégico realizar atuações preventivas como formação técnica, sistematização de dados, sensibilização comunitária, ampliação de acesso à informação e espaços de decisão sobre planejamento territorial. Uma das principais estratégias implementadas no Juruena tem sido realizar expedições flúvio-terrestres pelos seus principais afluentes na companhia dos indígenas. Além de registrar o status de conservação e impactos socioambientais, as expedições contribuem para empoderar os indígenas em seus territórios, permitindo serem os sujeitos do seu planejamento, pautando-o nos conhecimentos e práticas tradicionais. Essa valorização acontece ao estimular e apoiar o deslocamento de diferentes gerações de homens e mulheres pelo território, ao favorecer o uso de práticas e técnicas produtivas/rituais quanto ao acesso a recursos das terras indígenas, ao expandir o olhar indigenista por sobre o território e a perspectiva nativa para além dos espaços das aldeias. Como estratégia de formação política, as expedições possibilitam verificar in loco o contexto do cenário territorial e registrar narrativas sobre ele, favorecendo a problematização e reflexão política, econômica, fundiária, jurídica, ambiental e administrativa.

PALAVRAS-CHAVE: Rio Juruena. Formação política. Empreendimentos hidrelétricos.

ABSTRACT: *The Juruena river watershed covers 191 thousand km² and 21% of its extension formed by protected areas. The indigenous lands guarantee the safeguarding of 5 million hectares and inside them, estimated indigenous population is 4,937 people (10 ethnicities), in a universe of approximately 500 thousand people in the 21 municipalities of the sub-basin. OPAN analyzes show that Juruena basin has 125 inventories of hydropower plants: 60% in the planning phase, 18% in operation and 5% in construction. This indicates that it is strategic to carry out preventive actions such as technical training, systematization of data, community awareness, broadening access to information and decision spaces on territorial planning. One of the main strategies implemented in Juruena by OPAN has been to carry out fluvio-terrestrial expeditions by its main tributaries in the company of Indians. In addition to registering status of conservation and socio-environmental impacts, expeditions contribute to empowering indigenous in their territories, allowing them to be the subjects of their planning, guiding it in traditional knowledge and practices. This valorization occurs by stimulating and supporting displacement of different generations of men and women across the territory, by favoring use of productive practices and ritual techniques for access to indigenous lands resources, by expanding the indigenous gaze over the territory and perspective beyond village spaces. As a strategy of political formation, expeditions make it possible to verify in situ the context of territorial scenario and to record narratives about it, favoring problematization and political, economic, land, juridical, environmental and administrative reflection.*

KEYWORDS: *Rio Juruena. political training. hydroelectric projects.*

O DIREITO À CIDADE COMO MITIGAÇÃO DAS OCUPAÇÕES IRREGULARES EM ÁREAS AMBIENTALMENTE PROTEGIDAS: IMPACTOS AMBIENTAIS NA ÁREA DE MANGUEZAL EM SÃO LUÍS/MA

THE RIGHT TO THE CITY AS MITIGATION OF THE IRREGULAR OCCUPATIONS IN ENVIRONMENTAL PROTECTED AREAS: ENVIRONMENTAL IMPACTS IN THE MANGROVE AREA OF SÃO LUÍS/MA

Felipe Cristian Campos Souza

RESUMO: O presente artigo busca realizar um paralelo entre o direito fundamental à moradia, garantia mínima de existência digna a qualquer cidadão, e a omissão do Poder Público em efetivá-lo, porquanto, ao invés de tomar providências adequadas e completas, pertinentes ao controle do uso do solo urbano, utiliza de políticas urbanas excludentes e segregacionistas, sendo diretamente responsável pelo escapismo da população vulnerável para áreas afastadas, economicamente acessíveis, tais como espaços próximos a rios e mares. Como resultado desse embaraço, tem-se as repercussões em áreas sob a tutela jurídica ambiental, mais especificamente no que tange à devastação e os impactos acometidos nas extensões de manguezal, consideradas APPs. Pretende-se ainda traçar uma análise de caso a respeito da ocupação e degradação do ecossistema de manguezal no bairro do Jaracaty, às margens do Rio Anil, em São Luís/MA. Para tanto, utilizou-se de pesquisa bibliográfica, fazendo uso da teoria de Lefebvre, bem como de estudiosos do Direito à Cidade, e documental, a partir da análise de dados como o constante no Relatório da Situação Ambiental da Ilha do Maranhão, realizado pelo Instituto Maranhense de Estatística e Cartografia, especificamente no que diz respeito à diminuição das áreas de manguezal em São Luís/MA. Valeu-se, ainda, da legislação pertinente à ocupação do solo urbano e ambiental em voga. Como resultado, serão apresentados vieses de atuação, tanto por parte do poder público quanto da sociedade em geral, que, ao serem aplicados, permitirão a mitigação das ocupações irregulares, além de permitir o resguardo e recuperação das áreas de manguezal atingidas.

PALAVRAS-CHAVE: Direito à Cidade. Ocupações Irregulares. Áreas de Mangue.

ABSTRACT: *The present article seeks to make a parallel between the fundamental right of dwelling, individual guarantee of minimum conditions of dignified life to any*

human being, and the omission of the Public Power to make it effective, since, instead of taking adequate and complete measures for the usage control of the urban terrain, it utilizes exclusionary and segregationist urban policies, as so, being directly responsible for the escapism of the most needy population to economically accessible and remote areas, such as spaces near rivers and seas. As a result, repercussions are perceived in areas under environmental legal protection, specifically degradation and impacts in mangrove areas, considered as APPs. It is also intended to be analyzed a case regarding the occupation and degradation of the mangrove ecosystem in the Jaracaty neighborhood, on the banks of the Anil River, in the city of São Luís / MA. For that, Lefebvre's theory was used, as well as the bibliography of scholars of the Right to the City, legislation pertinent to the occupation of the urban grounds and environmental laws in vogue, as well as the theoretical reference of doctrines in the area, in addition to the analysis of scientific data, such as the Environmental Situation Report of the Island of Maranhão, conducted by the Institute of Statistics and Cartography from Maranhão (IMESC), specifically regarding the reduction of mangrove areas in São Luís / MA. As a result, certain biases will be presented, for the public authorities and for society, which, when applied, will allow the mitigation of irregular occupations, as well allow the protection and recovery of the mangrove areas affected.

KEYWORDS: *Right to the City. Irregular Occupations. Mangrove Areas.*

O PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO DO RETROCESSO EM MATÉRIA AMBIENTAL E SUA APLICABILIDADE NO BRASIL

THE PRINCIPLE OF RETENTION SEALING IN ENVIRONMENTAL MATTER AND ITS APPLICABILITY IN BRAZIL

Giovanni Martins De Araújo Mascarenhas

RESUMO: Este trabalho objetiva analisar o Princípio da Vedação do Retrocesso aplicável ao Direito Ambiental. Para tanto, utiliza-se do método dedutivo, sendo que discorre primeiramente sobre o histórico da relação humana com o meio ambiente e a consequente evolução da proteção do meio ambiente no plano internacional. Em seguida, trata sobre o desenvolvimento do Direito Ambiental em nível nacional, passando pela análise histórica das Constituições brasileiras, bem como a evolução infraconstitucional ocorrida após a Constituição de 1988 até a promulgação da Lei 12.651/2012. Com enfoque na referida norma, analisa o Princípio da Vedação de Re-

trocesso, aplicável a alguns dispositivos polêmicos da lei e, por fim, trata do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal das Ações Diretas de Inconstitucionalidade nrs. 4901, 4902, 4903, 4937 e Ação Declaratória de Constitucionalidade nr. 42, interpostas em face da lei em comento. Foi realizada pesquisa bibliográfica, em sites oficiais, bem como de artigos e relatórios internacionais que versam a proteção ambiental, o princípio do não retrocesso e sobre a Lei 12.651/2012. O estudo conclui que em que pese os julgamentos das ações acima destacarem o princípio de Vedação do Retrocesso, sua aplicação no caso concreto não correspondeu efetivamente ao objetivo de proteção e tutela do meio ambiente, o que, conforme demonstra ao final, não exime o dever do particular de observar o princípio de Vedação do Retrocesso e aplicar os padrões mais benéficos ao meio ambiente.

PALAVRAS-CHAVE: Proteção ao meio ambiente. Princípio de Vedação do Retrocesso. Lei 12.651/2012. Áreas rurais consolidadas.

ABSTRACT: *This paper aims to analyze the Principle of the Non Regression applicable to Environmental Law. To do so, it uses the detective method, and it first deals with the history of the human relationship with the environment and with the consequent evolution of the protection of the environment at the international level. It then deals with the development of Environmental Law at the national level, including the historical analysis of the Brazilian Constitutions, as well as the infraconstitutional evolution that occurred after the 1988 Constitution, until the enactment of Law 12.651 / 2012. With a focus on the mentioned norm, it analyzes the Principle of the Non Regression, applicable to some controversial devices of the law and, finally, it deals with the judgment by the Federal Supreme Court of the Direct Actions of Unconstitutionality nrs. 4901, 4902, 4903, 4937 and Declaratory Action of Constitutionality nr. 42, interposed in face of the law in question. Bibliographic research was carried out on official websites, as well as articles and international reports on environmental protection, the principle of non-retrocession and about the Law nr. 12,651/2012. The study concludes that despite the fact that the judgments of the above mentioned actions highlighted the Principle of Non Regression, its application on the concrete case did not corresponded effectively to the objective of principle, which is the protection of the environment, which, as shown at the ending, does not exclude the duty of the individual to observe the principle of Non Regression and apply the most beneficial standards to the environment.*

KEYWORDS: *Environmental protection. Non Regression Principle. Law 12,651/2012. Rural Consolidated Areas.*

TERRITORIALIDADES GUARANI E ESPAÇOS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

TERRITORIALIDADES GUARANÍ Y ESPACIOS DE PROTECCIÓN AMBIENTAL

Manuel Munhoz Caleiro
Carlos Frederico Marés De Souza Filho
Bartomeu Melià, SJ

RESUMO: Diante do apocalipse, uma das formas de reação de identidades Guaraní contemporâneas consiste na recente ressignificação de seus *ethos*, reorganizando caracteres culturais para assumir uma nova postura diante das adversidades. Nos contínuos processos de construção e transformação de suas concepções territoriais surge um novo elemento, a retomada de terras enquanto instrumento de resistência. Em meio às suas caminhadas pelos territórios, espaços naturais são mantidos pelas sociedades nacionais como intocados. Sua lógica obedece à divisão ocidental entre natureza e cultura, ao ponto de que a dicotomia entre terras produtivas e parques constitui uma representação e substrato da modernidade capitalista. Com isso, o presente trabalho tem como objetivo a análise de conflito entre as territorialidades Guaraní e os modos modernos de proteção da natureza através da criação de espaços protegidos. Utilizando-se o materialismo dialético, concluiu-se que a intocabilidade destes espaços não se justifica diante do povo que enxerga nas florestas os seus mundos, cuja constituição dos territórios e a manifestação de territorialidades não obedecem lógicas modernas. Desta maneira, as contradições entre os espaços de proteção ambiental e as territorialidades Guaraní restam como falsas, embora contemporaneamente conflitos socioambientais se apresentem. Como lacunas dentro do direito moderno capitalista, os direitos coletivos dos povos são suficientemente reconhecidos para fundamentar juridicamente sua superação, embora não seja vocação do estado brasileiro a observância de suas próprias normas criadas para lidar com a relação com os povos.

PALAVRAS-CHAVE: Povo Guaraní. Espaços de proteção ambiental. Etnoconservação.

RESUMEN: *Ante el apocalipsis, una de las formas de reacción de identidades guaraníes contemporáneas consiste en la reciente resignificación de sus *ethos*, reorganizando caracteres culturales para asumir una nueva postura ante las adversidades. En los continuos procesos de construcción y transformación de sus concepciones territoriales surge un nuevo elemento, la reanudación de tierras como instrumento de resistencia. En medio de sus caminatas por los territorios, espacios naturales son mantenidos por las sociedades naciona-*

les como intocados. Su lógica obedece a la división occidental entre naturaleza y cultura, al punto de que la dicotomía entre tierras productivas y parques constituye una representación y sustrato de la modernidad capitalista. Con ello, el presente trabajo tiene como objetivo el análisis de conflicto entre las territorialidades guaraní y los modos modernos de protección de la naturaleza a través de la creación de espacios protegidos. Se utilizó el materialismo dialéctico, se concluyó que la intocabilidad de estos espacios no se justifica ante el pueblo que ve en los bosques sus mundos, cuya constitución de los territorios y la manifestación de territorialidades no obedecen lógicas modernas. De esta manera, las contradicciones entre los espacios de protección ambiental y las territorialidades guaraníes quedan como falsas, aunque contemporáneamente conflictos socioambientales se presentan. Como lagunas dentro del derecho moderno capitalista, los derechos colectivos de los pueblos son suficientemente reconocidos para fundamentar jurídicamente su superación, aunque no es vocación del estado brasileño la observancia de sus propias normas creadas para lidiar con la relación con los pueblos.

PALABRAS CLAVE: *Pueblo Guaraní. Espacios de protección ambiental. Etnoconservación.*

GRUPO DE TRABALHO II

**NATUREZA, POVOS E
SOCIEDADE DE RISCO**

A PULVERIZAÇÃO DE AGROTÓXICOS EM TERRAS INDÍGENAS: OS DIVERSOS MEIOS DE EXTERMÍNIO NA SOCIEDADE DE RISCO

THE SPRAYING OF AGROCHEMICALS ON INDIGENOUS LANDS: VARIOUS WAYS OF EXTERMINATION IN THE RISK SOCIETY

Heidi Michalski Ribeiro

Eduarda Muccini

Valeriana Augusta Broetto

RESUMO: Desde o início de sua utilização, os agrotóxicos vêm interferindo negativamente nos processos ecológicos essenciais, bem como na saúde humana, afetando fortemente as populações vulneráveis. Sendo assim, o objetivo geral do estudo é verificar em que medida as comunidades indígenas que vivem em reservas próximas à grandes áreas agrícolas, estão expostas aos efeitos dos agrotóxicos. A partir da análise de pesquisas já existentes, ficou evidente que em alguns estados brasileiros, as aldeias têm sido “pulverizadas” por agrotóxicos, o que prejudica a saúde dessas comunidades. No Brasil, esses venenos são colocados à venda com pouco ou nenhum estudo sobre seus danos colaterais, dada a falta de rigidez da legislação, fortemente influenciada pela bancada ruralista. Não bastassem essas lacunas no sistema brasileiro, o atual Projeto de Lei nº 6.299/2002 flexibiliza ainda mais a norma vigente, possibilitando que sejam adicionados ao mercado de forma rápida, produtos já proibidos em outros países do mundo, através de registros especiais temporários. Esse cenário de crise socioambiental é uma das bases da chamada Sociedade de Risco: um modelo de desenvolvimento que preza critérios econômicos e invisibiliza as questões socioambientais. Diante disso, se faz necessária a retomada de princípios constitucionais ambientais a fim de salvaguardar o meio ambiente, além de novas normas e fiscalização efetiva, que consigam proteger as comunidades indígenas desses ataques. Dito isso, para essa discussão foi utilizado o método dedutivo e explicativo de pesquisa, partindo de pesquisas exploratórias, sendo consultados artigos científicos, livros, periódicos e jurisprudências.

PALAVRAS-CHAVE: Povos Indígenas. Agrotóxicos. Sociedade de Risco.

ABSTRACT: *Since the beginning of its use, agrochemicals have been negatively affecting essential ecological processes as well as human health strongly affecting the vulnerable populations. Thus, the overall objective of the study is to verify to what extent indigenous communities living in reserves close to large agricultural areas are exposed to the effects of agrochemicals. Based on the analysis of existing researches, it was evident that in some Brazilian states, indigenous people's villages have been “pulverized” by agrochemicals, which harms the health of these communities. In Brazil, these poisons are offered for sale*

with little or no study of their collateral damage, given the lack of rigidity of legislation, strongly influenced by the farming group in the Congress. If these shortcomings were not enough in the Brazilian system, the current Bill 6.299/2002 makes the existing legislation even more flexible, allowing products, which are already banned in other countries of the world, to be added to the market in a quick way through special temporary registrations. This social-environmental crisis scenario is one of the bases of the so-called Risk Society: a development model that values economic criteria and makes social and environmental issues invisible. In view of this, it is necessary to retake environmental constitutional principles in order to safeguard the environment, in addition to new norms and effective monitoring, that can protect indigenous communities from these attacks. That said, for this discussion was used the deductive and explanatory method of research, starting from exploratory research being consulted scientific articles, books, periodicals and jurisprudence.

KEYWORDS: *Indigenous People. Agrochemicals. Risk Society.*

A TUTELA JURÍDICA DA PÓS MODERNIDADE E O PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO NOS CRIMES AMBIENTAIS

THE POSTMODERNITY LEGAL PROTECTION AND THE PRECAUTIONARY PRINCIPLE AT ENVIRONMENTAL CRIME

Jonas Augusto de Freitas

RESUMO: O presente estudo pretende analisar os crimes ambientais e os princípios do direito ambiental sob a perspectiva da sociedade do risco. Será adotado o método dialético a partir de estudo bibliográfico, buscando estabelecer um diálogo entre a demanda de proteção ambiental e a sua eficiência por meio do direito penal. Uma vez que o direito penal se situa na ultima ratio do sistema jurídico, a responsabilização criminal em defesa do meio ambiente elevou significativamente a relevância deste objeto de proteção no direito brasileiro. Além disso, os crimes ambientais representam a única forma legítima de responsabilização criminal da pessoa jurídica positivada no ordenamento jurídico brasileiro. Os tipos penais previstos na Lei nº 9.605/98 tutelam bens jurídicos supra individuais, para os quais o direito sensibilizou-se apenas na chamada pós modernidade, ainda que sua existência e lesão tenham origem em tempos remotos. A conjugação do estudo da chamada modernidade tardia com o direito ambiental ganha pouso nos princípios norteadores desta matéria jurídica, especialmente os prin-

cípios da precaução, da prevenção, capacidade de suporte e do poluidor pagador. Da análise dos tipos penais ambientais, dos elementos sociológicos da pós modernidade e da tutela ambiental é possível estabelecer importante diálogo multidisciplinar, com o fim de questionar a eficiência (ou não) da responsabilização criminal para a proteção dos bens jurídicos ambientais.

PALAVRAS-CHAVE: Sociedade do risco. Pós modernidade. Crimes ambientais.

ABSTRACT: *This study aims to analyze environmental crimes and the principles of the environmental rights from the perspective of risk society. The dialectical method will be adopted from a bibliographic study, establishing a dialogue between the environmental protection demand and its efficiency through the criminal law. Once criminal law is the ultima ratio at the juridical system, the criminal responsibility in defense of the environment has significantly increased the relevance of this protection object at the Brazilian right. Besides that, the environmental crimes are the only legitimate way to the criminal liability of legal entity at the Brazilian legal order. The criminal types foreseen by Law nº 9.605/98 cover the supra individual juridical assets, the ones the law has sensitized to only at the called postmodern society, even though its existence and damage have begun long ago. The study about late modernity in conjunction with the environmental law find a place in the guiding principles of this juridical field, especially the precaution, the prevention, the supportability, and the polluter pays ones. From the analysis of the environmental crimes, the postmodernity sociological elements and the environmental protection it's possible to establish an important multidisciplinary dialogue, willing to question the efficiency (or not) of the criminal liability to the environmental juridical assets protection.*

KEYWORDS: *Risk society. Postmodernity. Environmental crimes.*

APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL NA SOLUÇÃO DAS DE-SIGUALDADES SOCIOAMBIENTAIS LOCAIS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A REVITALIZAÇÃO DO CÓRREGO CALÇÃO COURO

APPLICATION OF ENVIRONMENTAL LEGISLATION IN THE SOLUTION OF LOCAL SOCIO-ENVIRONMENTAL INEQUALITIES: A CASE STUDY ON THE REVITALIZATION OF THE STREAM QUARTER LEATHER

Vanderlei Luiz Weber
Thiago Brito Steckelberg

RESUMO: O objetivo da presente pesquisa é analisar o potencial das parcerias público-privadas nas estratégias e planos de ação para manutenção e conservação do patrimônio ambiental e sociocultural tomando como referência a iniciativa de revitalização do córrego Calção de Couro, no município de Goianésia, Goiás. O local, outrora espaço de desenvolvimento humano-social e de integração comunitária, acabou se tornando alvo constante de lixo e destinação de esgoto, comprometendo a qualidade de suas águas, se tornando destacado vetor de doenças em humanos. Paralelamente, suas margens foram desmatadas, não respeitando as medidas de Área de Preservação Permanente exigidas pelo Código Florestal. Diante disso, a Faculdade Evangélica de Goianésia criou o projeto de extensão “Ambiente, Esporte e Vida” com a proposta de revitalizar o Córrego Calção de Couro, em parceria com os entes públicos e comunitários locais. Desde sua criação, em 2017, foram realizadas campanhas de conscientização ambiental, bem como ações de limpeza do córrego, integrando nessa causa autoridades municipais, empresários, associações de bairro, sociedade civil organizada, comunidade acadêmica e estudantes do ensino fundamental, médio e superior no município de Goianésia e região. Portanto, esse projeto trata de um estudo de caso e pesquisa participante, no qual será promovido o diálogo e interação com a comunidade e os demais agentes envolvidos tanto nas esferas pública como privada, e no terceiro setor. Como referência será utilizada a legislação brasileira, especialmente a que abrange direito ambiental e as garantias sociais do ordenamento jurídico brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Direito ambiental. Justiça social. Revitalização de patrimônio socioambiental. Córrego Calção de Couro. Município de Goianésia-GO.

ABSTRACT: *The objective of the present research is to analyze the potential of public-private partnerships in strategies and action plans for the maintenance and conservation of environmental and socio-cultural heritage, taking as reference the initiative to revitalize the Calção de Couro stream in the municipality of Goianésia, Goiás. place, once a space for human-social development and community integration, became a constant target of waste and disposal of sewage, compromising the quality of its waters, becoming a prominent vector of diseases in humans. At the same time, their margins were deforested, not respecting the Permanent Preservation Area measures required by the Forest Code. Faced with this, the Faculdade Evangélica de Goianésia created the extension project “Environment, Sport and Life” with the proposal to revitalize the Córrego Calção de Couro, in partnership with local public and community entities. Since its creation, in 2017, environmental awareness campaigns and stream cleaning actions have been carried out, including municipal authorities, entrepreneurs, neighborhood associations, organized civil society, academic community, and elementary, middle and high school students in the municipality of Goianésia and region. Therefore, this research is a case study and participant research, in which dialogue and interaction with the community*

and the other agents involved in the public, private and third sectors will be promoted. As reference will be used the Brazilian legislation mainly covering environmental law and the social guarantees of the Brazilian legal system.

KEYWORDS: *Environmental law. Social justice. Revitalization of socio-environmental patrimony. Calção de Couro Creek. Municipality of Goianésia-GO.*

APLICAÇÃO DA VALORAÇÃO AMBIENTAL COMO MECANISMO DE CORREÇÃO AMBIENTAL

APPLICATION OF ENVIRONMENTAL VALUATION AS A ENVIRONMENTAL CORRECTION MECHANISM

Mileyde Paulino Alves de Lima
Francisco Roberto Dias de Freitas
Rosa Maria de Medeiros Marinho Dias

RESUMO: O presente estudo mostra que a problemática da poluição hídrica em Crato/CE está intrinsecamente ligada a ausência de políticas públicas que possibilite a redução dos impactos ambientais que envolvem os agentes: homem versus natureza comprometendo todo o bioma, em particular a vida das pessoas que residem e utilizam a água em torno da Nascente do Rio Granjeiro. Também mostra que a instabilidade hídrica envolvendo as águas do Rio Granjeiro possui uma conotação histórica e encontra argumentos de escritores locais, por exemplo, Figueiredo Filho e Farias Filho de que forma a água foi peça chave na apropriação de terras pertencentes aos nativos que ali habitavam pelos fazendeiros. Para os procedimentos metodológicos, verifica-se o emprego do método estatístico contendo gráficos e tabelas com suas respectivas discussões. Dentre os resultados obtidos, verifica-se que a preservação e recuperação da mata ciliar da localidade da Nascente, restringem-se aos moradores da área. Conclui-se que a ação do poder no combate a degradação ambiental na área da Nascente através do Código Ambiental do Município sob Lei nº 2.638/2010 é uma condição necessária, porém não suficiente.

PALAVRAS-CHAVE: Nascente. Estado. Água. Trabalhadores.

ABSTRACT: *The present study shows that the problem of water pollution in Crato / CE*

is inextricably linked to the absence of public policies that allows the reduction of the environmental impacts that involve the agents: man versus nature compromising the whole biome, in particular the life of the people that reside and use the water around the founter River Farmer. It also shows that the water instability involving the waters of River Farmer has a historical connotation and finds arguments from local writers, for example, Figueiredo Filho and Farias Filho, in which water was a key part in the appropriation of lands owned by the natives who lived there by the farmers. For the methodological procedures, it is verified the use of statistical method containing graphics and tables with their respective discussions. Among the obtained results, it is verified that the preservation and recovery of the ciliary forest of the locality of the Source, are restricted to the inhabitants of the area. It is concluded that the action of power in combating environmental degradation in the area of the Sourcet through the Municipal Environmental Code under Law nº 2,638 / 2010 is a necessary, but not sufficient condition.

KEYWORDS: *Source. State. Water. Workers.*

CONFLITO SOCIOAMBIENTAL URBANO NA COMUNIDADE RIBEIRÃO DOS PADILHAS, EM CURITIBA-PR: A INSTRUMENTALIZAÇÃO DO RISCO COMO ARGUMENTO LEGITIMADOR DO RACISMO AMBIENTAL

CONFLICTO SOCIOAMBIENTAL URBANO EN LA COMUNIDAD RIBEIRÃO DOS PADILHAS, EN CURITIBA-PR: LA INSTRUMENTALIZACIÓN DEL RIESGO COMO ARGUMENTO LEGITIMADOR DEL RACISMO AMBIENTAL

Mariana Auler

Valéria Fiori

Jaqueline Pereira de Andrade

RESUMO: O trabalho se apresenta como um estudo de caso da comunidade Ribeirão dos Padilhas, área de ocupação irregular em Curitiba/PR, localizada nas margens do Rio Ribeirão dos Padilha, pelo qual busca-se apontar as fragilidades e seletividade do discurso ambiental em Curitiba-PR, tida como referência de cidade ecológica. No caso, o conflito se expressa pela impossibilidade alegada pelo poder público de regularização fundiária da moradia conjugada à revitalização ambiental no bojo de um projeto de instalação de parque linear na área. Pretende-se expor o posicionamento

institucional, identificando como o viés ambientalista pode ser insensível aos aspectos sociais e mesmo instrumentalizado para preterir o direito à moradia por meio do discurso sobre o risco, que se aplica distintamente para a população com título de propriedade e os possuidores. O método a ser utilizado é descritivo, empírico e analítico e parte do trabalho de assessoria jurídica popular prestada à associação de moradores local, que rendeu acesso a relatos e registros dos moradores e do poder público e outros documentos produzidos durante o processo de luta comunitária. Desse modo, a partir da situação concreta, aborda-se a seletividade da ideia do risco e sua implicação e instrumentalização em contextos de insegurança jurídica da posse, onde argumentos ambientais são utilizados para justificar a higienização e o racismo ambiental. Sob um aspecto geral, busca-se tecer apontamentos relativos a interpretação da proteção do meio ambiente no contexto urbano das grandes cidades, onde cria-se reiteradamente uma falsa dicotomia entre o direito à moradia e a preservação ambiental.

PALAVRAS-CHAVE: Curitiba. Direito à Moradia. Risco Ambiental.

RESÚMEN: *El trabajo se presenta como un estudio de caso de la comunidad Ribeirão dos Padilhas, área de ocupación irregular en Curitiba / PR, ubicada a orillas del río Ribeirão dos Padilha, por lo cual se busca apuntar las fragilidades y selectividad del discurso ambiental en Curitiba-PR, considerada como referencia de ciudad ecológica. El conflicto se expresa por la imposibilidad de regularización de las viviendas conjuntamente a la revitalización ambiental en un proyecto de instalación de un parque lineal en la región. Se pretende exponer el posicionamiento institucional, identificando cómo la orientación ambientalista puede ser insensible a los aspectos sociales, e incluso puede ser instrumentalizado para preterir el derecho a la vivienda por medio del discurso sobre el riesgo, que se aplica distintamente para la población. El método a ser utilizado es descriptivo, empírico y analítico y parte del trabajo de asesoría jurídica popular prestada a la asociación de moradores, que posibilitó acceso a relatos y registros de los habitantes y del poder público y otros documentos producidos durante el proceso de lucha comunitaria. De este modo, a partir de la situación concreta, se aborda la selectividad de la idea del riesgo y su implicación e instrumentalización en contextos de inseguridad jurídica de la posesión, donde argumentos ambientales se utilizan para justificar la higienización y el racismo ambiental. En un aspecto general, se busca apuntar la protección del medio ambiente en las grandes ciudades, donde se crea una falsa dicotomía entre el derecho a la vivienda y la preservación ambiental.*

PALABRAS CLAVE: Curitiba. Derecho a la Vivienda. Riesgo Ambiental.

DA PACHAMAMA AO DIREITO DOS ANIMAIS, A PARTIR DAS COSMOVISÕES DOS POVOS ANTIGOS

FROM THE MOTHER NATURE TO THE RIGHT OF ANIMALS, FROM THE COSMOVISIONS OF THE ANCIENT PEOPLES

Pedro Henrique Faria Martins
Carla Fernanda Rodrigues Dias
Danilo Alves da Cruz

RESUMO: Em contraste com as incompreensíveis tradições antropocêntricas consumistas e das relações líquidas humanas, o presente artigo vem problematizar a relação da lógica do sistema econômico hegemônico que coisifica humanos e animais em meros objetos de propriedade com a necessidade ética de um direito libertário que preze a isonomia jurídica do valor da vida entre a natureza humana e animal. Busca-se um Direito socioambiental pós-moderno, que defenda não apenas a Natureza e os animais, mas que os eleve, enquanto sujeitos de direito. Não é mais possível vivenciar uma imagem central, única, do sujeito de direito, especialmente do poder do homem sobre os animais. Sendo necessário assim que cada ser seja respeitado como um sujeito único de direitos. Objetiva-se então explicar a luta animal que busca não apenas a “igualdade” entre espécies, já que igualdade nem a própria natureza foi capaz de conceber, mas o respeito, valorização das diferenças e a reafirmação dos direitos da natureza e dos animais de forma que estejam articulados aos direitos humanos. Para atingirmos desenvolvimento humano equitativo e sustentável é preciso tutelar o meio ambiente, devendo haver uma simbiose entre o homem e a natureza, o desenvolvimento econômico deve se dar sem a degradação ambiental e a proteção ambiental deve ocorrer de forma cooperativa entre todos, visto que o meio ambiente é uma questão universal, por meio da consolidação de uma visão holística do direito socioambiental.

PALAVRAS-CHAVE: Direito Animal. Bioética. Biodireito. Direito Socioambiental. Especismo.

ABSTRACT: *In contrast to the incomprehensible anthropocentric consumerist traditions and net human relations, this article discusses the relation of the logic of the hegemonic economic system that characterizes humans and animals into mere objects of property with the ethical necessity of a libertarian right that prevails legal isonomy of the value of life between human and animal nature. A postmodern socio-environmental law is sought that defends not only Nature and animals, but also elevates them as subjects of law. It is no longer possible to experience a central, single image of the subject of law, especially the power of man over animals. It is thus necessary that each being be respected as a single*

subject of rights. It aims to explain the animal struggle that seeks not only the “equality” between species, since equality nor the nature itself was able to conceive, but the respect, valorization of the differences and the reaffirmation of the rights of nature and animals in a way that human rights. To achieve equitable and sustainable human development we must protect the environment, there must be a symbiosis between man and nature, economic development must take place without environmental degradation and environmental protection must occur in a cooperative way among all, since the environment is a universal issue, through the consolidation of a holistic vision of socio-environmental law.

KEYWORDS: *Animal Rights. Bioethics. Biodiversity. Socio-environmental Law. Species.*

IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS E MINERAÇÃO NA AMAZÔNIA ORIENTAL: DA PRODUÇÃO DE RIQUEZAS À DISTRIBUIÇÃO DOS RISCOS

SOCIO-ENVIRONMENTAL IMPACTS AND MINING IN THE EASTERN AMAZON: FROM THE PRODUCTION OF RICHES TO THE DISTRIBUTION OF RISK

Amanda Ferraz da Silveira
Helene Sivini Ferreira

RESUMO: Foco de atenção do estado brasileiro e de grandes grupos econômicos, a Amazônia Oriental tem sido alvo de planejamento e execução de grandes projetos desenvolvimentistas desde a década de 1960. Estes projetos contaram, em grande parte, com investimentos, incentivos e/ou benesses estatais para a sua consecução, e ignoraram as realidades socioambientais locais. Em mais de 50 (cinquenta) anos de exploração mineral, uma atividade apresentada como “motor da economia nacional”, pouco se discute a respeito dos impactos negativos sobre povos e natureza. A região amazônica, ao mesmo tempo em que comporta grandes projetos de exploração, abriga uma expressiva sociobiodiversidade, que acaba suportando os riscos e impactos da extração de recursos do solo e/ou subsolo. Em decorrência das atividades de mineradora para extração de níquel, Comunidades Xikrin foram afetadas pela contaminação do rio Cateté. Comunidades em Barcarena, no Pará, possuem diversas áreas contaminadas por metais pesados, como alumínio e chumbo, o que ocorreu após a implantação de um polo de mineração. Diante do exposto, o objetivo deste trabalho é analisar os pos-

síveis impactos socioambientais da mineração na Amazônia Oriental, evidenciando o descompasso que há entre a produção de riquezas e a distribuição de riscos na região.

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia Oriental. Mineração. Produção de Riquezas. Impactos Socioambientais. Distribuição de Riscos.

ABSTRACT: *A focus of attention to the Brazilian state and large economic groups, the Eastern Amazon has been the target of planning and execution of major development projects since the 1960s. These projects relied in large part on state investments, incentives and aid and ignored local socio-environmental realities. In more than fifty (50) years of mineral exploitation, an activity presented as the “motor of the national economy”, there is little discussion about the negative impacts on people and nature. The Amazon region, while containing large exploitation projects, is home to a significant socio-biodiversity, which ends up taking the risks and impacts of extracting soil and / or subsoil resources. As a result of mining activities for nickel extraction, Xikrin Communities were affected by the contamination of the Cateté river. Communities in Barcarena, Pará, have several areas contaminated by heavy metals, such as aluminum and lead, which occurred after the implantation of a mining pole. In view of the aforementioned, the objective of this work is to analyze the possible socioenvironmental impacts of mining in the Eastern Amazon, evidencing the mismatch between the production of wealth and the distribution of risks in the region.*

KEYWORDS: *Eastern Amazon. Mining. Wealth Production. Social-Environmental Impacts. Distribution of Risks.*

MOBILIDADE HUMANA FORÇADA NA CIDADE MORADA NOVA DE MINAS – IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS CAUSADOS PELA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE TRÊS MARIAS

FORCED HUMAN MOBILITY IN THE CITY MORADA NOVA DE MINAS – SOCIAL AND ENVIRONMENTAL IMPACTS CAUSED BY CONSTRUCTION OF THE TRÊS MARIAS DAM

Mônica Thais Souza Ribeiro
Danuta Rafaela Nogueira de Souza Calazans

RESUMO: O período nacional desenvolvimentista foi marcado por inúmeros con-

flitos socioambientais no Brasil, dentre eles, a construção de usinas hidrelétricas para produção de energia. Neste sentido, o objetivo deste trabalho é reescrever os fatos a partir da perspectiva dos moradores da cidade de Morada Nova de Minas, cujas terras foram atingidas pelas águas da barragem de Três Marias, numa descrição de múltiplas narrativas a partir das mudanças provocadas. Compreende-se que os sentidos do direito estão relacionados à dimensão subjetiva dos atores ligada à ideia de justiça, de moral e ética e de valores que não são estranhos ao modo de viver do cotidiano. O método de pesquisa utilizado foi revisão bibliográfica e entrevistas semiestruturadas, a enfrentar o desafio da pesquisa empírica no campo jurídico, especialmente em decorrência da tradição dogmática e das características da retórica jurídica. Para interpretar o tipo de direito que se expressou nos relatos dos entrevistados, reformulamos a questão para dimensionar e descrever, através das narrativas, a presença do pluralismo jurídico, bem como a localização de cunho subjetivo dos atores enquanto sujeitos de direitos para enfrentar o desafio de reintegrá-los e pensar nas possibilidades de mitigar alguns dos impactos sofridos. Como resultado, percebeu-se a ausência de acesso à justiça, associada ao desconhecimento sobre direitos e garantias fundamentais. Isso reflete diretamente na ausência de identidade da população local, enquanto sujeitos de direitos, ou ainda, enquanto afetados pela construção da barragem e sua consequente ausência de políticas públicas.

PALAVRAS-CHAVE: Mobilidade humana. Pluralismo juridico. Acesso à justiça. Barragem.

ABSTRACT: *The national developmental period was marked by numerous socio-environmental conflicts in Brazil, among them, the construction of hydroelectric power plants for energy production. In this sense, the objective of this work is to rewrite the facts from the perspective of the residents of the city of Morada Nova de Minas, whose lands were affected by the waters of the Três Marias dam, in a description of multiple narratives from the changes provoked. It is understood that the meanings of the law are related to the subjective dimension of the actors linked to the idea of justice, morality and ethics and values that are not foreign to the everyday way of life. The research method used was bibliographic review and semi-structured interviews, to face the challenge of empirical research in the legal field, especially due to the dogmatic tradition and the characteristics of legal rhetoric. In order to interpret the type of law that was expressed in the interviewees' reports, we reformulated the question to dimension and describe, through the narratives, the presence of legal pluralism, as well as the subjective location of the actors as subjects of rights to face the challenge of reintegrate them and think about the possibilities to mitigate some of the impacts suffered. As a result, the lack of access to justice, associated with lack of knowledge about fundamental rights and guarantees, was perceived. This directly reflects the lack of identity of the local population, as subjects of rights, or as affected by the cons-*

truction of the dam and its consequent absence of public policies.

KEYWORDS: *Human mobility. Legal pluralism. Access to justice. Dam.*

O SEGURO AGRÁRIO E O OCULTAMENTO DE RISCOS NA SOCIEDADE MODERNA

EL SEGURO AGRÁRIO Y EL OCULTAMIENTO DE RIESGOS EN LA SOCIEDAD MODERNA

Alexandrina Benjamin Estevão de Farias

RESUMO: O objetivo central da pesquisa é analisar a relação existente entre o seguro aplicado às práticas agrárias e os riscos produzidos pela Sociedade Moderna, buscando desvendar os interesses existentes na delimitação de suas coberturas. A pesquisa perpassou pela investigação bibliográfica do tema, que buscou a delimitação dos conceitos de seguro, de risco e de seus processos de construção/reprodução através do Estado Moderno, e pela análise de situações socioambientais que poderiam ser percebidas através das reflexões propostas. O Estado Moderno, enquanto instrumento de dominação social pela capital, permitiu que o Direito transformasse o seguro em um instrumento econômico-jurídico responsável por fornecer os subsídios necessários para a construção do que deve ou não ser segurado. Desta feita, os efeitos sociais, culturais e políticos dos riscos só serão percebidos na medida em que forem relevantes para a manutenção da estrutura vigente. Portanto, riscos de relevante preocupação social, como a erosão genética causada pelo uso de sementes modificadas, o uso indiscriminado de agrotóxicos e técnicas modernas, são ocultados pela estrutura moderna, ao terem sua existência nega pela cobertura securitária.

PALAVRAS-CHAVE: Seguro. Sociedade Moderna. Riscos.

RESUMEN: *El objetivo central de la investigación es analizar la relación existente entre el seguro aplicado a las prácticas agrarias y los riesgos producidos por la Sociedad Moderna, buscando desvendar los intereses existentes en la delimitación de sus coberturas. La investigación perforó por el estudio bibliográfica del tema, que busco la delimitación de los conceptos de seguro, de riesgo y de sus procesos de construcción/reproducción a través del Estado Moderno, y por la análisis de situaciones socio-ambientales que podrían ser per-*

cibidas a través de las reflexiones propuestas. El Estado Moderno, mientras instrumento de dominación social por el capital, permitió que el Derecho cambiase el seguro en un instrumento económico-jurídico responsable por fornecer los subsidios necesarios para la construcción de lo que debe o no ser asegurado. De esta manera, los efectos sociales, culturales y políticos de los riesgos solo serán percibidos en la medida en que fueren relevantes para la manutención de la estructura vigente. Por lo tanto, riesgos de relevante preocupación social, como la erosión genética causada por el uso de semillas modificadas, el uso indiscriminado de pesticidas y otras técnicas modernas, son ocultados por la estructura moderna, por tener su existencia negada por la cobertura securitária.

PALABRAS CLAVE: Seguro. Sociedad Moderna. Riesgos.

RESISTÊNCIA POPULAR PARA SALVAGUARDA O PATRIMÔNIO AMBIENTAL: O CASO DO LICENCIAMENTO DE UMA USINA TERMOELÉTRICA NA MATA ATLÂNTICA – PERUÍBE, LITORAL SUL DE SÃO PAULO

RESISTENCIA POPULAR PARA SALVAGUARDIA EL PATRIMONIO AMBIENTAL: EL CASO DEL LICENCIAMIENTO DE UNA USINA TERMOELÉTRICA EN LA MATA ATLÁNTICA - PERUÍBE, LITORAL SUR DE SÃO PAULO

Katia Maria Pacheco dos Santos
André Dainese Ichikawa

RESUMO: As regiões litorâneas estão entre as áreas mais povoadas do país. No Estado de São Paulo, especificamente na Baixada Santista todos os municípios há áreas protegidas, como é o caso do município de Peruíbe, localizado a aproximadamente 100Km do Porto de Santos, e nas proximidades da rodovia BR 160. Peruíbe é a última cidade do litoral sul do Estado que compõe a Baixada Santista e apresenta relevância ambiental por abranger diversas áreas protegidas, além de Unidades de Conservação Estadual, como por exemplo, a Estação Ecológica da Juréia-Itatins, criada nos anos de 1980, após a ameaça de instalação de uma Usina Nuclear, existem Unidades de Conservação Federal, e ainda duas Terras Indígenas, a T.I. Piaçaguera e a T.I. Bananal. Historicamente essa porção litorânea têm sido palco de conflitos socioambientais originados por interesses econômicos associados à exploração de recursos naturais e especulação imobiliária. Recentemente, em 2017 a empresa Gastrading Comercial

lizadora de Energia, deu início ao processo de licenciamento ambiental do Projeto Verde Atlântico que objetivava a construção de uma Usina Termoeletrica numa área de 30 hectares ao lado das Terras Indígenas e das Unidades de Conservação. ONGs de Peruíbe se mobilizaram e conseguiram impedir o processo de licenciamento ambiental. O objetivo do presente estudo é descrever o processo de resistência dos indígenas e das ONGs locais, e as conquistas de políticas públicas que foram instituídas para salvaguardar a qualidade do ar da cidade e combater a emissão de gases de efeito estufa.

PALAVRAS-CHAVE: Conflitos socioambientais. Mobilização social. Mata Atlântica. Usina Termoeletrica. Litoral de São Paulo.

RESUMEN: *Las regiones costeras están entre las zonas más pobladas del país. En el Estado de São Paulo, específicamente en la Baixada Santista todos los municipios hay áreas protegidas, como es el caso del municipio de Peruíbe, localizado a aproximadamente 100 Km. Del Puerto de Santos, y en las proximidades de la carretera BR 160. Peruíbe es la última ciudad del litoral el sur del Estado que compone la Baixada Santista y presenta relevancia ambiental por abarcar diversas áreas protegidas, además de Unidades de Conservación Estadual, como por ejemplo, la Estación Ecológica de la Juréia-Itatins, creada en los años 1980, después de la amenaza de instalación de una. Usina Nuclear, existen Unidades de Conservación Federal, y aún dos Tierras Indígenas, la TI Piaçaguera y la TI Bananal. Históricamente esa porción costera ha sido escenario de conflictos socioambientales originados por intereses económicos asociados a la explotación de recursos naturales y especulación inmobiliaria. Recientemente, en 2017 la empresa Gastrading Comercializadora de Energía, inició el proceso de licenciamiento ambiental del Proyecto Verde Atlántico que objetivaba la construcción de una Usina Termoeletrica en un área de 30 hectáreas al lado de las Tierras Indígenas y de las Unidades de Conservación. Las ONG de Peruíbe se movilizaron y lograron impedir el proceso de licenciamiento ambiental. El objetivo del presente estudio es describir el proceso de resistencia de los indígenas y de las ONG locales, y las conquistas de políticas públicas que se establecieron para salvaguardar la calidad del aire de la ciudad y combatir la emisión de gases de efecto invernadero.*

PALABRAS CLAVE: *Conflictos socioambientales. Movilización social. Bosque Atlántico. Usina Termoeletrica. Litoral de São Paulo.*

SOCIEDADE DE RISCO E PLANO DIRETOR: PLANO DIRETOR COMO INSTRUMENTO DE PROTEÇÃO JURÍDICA DO MEIO AMBIENTE URBANO

SOCIETY OF RISK AND DIRECTOR PLAN: DIRECTOR PLAN AS AN INSTRUMENT OF LEGAL PROTECTION OF THE URBAN ENVIRONMENT

Lorena Tôrres de Arruda
Alexandre Nascimento Pinheiro
Thainá Tôrres de Arruda

RESUMO: O presente artigo terá como objetivo compreender o plano diretor como instrumento jurídico para a tutela do meio ambiente urbano. Será feita uma análise dos conceitos de sociedade de risco, direito do urbanismo e plano diretor na tentativa de abordar suas conexões. O direito do urbanismo é tomado como mecanismo de primordial importância para o ordenamento do território, consequentemente, para o desenvolvimento urbano e para a preservação ambiental. Buscar-se-á demonstrar como cidades sustentáveis devem ser temas centrais nos debates dos planos diretores. O método a ser utilizado será o qualitativo, uma vez que as respostas a serem apresentadas não serão objetivas, e o propósito do artigo não é contabilizar quantidades como resultado, mas sim conseguir compreender o comportamento dos aplicadores do direito. Assim, será utilizada como modalidade de investigação a revisão bibliográfica. Como possível resultado, pode ser apontada a necessidade de fortalecimento da gestão democrática, valorização da autonomia local e a imperatividade de uma atuação na preservação de desastres.

PALAVRAS-CHAVE: Plano Diretor. Sociedade de Risco. Meio Ambiente Urbano.

ABSTRACT: *The objective of this article is to understand the urban plan as a legal instrument for the protection of the urban environment. An analysis will be made of the concepts of risk society, urban planning law and urban plan in an attempt to address their connections. The urban planning law is taken as a mechanism of primordial importance for the planning of the territory, consequently, for the urban development and for the environmental preservation. It will be sought to demonstrate how sustainable cities should be central themes in the discussions of the urban plans. The method to be used will be qualitative, since the answers to be presented will not be objective, and the purpose of the article is not to count quantities as a result, but rather to be able to understand the behavior of the applicators of the law. Thus, the bibliographic review will be used as research modality. As a possible result, the need to strengthen democratic management, valorization of local autonomy and the imperative of action in the preservation of disasters can be pointed out.*

KEYWORDS: *Urban Plan, Risk Society, Urban Environment.*

VULNERABILIDADE DO ENTORNO HUMANO PÓS 30 ANOS DO ACIDENTE RADIOLOGICO EM GOIANIA

VULNERABILIDAD DEL ENTORNO HUMANO POST 30 AÑOS DEL ACCIDENTE RADIOLOGICO EN GOIANIA

Angela Maria Aires Teixeira

RESUMO: Ocupa este escrito de trazer à lume as consequências ambientais do grave acidente com uma fonte órfã radiológica abandonada de cesio-137, ocorrido em Goiânia há 30 anos passados. Radiação essa de alta potência e mal manipulada foi capaz de penetrar e lesionar o corpo humano, a fauna, flora, solo, água, ar e todo entorno humano. A discussão proposta enfoca nas consequências danosas ao meio ambiente que não se conhece seu exato alcance, em decorrência das inexistentes ações preventivas e as de informação, negligenciadas pelo poder público. A efeito de pesquisa, a metodologia a ser empregada está fundamentalmente baseada na bibliografia, no arcabouço legislativo que regula a matéria, nos depoimentos de testemunhos de familiares e vítimas do acidente, nas entidades de proteção ambiental e na associação das vítimas que serão confrontados com os dados dos órgãos oficiais dos governo estadual e federal, cujo escopo é lançar a discussão de modo efetivo para que os princípios da prevenção e o da informação sejam as principais alertas para evitar que o fato volte a ocorrer em qualquer proporção, vez que o meio ambiente é vulnerável e hipossuficiente.

PALAVRAS-CHAVE: Acidente radiológico. Meio ambiente. Prevenção. Ações governamentais. Negligência.

RESUMEN: *En este escrito se pretende traer a la luz las consecuencias ambientales del grave accidente con una fuente huérfana radiológica abandonada de cesio-137, ocurrida en Goiânia hace 30 años. La radiación esta de alta potencia y mal manipulada fue capaz de penetrar y lesionar el cuerpo humano, la fauna, la flora, el suelo, el agua, el aire y todo el entorno humano. La discusión propuesta se enfoca en las consecuencias dañinas al medio ambiente que no se conoce su exacto alcance, como consecuencia de las inexistentes acciones preventivas y las de información, descuidadas por el poder público. A efectos de investigación, la metodología a emplear está fundamentalmente basada en la bibliografía, investigación legislativa que regula la materia, en los testimonios de familiares y*

víctimas del accidente, en las entidades de protección ambiental y en la asociación de las víctimas que se enfrentarán a los datos de los órganos oficiales del gobierno estatal y estatal cuyo alcance es lanzar la discusión de modo efectivo para que los principios de la prevención y el de la información sean las principales alertas para evitar que el hecho vuelva a ocurrir en cualquier proporción, ya que el medio ambiente es vulnerable e hiposuficiente.

PALABRAS CLAVE: *Accidente radiológico. Medio ambiente. Prevención. Acciones gubernamentales. Negligencia.*

GRUPO DE TRABALHO III

**INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E
OUTROS POVOS TRADICIONAIS**

ANÁLISE TEXTUAL DO SABER CIENTÍFICO PRODUZIDO SOBRE POVOS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

TEXTUAL ANALYSIS OF THE SCIENTIFIC KNOWLEDGE PRODUCED ON INDIGENOUS PEOPLES, QUILOMBOLAS AND TRADITIONAL COMMUNITIES

Juliana da Silva Matos

RESUMO: O artigo possui como objetivo discorrer sobre o saber, dito científico, produzido sobre povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, estando ancorado teoricamente na perspectiva do Direito como regulação/emancipação, com arrimo em Boaventura de Sousa Santos. Parte-se da hipótese de que o conhecimento produzido é orientado por uma concepção hegemônica eurocêntrica acerca dos povos indígenas e comunidades tradicionais, podendo-se verificar a inserção das cosmovisões desses povos no ambiente acadêmico nos últimos anos. Mediante a ferramenta de busca avançada do Portal periódicos da CAPES, indicando as palavras “povos indígenas”, “quilombolas” e “comunidades tradicionais”, coletou-se artigos científicos. Realizou-se uma análise textual dos artigos por meio da conjugação de procedimentos estatísticos aplicados a banco de dados textuais apresentando como fundamento a ideia de relação entre o contexto linguístico e a representação coletiva. Foi estabelecida uma comparação entre os textos com base nas seguintes variáveis: qualis do periódico, ano da publicação, universidade de vínculo dos autores (pública, privado ou mista). Por meio da ferramenta de busca do Portal foram obtidos 437 resultados, referente a artigos publicados em periódicos científicos, em língua portuguesa, entre os anos de 1998 e 2018.

PALAVRAS-CHAVE: Povos indígenas. Quilombolas. Comunidades Tradicionais. Análise textual.

ABSTRACT: *The article disposes and discourse on the knowledge, which is said scientific, produced on indigenous peoples, quilombolas and traditional communities, is theoretically anchored in the perspective of law/regulation, based on Boaventura de Sousa Santos. Starts with the hypothesis of the knowledge produced is oriented by hegemonic Eurocentric conception on indigenous peoples and traditional communities is possible to verify the insertion of the worldviews of these people in the academic environment in the last years. Using the CAPES Periodic Portal Advanced Search Tool, with the words “indigenous subjects”, “quilombolas” and “traditional communities”, scientific articles were collected. A textual analysis of the articles was carried out by means of the conjugation of*

statistical procedures on a textual database, based on an idea of the relation between the linguistic context and a collective representation. A comparison was made between the texts, according to the following variables: journal qualis, year of publication, the authors' university (public, private or mixed). In this way, through the Portal's search tool, 437 results were obtained, referring to articles published in scientific journals, in Portuguese, between 1998 and 2018.

KEYWORDS: *Indian people. Quilombolas. Traditional Communities. Textual analysis.*

A AUSÊNCIA DE CONSULTA PRÉVIA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS E SEUS IMPACTOS: UMA ANÁLISE ACERCA DA CONSTRUÇÃO DE PROTOCOLOS DE CONSULTA COMUNITÁRIOS NO ESTADO DE GOIÁS

THE ABSENCE OF PRELIMINARY CONSULTATION OF QUILOMBO-LA COMMUNITIES AND THEIR IMPACTS: AN ANALYSIS ABOUT THE CONSTRUCTION OF COMMUNITY CONSULTATION PROTOCOLS IN THE STATE OF GOIÁS

Juliete Prado de Faria

RESUMO: A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT reconheceu o direito dos povos indígenas e tribais a consulta prévia, livre e informada, sempre que forem tomadas medidas administrativas ou legislativas que os afetem diretamente. O Brasil, apesar de ter ratificado a referida Convenção, vem desrespeitando seus preceitos. Sobre o assunto, a implantação unilateral de grandes empreendimentos em nome do desenvolvimento, com a autorização do Poder Executivo, sem nenhum tipo de consulta vem ameaçando a manutenção do modo de vida e cultura das comunidades quilombolas. O presente trabalho tem como objetivo analisar os impactos gerados pela construção desses grandes empreendimentos em Territórios Quilombolas no Estado de Goiás e como a construção de protocolos comunitários de consulta podem ajudar a efetivar os direitos desses povos. A pesquisa é bibliográfica e a metodologia utilizada é hipotético-dedutiva, tendo em vista que analisa o caso específico do Estado de Goiás, adotando artigos, dissertações, Teses, legislações e outros documentos. O resultado inicial da pesquisa é que a ausência de consulta prévia, livre e informada das Comunidades Quilombolas no Estado de Goiás vem trazendo sérias

consequências e impactos aos demais direitos fundamentais desses povos, trazendo riscos a cultura e modo de vida das Comunidades Quilombolas, além de ferir o direito a autodeterminação. Por fim, que a construção de protocolos comunitários de consulta podem contribuir para a efetivação de direitos fundamentais desses povos, uma vez que oportunizam a autodeterminação e participação deles nas decisões governamentais e sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Comunidades Quilombolas. Consulta Prévia. Violação.

ABSTRACT: *Convention 169 of the International Labor Organization (ILO) has recognized the right of indigenous and tribal peoples to have prior, free and informed consultation whenever administrative or legislative measures are taken that affect them directly. Brazil, despite having ratified ILO Convention 169, has been disrespecting its precepts. On this subject, the unilateral implementation of large enterprises in the name of development, with the authorization of the Executive Branch, without any type of consultation threatens the maintenance of the way of life and culture of the quilombola communities. The present work aims to analyze the impacts generated by the construction of these large enterprises in Quilombola Territories in the State of Goiás and how the construction of community consultation protocols can help to realize the rights of these peoples. The research is bibliographical and the methodology used will be hypothetical-deductive, considering that it is intended to analyze the specific case of the State of Goiás, adopting articles, dissertations, theses, legislations and other documents. The initial result of the research is that the absence of prior, free and informed consultation of the Quilombola Communities in the State of Goiás has brought serious consequences and impacts to the other fundamental rights of these peoples, bringing serious risks to the culture and way of life of Quilombola Communities, besides right to self-determination. Finally, the construction of community consultation protocols can contribute to the realization of the fundamental rights of these peoples, since they facilitate their self-determination and participation in governmental and social decisions.*

KEYWORDS: *Quilombola Communities. Previous Consultation. Violation.*

A IMPORTÂNCIA DA ELABORAÇÃO DOS PROTOCOLOS DE CONSULTA NA PROTEÇÃO DOS DIREITOS DAS COMUNIDADES DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA ÁGUAS DO VELHO CHICO/OROCÓ/PE

LA IMPORTANCIA DE LOS PROTOCOLOS DE CONSULTA Y CONSENTI-

MIENTO LIBRE, PREVIO E INFORMADO PARA LA GARANTÍA Y EFECTIVIDAD DE LOS DERECHOS DE LAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DEL TERRITORIO QUILOMBOLA AGUAS DEL VIEJO CHICO/ OROCÓ, PE

Jeferson da Silva Pereira
Oriel Rodrigues de Moraes

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo suscitar a importância dos protocolos de consulta e consentimento livre, prévio e informado para a garantia e efetivação dos direitos das comunidades quilombolas do Território Quilombola Águas do Velho Chico, localizado no município de Orocó/Pe. A construção de protocolos autônomos pretende assegurar a participação das comunidades nas tomadas de decisões que envolvem seu território. Para isto o presente trabalho tem como premissa apresentar alguns elementos e interfaces que possibilitem uma maior compreensão deste importante mecanismo. Para isto foi e está sendo necessário dialogar com as lideranças do território quilombola Águas do Velho Chico, sobre: O que são os protocolos? para que servem? Qual sua importância? E a partir destas discussões elaborar coletivamente o protocolo de consulta do Território quilombola Águas do Velho Chico.

PALAVRAS-CHAVE: Protocolos de Consulta. Quilombolas. Direito.

RESUMEN: *El presente artículo tiene por objeto suscitar la importancia de los protocolos de consulta y consentimiento libre, previo e informado para la garantía y efectividad de los derechos de las comunidades quilombolas del Territorio Quilombola Aguas del Viejo Chico, ubicado en el municipio de Orocó, Pernambuco. La construcción de protocolos autónomos pretende asegurar la participación de las comunidades en las tomas de decisiones que involucran su territorio. Para ello el presente trabajo tiene como premisa presentar algunos elementos e interfaces que posibiliten una mayor comprensión de este importante mecanismo. Para ello fue y está siendo necesario dialogar con los liderazgos del territorio quilombola Aguas del Viejo Chico, sobre: ¿Qué son los protocolos? para que sirven? ¿Cuál es su importancia? Y a partir de estas discusiones elaborar colectivamente el protocolo de consulta del Territorio quilombola Aguas del Viejo Chico.*

PALABRAS-CLAVE: *Protocolos de Consulta. Quilombolas. Derecho.*

A TERRA SOB A PERSPECTIVA INDÍGENA E O JULGAMENTO DO CASO DA RAPOSA SERRA DO SOL PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDE-

RAL

THE LAND UNDER INDIGENOUS PERSPECTIVE AND THE JUDGMENT OF THE CASE RAPOSA SERRA DO SOL BY THE SUPREME COURT IN BRAZIL (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL)

Marcela Rodrigues Calixto
José Querino Tavares Neto

RESUMO: A pesquisa visa analisar a compreensão da terra sob a perspectiva dos povos indígenas em contraponto à regulação da Constituição brasileira de 1988 bem como da interpretação dada pelo Supremo Tribunal Federal, mormente da decisão proferida no caso da demarcação da terra Raposa Serra do Sol. Será adotada a metodologia analítico-qualitativa, privilegiando a crítica e reflexão sobre o objeto e sua problemática. Por meio de fontes de pesquisas adequadas serão analisadas as declarações indígenas e de sua compreensão sobre a terra. De igual modo, serão analisadas o tratamento dado pela Constituição de 1988 acerca dos povos indígenas e da terra. Nessa perspectiva, será analisado o acórdão do julgamento do caso da demarcação contínua da terra indígena Raposa Serra do Sol – a partir da Petição (PET) 3388/RR. De igual forma, adotar-se-á o método dedutivo, consistente na apreensão de temáticas gerais para se atingir conclusões específicas sobre o tema. Até o presente momento, a pesquisa revelou que a Constituição da República de 1988 possui, em sua maioria, uma visão que nem sempre acolhe a visão do indígena sobre a terra, o que é visto em diversos pontos do acórdão do Supremo Tribunal Federal sobre caso da Raposa Serra do Sol e a demarcação da referida terra.

PALAVRAS-CHAVE: Indígenas. Constituição. Terra.

ABSTRACT: *The research aims to analyze the comprehension of the land under the perspective of indigenous people in counterpoint to the regulation of brazilian 1988 Constitution as well as the interpretation given by the Supremo Tribunal Federal (the Supreme Court in Brazil), especially from the decision rendered in the case of the demarcation of the land Raposa Serra do Sol. Will be adopted the analytical-qualitative method privileging the critic and reflection over the object and its problems. By means of the right search sources, will be analyzed indigenous declarations and its comprehension about land. The same way, will be analyzed the treatment given by 1998 Constitution about indigenous people and land. In the perspective will be analyzed the decision on the judgment of the case of continuous demarcation of the indigenous land Raposa Serra do Sol – starting from the petition (PET) 3388/RR. In the same way, will be adopted the deductive method, which consists on the apprehension of general themes to reach specific*

conclusions over the theme. Until the present moment, the research revealed that the Republic 1988 Constitution has, mainly, a vision that not always accepts indigenous vision about the land, which is seen in a lot of points of the decision given by the Supremo Tribunal Federal about the case Raposa Serra do Sol and the demarcation of the referred land.

KEYWORDS: *Indigenous. Constitution. Land.*

A PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS NO PLANEJAMENTO TERRITORIAL MUNICIPAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

THE PARTICIPATION OF INDIGENOUS PEOPLES IN MUNICIPAL TERRITORIAL PLANNING: CHALLENGES AND PERSPECTIVES

Gabriel Queiroz de Camargo
Juliana Adono da Silva

RESUMO: O planejamento territorial nos municípios brasileiros ocorre por uma série de legislações e instrumentos normativos de âmbito federal, estadual e municipal. A legislação territorial no Brasil em âmbito federal encontra amparo na Constituição Federal e no Estatuto da Cidade, enquanto que em âmbito local a Lei Orgânica Municipal e o Plano Diretor são os instrumentos jurídicos responsáveis para tal determinação, sendo que, necessariamente, tais legislações devem ser participativas. Assim, em municípios que abrangem áreas destinadas à posse e à ocupação de povos indígenas, ou seja, onde existem terras indígenas, faz-se necessário a participação dos referidos povos nas definições das políticas públicas territoriais e nas definições de suas legislações urbanísticas. Diante disso, o presente trabalho analisará a participação dos povos indígenas no planejamento territorial municipal, no tocante ao histórico de seus desafios e dificuldades, bem como em relação às suas perspectivas. Para tanto, utilizar-se-á da metodologia lógico-argumentativa com raciocínio dialético, por meio de procedimentos teórico-qualitativos, sendo as fontes documentais. Levando em consideração que os povos indígenas caracterizam-se por suas diferenças culturais em relação à sociedade não indígena, além de seus territórios garantirem a liberdade de reprodução de seu modo de vida e o desenvolvimento de sua territorialidade, verifica-se a necessidade de sua participação na elaboração das políticas públicas territoriais no plano municipal.

PALAVRAS-CHAVE: Participação. Municípios. Povos Indígenas. Territorialidade.

Políticas públicas.

ABSTRACT: *Territorial planning in Brazilian municipalities occurs through a series of legislation and normative instruments of federal, state and municipal scope. Territorial legislation in Brazil at the federal level is supported by the Federal Constitution and the City Statute, while at local level the Municipal Organic Law and the Master Plan are the legal instruments responsible for such determination, and necessarily, such legislation must be participatory approaches. Thus, in municipalities that cover areas destined to the possession and occupation of indigenous peoples, that is, where indigenous lands exist, it is necessary the participation of these peoples in the definitions of territorial public policies and in the definitions of their urban planning legislation. Therefore, the present study will analyze the participation of indigenous peoples in municipal territorial planning, regarding the history of their challenges and difficulties, as well as their perspectives. In order to do so, it will be used the logical-argumentative methodology with dialectical reasoning, through theoretical-qualitative procedures, being the documentary sources. Taking into account that indigenous peoples are characterized by their cultural differences in relation to non-indigenous society, in addition to their territories guarantee freedom of reproduction of their way of life and the development of their territoriality, there is a need for their participation in the elaboration of territorial public policies at the municipal level.*

KEYWORDS: *Participation. Municipalities. Indigenous Peoples. Territoriality. Public Policies.*

A PROTEÇÃO JURÍDICA DA TERRITORIALIDADE QUILOMBOLA FRENTE À CONSTRUÇÃO DA PCH SANTA MÔNICA NA REGIÃO KALUNGA

LA PROTECCIÓN JURÍDICA DE LA TERRITORIALIDAD QUILOMBOLA FRENTE A LA CONSTRUCCIÓN DE LA PCH SANTA MÓNICA EN LA REGIÓN KALUNGA

Izadora Nogueira dos Santos Muniz
Vercilene Francisco Dias
Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega

RESUMO: Cem anos é o tempo que o ordenamento legislativo brasileiro leva para

retirar do domínio da invisibilidade jurídica as “comunidades remanescentes de quilombos”. É no art. 68 do ADCT, da Constituição Federal de 1988, que o constituinte retira esses sujeitos do isolamento institucional e o Estado brasileiro confere à essas comunidades proteção jurídica de suas territorialidades. Trata-se, portanto, de um dever-ser constitucional. Passados 30 anos da promulgação da Constituição, a área da comunidade Kalunga, que engloba os municípios de Cavalcante, Monte Alegre e Teresinha do Goiás – GO, área reconhecida pelo Governo do Estado de Goiás, desde 1991, como sítio histórico que abriga o Patrimônio Cultural Kalunga, encontra-se em processo de regularização no INCRA desde 2004, onde aguarda Decreto Presidencial de Desapropriação por Interesse Social. Essa morosidade por parte das instituições se apresenta como entrave para a outorga de título coletivo à comunidade. Deixando assim o território Kalunga mais vulnerável aos interesses privados de grandes empreendimentos (CHIANCA, 2010), o que se manifesta na solicitação de Licença Prévia intencionando a instalação do empreendimento particular de uma Pequena Central Hidrelétrica na região Vão de Almas. Assim, o presente artigo tem como objetivo analisar a efetividade dos instrumentos normativos de proteção jurídica utilizados pelo Estado brasileiro para a proteção de territorialidades quilombolas frente ao interesse particular de construção de um empreendimento hidrelétrico. Para tanto, será desenvolvido uma pesquisa bibliográfica, onde analisaremos o processo administrativo nº 257/2008, que tramita junto a SEMARH do Estado de Goiás, bem como trabalhos acadêmicos que versem sobre o tema.

PALAVRAS-CHAVE: Efetividade Jurídica. Territorialidade. Kalungas.

RESUMEN: Cien años es el tiempo que el orden jurídico brasileño lleva a retirarse del dominio de la invisibilidad jurídica las “comunidades remanentes de quilombos”. Es en el art. 68 del ADCT, de la Constitución Federal de 1988, que el constituyente retira esos sujetos del aislamiento institucional y el Estado brasileño confiere a esas comunidades protección jurídica de sus territorialidades. Se trata, por tanto, de un deber-ser constitucional. Pasados 30 años de la promulgación de la Constitución, el área de la comunidad Kalunga, que engloba los municipios de Cavalcante, Monte Alegre y Teresinha do Goiás - GO, área reconocida por el Gobierno del Estado de Goiás, desde 1991, como sitio histórico que alberga el Patrimonio Cultural Kalunga, se encuentra en proceso de regularización en el INCRA desde 2004, donde espera el Decreto Presidencial de Desapropiación por Interés Social. Esta morosidad por parte de las instituciones se que presenta como obstáculo para el otorgamiento de título colectivo a la comunidad. Dejando así el territorio Kalunga más vulnerable a los intereses privados de grandes empresas (CHIANCA, 2010), lo que se manifesta em la solicitud de licencia previa intencionando la instalación del emprendimiento particular de una Pequeña Central Hidroeléctrica en la región Vão de Almas. Así, el presente artículo tiene como objetivo analizar la efectividad de los

instrumentos normativos de protección jurídica utilizados por el Estado brasileño para la protección de territorialidades quilombolas frente al interés particular de construcción de un emprendimiento hidroeléctrico. Para ello, se desarrollará una investigación bibliográfica, donde analizaremos el proceso administrativo n ° 257/2008, que tramita junto a SEMARH del Estado de Goiás, así como trabajos académicos que versen sobre el tema.

PALABRAS CLAVE: *Eficacia Legal. Territorialidad. Kalunga.*

COMUNIDADES PESQUEIRAS E DIREITOS TERRITORIAIS NAS BARRANCAS DO RIO SÃO FRANCISCO

COMUNIDADES PESQUERAS Y DERECHOS TERRITORIALES EN LAS BARRANCAS DEL RIO SÃO FRANCISCO

Letícia Aparecida Rocha
Erina Batista Gomes

RESUMO: O território mineiro, desde o início de sua colonização, vem sendo cenário de intensa atividade econômica, produtora de severas transformações nas suas condições naturais e nas formas sociais de sua apropriação materiais e simbólicas do espaço. Esta conjuntura é marcada pela presença de uma diversidade de sujeitos sociais, identidades coletivas, que demarcam diferentes concepções de desenvolvimento no uso do espaço. Tal situação, lastreia os conflitos territoriais nas barrancas do rio São Francisco no Norte de Minas. Os quais, não se trata apenas de oposição das demandas tradicionais às modernas frente ao desenvolvimento, mas demonstram racionalidades distintas e a incompatibilidade de projeto difuso de uso das margens do rio. Tal cenário, propicia disputas assimétricas, porém, as mesmas sofrem instabilidades nas relações de poder no campo social, na medida em que capitais são conquistados e acionados no processo de resistência reivindicatória de direitos territoriais, garantidos pelo status quo – dos povos e comunidades tradicionais. Este artigo tem por objetivo contribuir com a análise das consequências do processo de modernização agrícola brasileira para a região do Norte de Minas Gerais, intensificando conflitos socioambientais e desapropriações, a partir de referenciais teóricos e do contexto empírico de algumas comunidades tradicionais, organizadas como movimento social dos pescadores artesanais demandando reconhecimento e regularização fundiária dos espaços tradicionalmente ocupados, os territórios pesqueiros.

PALAVRAS-CHAVE: Territórios Pesqueiros. Povos e Comunidades tradicionais. Conflitos Socioambientais.

RESUMEN: *El territorio minero, desde el inicio de su colonización, viene siendo escenario de intensa actividad económica, productora de severas transformaciones en sus condiciones naturales y en las formas sociales de su apropiación materiales y simbólicas del espacio. Esta coyuntura está marcada por la presencia de una diversidad de sujetos sociales, identidades colectivas, que demarcan diferentes concepciones de desarrollo en el uso del espacio. Tal situación, lastre los conflictos territoriales en las barrancas del río San Francisco en el Norte de Minas. Los cuales, no se trata sólo de oposición de las demandas tradicionales a las modernas frente al desarrollo, pero demuestran racionalidades distintas y la incompatibilidad de proyecto difuso de uso de las márgenes del río. Tal escenario, propicia disputas asimétricas, sin embargo, las mismas sufren inestabilidades en las relaciones de poder en el campo social, en la medida en que capitales son conquistados y accionados en el proceso de resistencia reivindicatoria de derechos territoriales, garantizados por el status quo - de los pueblos y comunidades tradicionales. Este artículo tiene por objetivo contribuir con el análisis de las consecuencias del proceso de modernización agrícola brasileña para la región del Norte de Minas Gerais, intensificando conflictos socioambientales y desapropiados, a partir de referenciales teóricos y del contexto empírico de algunas comunidades tradicionales, organizadas como movimiento social de los pescadores artesanales demandando reconocimiento y regularización agraria de los espacios tradicionalmente ocupados, los territorios pesqueros.*

PALABRAS CLAVE: Territorios Pesqueros. Pueblos y comunidades tradicionales. Conflictos Socioambientales.

CONFLITO AGRÁRIO NAS TERRAS TRADICIONALMENTE OCUPADAS PELOS POVOS INDÍGENAS GUARANI KAIOWÁ E A POSIÇÃO DO JUDICIÁRIO

AGRARIAN CONFLICT ON TRADITIONALLY OCCUPIED LANDS BY GUARANI KAIOWÁ INDIGENOUS PEOPLES AND THE POSITION OF THE JUDICIARY

Yasmine Altimare da Silva

RESUMO: No Brasil, as políticas de reconhecimento, demarcação e destinação de

terras constroem-se a partir de aparelhamentos jurídicos, que, comumente, sinalizam a situações alheias às populações que ocupam a região. Tais políticas tendem a se delinear em favor da construção das condições formais para apropriação privada da terra pelo grande capital. De forma não linear, mas contraditórios aos processos de condições acesso à terra. Neste sentido, o presente trabalho constitui estudo de caso, que partir de métodos quantitativo e qualitativo, verificou o percurso do judiciário que resultaram na anulação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios. O objetivo foi traçar o perfil do Judiciário brasileiro nas ações que envolvem reconhecimento das Terras Indígenas Panambi Guyraroka e Guyra Kambi'y, dos povos indígenas Guarani-Kaiowá, localizadas no Estado do Mato Grosso do Sul. Para tanto, se examinou a atuação do Poder Judiciário nesses conflitos judiciais, nos quais as comunidades indígenas Guarani-Kaiowá figuram como partes dos processos e litigam pela posse de suas terras. A Hipótese é de que o agronegócio seria o pano de fundo do conflito agrário, enquanto um conflito territorial por espaços agricultáveis. Os processos encontrados têm natureza declaratória (anulatória de Decreto de Terra Indígena), seguida de ação de reintegração de posse. Os meios de prova foram utilizados os laudos antropológicos feitos pela Fundação Nacional Do Índio e impugnados quanto ao fato do marco temporal da posse indígena. Os julgamentos foram no sentido de afastar a posse étnica, anulando-as.

PALAVRAS-CHAVE: direito agrário. conflitos agrários. terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

ABSTRACT: *In Brazil, the policies of recognition, demarcation and destination of land are built from legal devices, which, usually, signal to situations unrelated to the populations that occupy the region. Such policies tend to delineate in favor of the construction of formal conditions for private appropriation of land by big capital. In a non linear way, but contradictory to the processes of access to land conditions. In this sense, the present work constitutes a case study, which starts from quantitative and qualitative methods, verifies the course of the judiciary, which results in the annulment of the lands traditionally occupied by the Indians. The objective is to trace the profile of the Brazilian Judiciary in actions involving recognition of the Panambi Guyraroka and Guyra Kambi'y Indigenous Lands of the Guarani-Kaiowá indigenous peoples located in the State of Mato Grosso do Sul. For this purpose, Judiciary in these judicial conflicts, in which the Guarani-Kaiowá indigenous communities appear as parties to the proceedings and litigate for the possession of their lands. The hypothesis is that agribusiness would be the backdrop to agrarian conflict, as a territorial conflict over arable land. The processes found have declaratory nature (annulment of Indigenous Land Decree), followed by repossession action. The evidence was used the anthropological reports made by the National Indian Foundation and challenged as to the fact of the time frame of indigenous ownership. The judgments were to*

remove ethnic ownership, nullifying them.

KEYWORDS: *agrarian law. conflicts. lands traditionally occupied by Indians.*

EDUCAÇÃO E IDENTIDADE EM COMUNIDADES CAIÇARAS – O CASO DE ILHABELA-SP

EDUCATION AND IDENTITY IN CAIÇARA COMMUNITIES - THE CASE OF ILHABELA-SP

Clarissa Nogueira Mariotti

RESUMO: O presente trabalho versa sobre o papel da educação na construção da moderna identidade das Comunidades Caiçaras, tendo como exemplos as comunidades de Ilhabela-SP. As Comunidades Caiçaras, cujo modo de vida depende fundamentalmente de sistemas tradicionais de uso e manejo dos recursos naturais, enfrentam, assim como outras comunidades tradicionais, desafios importantes no acesso ao Direito à Educação. Neste contexto, o que observamos ultimamente é que a democratização do conhecimento não consegue ultrapassar a barreira da educação institucional de massa, se fazendo necessário um olhar criterioso sobre a educação oferecida para estas comunidades culturais. Este artigo tem por objetivo fazer uma reflexão sobre dispositivos legais e estratégias metodológicas para incluir no processo de ensino e aprendizagem, de maneira interdisciplinar, elementos da cultura caiçara. Por fim, ressalta-se que a aplicação efetiva da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNDSPC e Plano Estadual de Educação do Estado de São Paulo, principalmente no que se refere à valorização das formas tradicionais de educação e contextualização da construção de novos saberes, é um caminho para a formação de alunos conhecedores de sua realidade vivida, e contribui, portanto, para a formação de cidadãos no contexto de um desenvolvimento socioambiental mais amplo e inclusivo.

PALAVRAS-CHAVE: Comunidades Tradicionais. Comunidades Caiçaras. Identidade Cultural. Educação. Interdisciplinaridade.

ABSTRACT: *The present work deals with the role of education in the construction of the modern identity of the Caiçara Communities, taking as examples the communities of Ilhabela-SP. The Caiçara Communities, whose way of life depends fundamentally on traditional systems of use and management of natural resources, face, like other traditional communities, important challenges in access to the Education. In this context, what we have observed lately is that the democratization of knowledge can not overcome the*

barrier of mass institutional education, and a critical look at the education offered to these cultural communities is necessary. This article aims to reflect on legal provisions and methodological strategies to include in the process of teaching and learning, in an interdisciplinary way, elements of caiçara culture. Finally, it should be pointed out that the effective implementation of the National Policy for the Sustainable Development of Traditional Peoples and Communities and the Plan of Education of the State of São Paulo, especially regarding the valuation of traditional forms of education and contextualization of construction of new knowledge, is a way for the formation of students who are aware of their lived reality, and thus contributes to the formation of citizens in the context of a broader and more inclusive socio-environmental development.

KEYWORDS: *Traditional Communities. Caiçara Communities. Cultural Identity. Education. Interdisciplinarity.*

IDENTIDADES ÉTNICAS EM JUÍZO: A IDENTIDADE ÉTNICA INDÍGENA NA VISÃO DOS TRIBUNAIS ESTADUAIS DA REGIÃO NORTE

ETHNIC IDENTITIES IN JUDGEMENT: THE INDIGENOUS ETHNIC IDENTITY IN THE VIEW OF THE STATE COURTS OF THE NORTHERN REGION

Daize Fernanda Wagner

Jéssica Araújo do Carmo

Mário Guilherme Corrêa Jennings

RESUMO: O presente trabalho é fruto do projeto de pesquisa Observatório das Identidades no Poder Judiciário, ao qual está vinculado o projeto de extensão Direito, Reconhecimento e Identidades, desenvolvidos na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Dentre os estudos e pesquisas já realizados, optou-se por extrair uma parcela das investigações para análise da temática da identidade étnica indígena. Como o título sugere, a pesquisa consiste em descobrir como os indígenas são reconhecidos nos tribunais estaduais da região norte. A partir da grande inovação trazida pela Constituição Federal de 1988 (CF/88), o reconhecimento aos direitos dos Povos Indígenas rompeu com a política assimilacionista marcante da legislação pátria anterior. Porém, atualmente parece haver retrocesso na interpretação dos dispositivos constitucionais. A pesquisa está em andamento e tem por objetivo mapear todos os julgados dos Tribunais Estaduais da referida região, desvelando a compreensão acerca da iden-

tidade étnica indígena que exsurge nos julgados. Como metodologia, utiliza-se uma abordagem qualitativa baseada em pesquisa bibliográfica e em pesquisa documental, sendo utilizado o método indutivo na catalogação de julgados. Preliminarmente, os resultados obtidos das análises jurisprudenciais apontam para a seguinte afirmativa: os tribunais, quando chamados a se posicionarem sobre os conflitos ligados ao reconhecimento da identidade étnica dos indígenas, ainda perpetuam um pensamento assimilacionista ultrapassado, nos moldes previstos pela legislação anterior à CF/88 e em descompasso com toda a inovação por esta imposta.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade étnica. Reconhecimento. Poder Judiciário. Região Norte.

ABSTRACT: *The present work is the result of a research project Observatory of identities in the Judiciary, to which it is linked the Right extension project, recognition and identity, developed at the Federal University of Amapá (UNIFAP).. Among the studies and research already done, it was decided to extract a portion of the investigations to analyze the issue of indigenous ethnic identity. As the title suggests, the survey consists in discovering how the indigenous peoples are recognized in state courts of the northern region. From the great innovation brought by the Federal Constitution of 1988 (CF / 88), the recognition of the rights of the Indigenous Peoples broke with the assimilationist policy marked by the previous homeland legislation. However, there currently seems to be a setback in the interpretation of constitutional provisions. The research is in progress and aims to map all judged of the State Courts of said region, unveiling the understanding about the indigenous ethnic identity that exsurges in the judged. As a methodology, a qualitative approach is used based on bibliographical research and documental research, using the inductive method in the cataloging of judgments. Preliminarily, the results obtained from the jurisprudential analyzes point to the following affirmation: the courts, when called upon to position themselves on the conflicts related to the recognition of the ethnic identity of the natives, still perpetuate an assimilationist outdated thought, according to the previous legislation to the CF / 88 and in disarray with all the innovation it imposes.*

KEYWORDS: *Ethnic Identity. Recognition. Judicial Branch. Northern region.*

MARÁIWATSÉDÉ: A TRAJETÓRIA JURÍDICA DE RECONQUISTA DO TERRITÓRIO XAVANTE NO NORTE ARAGUAIA

MARIWATSÉDÉ: THE LEGAL TRAJECTORY OF RECONQUEST OF THE

XAVANTE TERRITORY IN NORTH ARAGUAIA

Kennia Dias Lino

RESUMO: O ordenamento jurídico brasileiro por muito tempo foi um retrato do processo histórico de assimilação do índio por meio de uma política desde 1500. Essa política integracionista foi consagrada, social e juridicamente, na ditadura militar que implementou um projeto de ocupação das terras da Amazônia com a finalidade geopolítica de desenvolvimento e defesa da soberania brasileira. Na fronteira amazônica, foram atingidos por essas políticas os índios e os camponeses, sobretudo, na região do Araguaia. Os Xavante impactados diretamente foram transferidos e perderam seu território conhecido como Marãiwatsédé. Novos tempos surgiram com a Constituição de 1988 que garantiu direitos à terra e esse direito é fator de revitalização e manutenção da cultura indígena. Contudo, os Xavante travaram uma luta de cinquenta e cinco anos para a retomada de seu território e o embate aconteceu, primordialmente, na seara jurídica que permitiu, inicialmente, a retirada e após longos anos reconheceu e devolveu o território aos Xavante. A pesquisa é qualitativa cujo método dedutivo tem como objetivo conhecer o processo jurídico de retomada desse território. A trajetória jurídica de devolução da Terra Indígena foi composta por uma fase administrativa que não foi eficaz para a devolução da Terra e por uma fase judicial necessária para a efetiva volta dos Xavante à Marãiwatsédé. Nesses tempos de discussão sobre supressão de diversos direitos já conquistados, essa pesquisa se mostra de suma importância para refletir sobre a efetivação dos direitos indígenas garantidos na Constituição Federal de 1988.

PALAVRAS-CHAVE: Xavante. Norte Araguaia. Reconquista do território. Trajetória jurídica. Marãiwatsédé.

ABSTRACT: *The Brazilian legal system for a long time was a portrait of the historical process of assimilation of the Indian through a policy dating back to 1500. This integrationist policy was consecrated, socially and legally, in the military dictatorship that implemented a project of occupation of the Amazonian lands with the geopolitical purpose of development and defense of Brazilian sovereignty. At the Amazon frontier, the Indians and peasants were affected by these policies, especially in the region of Araguaia. The Xavante directly impacted were transferred and lost their territory known as Marãiwatsédé. New times arose with the Constitution of 1988 that guaranteed rights to the land and this right is a factor of revitalization and maintenance of the indigenous culture. However, the Xavante fought a fifty-five year struggle for the resumption of their territory and the clash occurred primarily in the legal arena that initially allowed the withdrawal and after long years recognized and returned the territory to the Xavante. The research is qua-*

litative whose deductive method has as objective to know the legal process of resumption of that territory. The juridical trajectory of the return of the Indigenous Land was composed by an administrative phase that was not effective for the return of the Earth and by a judicial phase necessary for the effective return of the Xavante to Marãiwatsédé. In these times of discussion about the suppression of several rights already conquered, this research is extremely important to reflect on the realization of the indigenous rights guaranteed in the Federal Constitution of 1988.

KEYWORDS: *Xavante. North Araguaia. Reconquest of the territory. Legal trajectory.*

MARCO TEMPORAL E SUA APLICABILIDADE NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

TIME MILESTONE AND ITS APPLICABILITY IN THE BRAZILIAN LEGAL SYSTEM

José Robson da Silva
Rachel Dantas Libois

RESUMO: A tese do marco temporal foi utilizada como fundamento na decisão da PET 3.388/RR e reaparece na Portaria 303/12 e Parecer 001/2017 da Advocacia Geral da União, é encontrada também no Projeto de Lei 490/07 e Projeto de Emenda à Constituição 215/00, tais instrumentos normativos buscam assentar a ideia de que os povos indígenas somente teriam direito às suas terras se lá estivessem no dia 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal. A Portaria 303/12 determinou que em todos os processos de demarcação de terras indígenas fossem obedecidos os requisitos e fundamentos criados na PET 3.388/RR pelo Supremo Tribunal Federal. Além de outros fundamentos para tal tese, destaca-se a segurança jurídica. Assim, emergiram discussões acerca do tema, o Ministério Público Federal por meio da nota técnica nº 02/2018-6CCR manifestou-se contrário à tese marco temporal, demonstrando sua antijuridicidade. Não obstante, o tema ainda não foi pacificado. Nesse sentido, buscar-se-á analisar a inaplicabilidade da tese do marco temporal no ordenamento jurídico brasileiro, por meio de institutos como o indigenato, a originalidade do direito dos povos indígenas e a tradicionalidade, institutos estes trazidos pela Constituição e conceituados pela doutrina e jurisprudência, além de levar em conta a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho. Para tal feito, trabalhar-se-á com a pesquisa bibliográfica e documental da matéria pertinente e, pos-

teriormente, realizar-se-á análise qualitativa do conteúdo em cotejo com o ordenamento jurídico brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Marco Temporal. Povos Indígenas. Ocupação.

ABSTRACT: *The time milestone thesis was used as a basis in the decision of the PET 3.388 / RR and reappears in Ordinance 303/12 and Opinion 001/2017 of the General Law of the Union, is also found in Bill 490/07 and Draft Amendment to the Constitution 215/00, such normative instruments seek to establish the idea that indigenous people would be entitled to their lands only if they were there on October 5, 1988, the date of the promulgation of the Federal Constitution. Ordinance 303/12 determined that in all the processes of indigenous lands demarcation the requirements and foundations created in the PET 3.388 / RR by the Federal Supreme Court were obeyed. In addition to other basis for such a thesis, legal security stands out. Thus, discussions about the subject emerged, the Federal Public Prosecutor's Office, by means of technical note no. 02 / 2018-6CCR, was opposed to the temporal thesis, demonstrating its antijuridicity. Although, the theme has not been pacified. In this sense, it will be sought to analyze the inapplicability of the time milestone thesis in the Brazilian legal system, through institutes such as indigenato, the originality of indigenous people right and the traditionality, institutes brought by the Constitution and conceptualized by the doctrine and jurisprudence, in addition to consider Convention 169 of the International Labor Organization. In order to do this, we will work with the bibliographical and documentary research of the relevant subject and, later, a qualitative analysis of content according to the Brazilian legal system..*

KEYWORDS: *Time Milestone. Indigenous Peoples. Occupation.*

O ETNODESENVOLVIMENTO COMO ALTERNATIVA DE AUTOGESTÃO PARA AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

THE ETHNODEVELOPMENT AS AN ALTERNATIVE FOR SELF-DETERMINATION FOR THE QUILOMBOLA COMMUNITIES

Liliane Pereira de Amorim
Débora Duarte Nascimento

RESUMO: O etnodesenvolvimento é uma das alternativas para a autogestão dos povos tradicionais, o que visa preservar seus costumes e relações com a natureza. Em relação às comunidades quilombolas, sabe-se que no Brasil sofreram por anos processos

de marginalização em seus direitos e costumes, integrados, formalmente, aos espaços de decisão somente a partir da Constituição de 1988. Embora não seja um suposto uníssono, a questão agrária, que não é monolítica nem estática, mas variável, dinâmica e temporal encerra, por certo, o etnodesenvolvimento, afetado pelos modelos de produção e da relação sistêmica com os recursos naturais, um suporte imprescindível para o etnodesenvolvimento. O objetivo pretendido, é verificar quais implicações teórico-práticas esse modelo e padrão de desenvolvimento trazem para o etnodesenvolvimento de comunidades quilombolas. Os resultados parciais permitem inferir a recomposição que o problema do etnodesenvolvimento opera na própria questão agrária, que é atualizada e ressignificada nos processos de relação de grupos humanos com a terra e os recursos naturais e culturais nela contidos. As comunidades quilombolas e suas práticas produtivas e culturais, destarte, apropriam-se de diferentes acessos à biodiversidade e práticas de autogestão e manejo dos recursos necessários para sua reprodução material e identitária, como uma plataforma sobre a qual se desenvolvem e se reproduzem culturalmente, mesmo nos limites de um sistema jurídico que inclui por meio da assimilação a padrões hegemônicos. A metodologia a ser utilizada será bibliográfica e dialética, de modo a privilegiar acessos plurais e perspectivas que permitam problematizar e comprometer-se com as opções de emancipação definidas no problema.

PALAVRAS-CHAVE: Etnodesenvolvimento. Quilombolas. Questão agrária. Identidade. Biodiversidade.

ABSTRACT: *The ethnodevelopment is one of the alternatives for self-management of traditional peoples, which aims to preserve their customs and relations with nature. In relation to the Quilombola communities, it is known that in Brazil suffered for years processes of marginalisation in their rights and customs, integrated, formally, the spaces of decision only from the Constitution of 1988. The intended goal is to check which theoretical-practical implications this model and pattern of development bring to the ethnodevelopment of quilombola communities. The partial results allow us to infer the recomposition that the problem of ethnodevelopment operates at its own agrarian question, which is updated and ressignificada in relation to human groups with the earth and the natural and cultural resources contained therein. The quilombola communities and their productive and cultural practices, thus, ownership is different accesses to biodiversity and practices of self-management and management of resources necessary for their reproduction material and identity, as a platform on which to develop and reproduce culturally, even within the limits of a legal system that includes by means of assimilation to hegemonic standards. The methodology to be used will be bibliographic and dialectics, so as to favor access plurals and perspectives that allow problematize and commit themselves with the options of emancipation as defined in the problem.*

KEYWORDS: *Ethnodevelopment. Quilombola Communities. The Agrarian Question. Identity. Biodiversity.*

O RACISMO AMBIENTAL NA IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS HIDRELÉTRICOS NO BRASIL FRENTE AOS POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

ENVIRONMENTAL RACISM IN THE IMPLEMENTATION OF HYDROELECTRIC PROJECTS IN BRAZIL IN RELATION TO INDIGENOUS PEOPLES AND TRADITIONAL COMMUNITIES

Juliana Monteiro Pedro
Adriele Fernanda Andrade Précoma
Célia Souza da Costa

RESUMO: Desde a colonização, processos de discriminação de povos indígenas e afrodescendentes são marca da história da América Latina. Este trabalho objetiva investigar a permanência de processos discriminatórios no racismo ambiental presente no Brasil em projetos hidrelétricos que afetam os povos indígenas e comunidades tradicionais. Com licenciamentos ambientais que violam o direito à consulta e consentimento livre, prévio e informado, tal como previsto na Convenção 169 da OIT e na Declaração das Nações Unidas sobre Direitos dos Povos Indígenas, foram selecionados para essa análise os casos de implantação de hidrelétricas no Brasil da Usina Hidrelétrica de Ferreira Gomes, no Estado do Amapá, e no Complexo Hidrelétrico no rio Teles Pires, no Estado de Mato Grosso. A pesquisa foi desenvolvida a partir de bases bibliográficas e levantamento documental em processos de licenciamento. As construções de hidrelétricas geraram conflitos ambientais que atingem as comunidades tradicionais e povos indígenas das regiões atingidas pelos empreendimentos, revelando as fragilidades nos instrumentos de controle ambiental do Estado e inobservância às determinações legais, indicativo de um cenário propício ao livre desenvolvimento do capital em detrimento desses povos.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo ambiental. Hidrelétricas. Licenciamento ambiental. Conflitos socioambientais.

ABSTRACT: *Since colonialism, processes of discrimination against indigenous and Afro-descendant peoples have been a hallmark of Latin American history. This work*

aims to investigate the persistence of discriminatory processes in the environmental racism present in Brazil in hydroelectric projects that affect indigenous peoples and traditional communities. With environmental licensing that violates the right to consultation and free, prior and informed consent, as provided for in ILO Convention 169 and the United Nations Declaration on the Rights of Indigenous Peoples, the cases of deployment of hydroelectric plants in Brazil were selected for this analysis of the Ferreira Gomes Hydroelectric Power Plant in the State of Amapá and the Hydroelectric Complex on the Teles Pires River in the State of Mato Grosso. The research was developed from bibliographic bases and documentary survey in licensing processes. The construction of hydroelectric plants generated environmental conflicts that affect traditional communities and indigenous peoples in the regions affected by the projects, revealing weaknesses in the instruments of environmental control of the State and failure to comply with legal requirements, indicative of a scenario conducive to the free development of capital to the detriment of these people.

KEYWORDS: *environmental racism, hydroelectric, environmental licensing, socio-environmental conflicts*

O RECONHECIMENTO DO DIREITO À LIVRE CIRCULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS TRANSFRONTEIRIÇOS EM TERRAS DE OCUPAÇÃO ORIGINÁRIA E A LEI DE MIGRAÇÃO

JEKUA'AYPY JOJAH A RYPYKOTY JEAHA TE'YKUERA PEHENGUE NHE-MÓINDY'YPY HÁ JEJOPY ROMI

EL RECONOCIMIENTO DEL DERECHO A LA LIBRE CIRCULACIÓN DE LOS PUEBLOS INDÍGENAS TRANSFRONTERIZOS EN TIERRAS DE OCUPACIÓN ORIGINÁRIA Y LA LEY DE MIGRACIÓN

Rosely A. Stefanés Pacheco

Gilmar Rio

Carlos Gabriel Stefanés Pacheco

RESUMO: Em uma breve exposição, a Lei 13.445/17, Lei de Migração, surgiu com intuito de substituir o antigo Estatuto do Estrangeiro, Lei 6.815/80, que consistia em um resquício do período ditatorial civil-militar brasileiro, e que considerava “o outro”, do ponto de vista institucional, como uma ameaça à soberania e à segurança nacional. Assim, aparentemente, a nova Lei de Migração teria como premissa fundamental,

“romper” com esse pensamento e inserir o Brasil no atual cenário internacional, diante das atuais demandas sociais migratórias. No entanto, o que se percebe é que especialmente para os direitos dos povos indígenas, mais uma vez a legislação pátria vem suprimir direitos, que antecedem até mesmo a criação dos Estados nacionais. Nesse sentido, essa proposta de trabalho tem por objetivo verificar em que medida esta nova Lei afeta os direitos transfronteiriços dos povos. Destacaremos a situação dos povos Guaraní e Kaiowá que vivem em regiões de fronteira: Brasil e Paraguai e o recente caso de violação pelo Estado brasileiro dos direitos dos povos Chamacoco que se autodenominam povo Ishir, que vivem na região reconhecida como tríplice fronteira: Paraguai, Bolívia e Brasil. Diante disso, além de tecermos uma análise destes casos à luz da nova Lei de Migração, é de se considerar que o direito a livre circulação dos povos indígenas transfronteiriços é também reconhecido pela jurisprudência internacional, por instrumentos de direitos humanos ratificados pelo Brasil, como a Convenção 169 da OIT, de 2002 e a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos indígenas de 2007.

PALAVRAS-CHAVE: Povos Indígenas. Direitos transfronteiriços. Povos Guaraní e Kaiowá. Povo Ishir. Lei de Migração.

MOMBE'UPY: *Jechuka'ypy há jejopy 13.445/17, jejopy ypy onhemo'asã guekovia ypy ramo jejopy yma kuationatu te'yromi rehegua, jejopy 6.815/80, ojejapo va'ekue Pindorama inharō ronguaré, he'ivakue nda há'eimoái apa arype há, ko jejopy, Umi tamōi kuera ojejya'apy he'ike onhorairōtaha. Opya py umi onhangārekovape. Upeixa ko'anga hei hikuai pe jejopyre te'yromi (lei de migração) reheguare jerovia teeha. Inharandu reve umi tamōi kuera ombojojase Pindorama tetã pyyvecha. Há'evete ojapo jevyma umi te'y kuerahé korapy. Umi tamōi kuera omōi pete'í jejoko ani umi te'ykuera renondepy ani haguá oguereko imbojojaha. Upea rehe ko tembi'apo chukapy hei oporanduvy? Mba'e terã ojejapo pyahu umi jejoja'ypyre. Umi te'ykuera oikova pehengueré. Mba'e jejapo? Pindorama há Paraguay há'e ang'ý omby'ai, omosarambi, sarambi ojapo umi te'ykuera jojahare, te'ykuera Chamacoco hei mbaretepe oipyhu, te'y Ishis tetã ambu'e ojekuaavape mbohapy pehengue, Paraguay, Bolivia ha Pindorama. U peva rehe já'e omimbi jejopy romi, jejopyha hei umi te'ykuera ikatune onhevangavy ohasa pehengueré opaite aryrehe ndaipori imbojojahary, ijokovy. Mbarete Ambu'e hei yypory kuera te'y Ava Mbojojaha, Pindorama omonhe'e katu nhembo'aty 169 OIT/2002, momb'e'uguasu Tetã/ONU Jojaha ava tee, ary2007. Ava te'ykuera ndoiko'yry avave ijokoha opaite ary há ara rehe ikatune onhembiará, ndo'ykoyry imbo'yha yvy'a'pyre. Upeare Pindorama ipyajuvo ajapo imoivy jejokopyy Pehenguehe. Ani haguá avave ohasa pehengueré, imbyasyvy tamōi kuera okororo oikovo, imbokyryjesy o tetã ygua.*

NHEE TEEVE: *Upeigua. Te'ykuera nhembojojaha. Pehengue. Guaraní Kaiowá, Ishir,*

Jejopy Romi.

RESUMEN: *Una breve exposición de la Ley 13.445/17, Ley de Migración, que surgió con el objetivo de sustituir el antiguo Estatuto del Extranjero, Ley 6.815/80, que consistía en un resquicio del periodo dictatorial civil-militar brasileño, y que consideraba “al otro”, desde el punto de vista institucional, como una amenaza a la soberanía y la seguridad nacional. Así, aparentemente, la nueva Ley de Migración tendría como premisa fundamental, “romper” con ese pensamiento e insertar a Brasil en el actual escenario internacional, frente a las actuales demandas sociales migratorias. Sin embargo, lo que se percibe es que especialmente para los derechos de los pueblos indígenas, una vez más la legislación patria viene a suprimir derechos, que anteceden incluso la creación de los Estados nacionales. En ese sentido, esta propuesta de trabajo tiene por objetivo verificar en qué medida esta nueva Ley afecta los derechos transfronterizos de los pueblos. Destacaremos la situación de los pueblos Guarani y Kaiowá que viven en regiones de frontera: Brasil y Paraguay, y el reciente caso de violación por el Estado brasileño de los derechos de los pueblos Chamacoco que se autodenominan pueblo Ishir, que viven en la región reconocida como triple frontera: Paraguay, Bolivia y Brasil. Además de eso, tejer un análisis de estos casos a la luz de la nueva Ley de Migración, considerando que el derecho a la libre circulación de los pueblos indígenas transfronterizos es también reconocido por la jurisprudencia internacional, por instrumentos de derechos humanos ratificados por Brasil, como la Convención 169 de la OIT del 2002, y la Declaración de la ONU sobre los Derechos de los Pueblos indígenas del 2007.*

PALABRAS CLAVE: *Pueblos Indígenas. Derechos transfronterizos. Pueblos Guarani y Kaiowá. Pueblo Ishir. Ley de Migración.*

OS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS DOS POVOS INDÍGENAS E A REGULAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO SOB AS PERSPECTIVAS DECOLONIAIS'

LOS CONOCIMIENTOS TRADICIONALES DE LOS PUEBLOS INDÍGENAS Y LA REGULACIÓN DEL ESTADO BRASILEÑO BAJO LAS PERSPECTIVAS DECOLONIALES

Jéssica Nascimento de Sousa

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo promover uma análise do lugar

dos povos indígenas no Direito Brasileiro. Nesse cenário, este estudo examinará inicialmente os povos indígenas no Brasil pela ótica de algumas das teorias decoloniais, buscando alterar o olhar dado a esses povos. Nesse sentido, procurará se pensar na decolonização da natureza para se pensar em outras formas de se organizar e de se relacionar. Posteriormente, trará as garantias jurídicas aos povos indígenas e tradicionais para se pensar em como está se dando a realidade entre os povos indígenas, o Estado e a sociedade. Por último, se colocará em voga os conhecimentos tradicionais pertencentes a esses povos, e verá como tem se dado a regulação de seus conhecimentos em relação ao Estado e a sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Povos Indígenas. Conhecimentos Tradicionais. Perspectivas decoloniais.

***RESUMEN:** El presente trabajo tiene el objetivo del crear una analice del contexto dos pueblos indígenas en el Derecho Brasileiro. En este sentido, el estudio buscará primeramente examinar los pueblos indígenas en el Brasil con la ótica de algunas de las teorías decoloniales para que se modifique lo punto del vista que la mayoría hegemónica tiene acerca del estés pueblos. Se pensará sobre la descolonización de la naturaleza para que se busque otros modos de se organizar y en otras relaciones. Adelante, se buscará las garantías jurídicas de los pueblos indígenas e tradicionales para que si piense la realidad entre estos pueblos, el Estado y la sociedad. Al final, se examinará los conocimientos tradicionales y sus regulaciones pelo Estado.*

***PALABRAS CLAVE:** Pueblos Indígenas. Conocimientos Tradicionales. Perspectivas Decoloniales.*

POSSE E PROPRIEDADE: A FUNÇÃO SOCIAL DA TERRA PARA OS POVOS INDÍGENAS

POSESIÓN Y PROPIEDAD: LA FUNCIÓN SOCIAL DE LA TIERRA A LOS PUEBLOS INDÍGENAS

Fernando Antonio de Carvalho Dantas
Roberta Caiado de Castro Oliveira

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo tratar sobre as inúmeras dificuldades encontradas na compreensão dos institutos de posse e propriedade quando estes

são relacionados à questão indígena. Tais institutos decorrem da organização política estabelecida pelo Estado cujo modelo difere e interfere substancialmente na dinâmica desses povos cuja organização social esta atrelada aos conhecimentos ancestrais, costumes, crenças e vida coletiva, ou seja, um modo de ser e viver que ultrapassa as delimitações territoriais por compreenderem a terra como espaço de vida, liberdade e, principalmente, existência. A metodologia utilizada para tanto, fundamenta-se em análises bibliográficas que versam sobre a temática proposta apontando conceitos e teorias que elucidam tais institutos afim de demonstrar as implicações destes quando aplicados em conflitos fundiários que envolvem povos indígenas e que resultam em evidentes desvantagens para estes ao passo que posse e propriedade são institutos estranhos ao universo cultural indígena. Portanto, abordar sobre a função social da terra e relacioná-la aos povos indígenas é demonstrar que a terra, para além de sua condição imposta como propriedade individual e absoluta restrita às mãos de poucos pela ganancias e poder que impedem que muitos exerçam o direito de existir, é um bem coletivo, de uso comum e que por si só cumpre sua função sendo esta a forma que os povos indígenas a vivem. Esta análise constitui parte de um levantamento prévio de um estudo que se pretende sobre direitos territoriais indígenas.

PALAVRAS-CHAVE: Posse. Propriedade. Função social da terra. Povos indígenas

RESUMEN: *Este artículo pretende tratar sobre las numerosas dificultades en la comprensión de los institutos de la posesión y propiedad cuando éstos están relacionados con la cuestión indígena. Tales institutos derivan de la organización establecida por el Estado cuyo modelo difiere sustancialmente en la dinámica de estos interfiere y cuya organización social esta ligada a conocimientos ancestrales, costumbres, creencias y vida colectiva, es decir, las personas una forma de ser y vivir más allá de los límites territoriales para la comprensión de la tierra como un espacio de vida, libertad y sobretodo la existencia. La metodología utilizada para este propósito se basa en el análisis bibliográfico que se centró en la propuesta de tema señalando conceptos y teorías que explican dichos institutos con el fin de demostrar las implicaciones de estos cuando se aplica en tierra de conflictos participación indígena y que como resultado evidentes desventajas a éstos mientras que la posesión y propiedad son extranjeros a los institutos culturales indígenas. Por lo tanto, abordar la función social de la tierra y se refieren a los pueblos indígenas es demostrar la tierra, además de su condición impuesta como propiedad absoluta e individual, restringida a pocas manos para beneficios y el poder que evitar muchos ejercicios derecho a existir, es un bien colectivo, en común uso y solo cumple con su función de la forma en que viven los pueblos indígenas. Este análisis es parte de una encuesta de un estudio destinado a los derechos territoriales indígenas.*

PALABRAS CLAVE: Posesión. Propiedad. Función social de la tierra. Pueblos indí-

genas.

POVOS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E CATADORAS DE MANGABA: OS DESAFIOS QUE ENFRENTAM EM CONSEGUIR LEGALIZAR AS TERRAS QUE LHE SÃO DE DIREITO

INDIGENOUS PEOPLES, QUILOMBOLAS AND MANGABA CATADORS: THE CHALLENGES THAT FACE IN GETTING LEGALIZE THE LANDS THAT ARE IT

Ìngridy Coelho Neves

RESUMO: Esse artigo intitulado, “Povos indígenas, quilombolas e as catadoras de mangaba: os desafios que enfrentam em conseguir legalizar as terras que lhe são de direito” objetiva se em descrever os desafios encontrados pelos jovens indígenas na aquisição legal da propriedade rural todo o trabalho estará embasado em pesquisa bibliográfico no enfoque qualitativos. Os indígenas assim como os quilombolas tem direito de reaver as terras em que seus ancestrais viveram, pois eles têm garantido pela Constituição Federal e no Estatuto do Índio o direito originário de propriedades plenas das terras de comunidade indígenas. Apesar da grande extensão territorial do Brasil a catadoras de mangaba sofrem com a falta de terra para conseguirem trabalhar, pois as plantações de cana-de-açúcar e eucalipto tem avançado cada vez mais e restringindo o espaço das catadoras. Diante deste cenário prevê uma solução para problema seria a criação de uma reserva extrativista.

PALAVRAS CHAVES: Povos Indígenas. Catadora de mangaba. Legalidade. Terra indígenas.

ABSTRACT: This article, entitled “Indigenous Peoples, Quilombolas and Mango Pickers: The Challenges They Face in Legalizing Their Rightful Land” aims to describe the challenges faced by indigenous youth in the legal acquisition of rural property throughout the country. will be based on bibliographic research in the qualitative approach. Indigenous people as well as quilombolas have the right to recover the lands where their ancestors lived, as they have guaranteed by the Federal Constitution and the Indian Statute the original right of full ownership of indigenous community lands. In spite of the great territorial extension of Brazil the mangaba pickers suffer from the lack of land to get to work, because the plantations of sugarcane and eucalyptus have progressed more and

more and restricting the space of the pickers. Before this senario provides a solution to the problem would be the creation of an extractive reserve.

KEYWORDS: *Indigenous Peoples. Manga Hopper. Legality. Indigenous land.*

RIOS NA AMAZÔNIA ESTANCADOS POR BARRAGENS DE HIDRELÉ- TRICAS: AMEAÇAS CONTRA AS BACIAS DOS RIOS JURUENA E TELES PIRES, SUAS VIDAS E SUAS CULTURAS

*RIOS EN LA AMAZONIA ESTANCADOS POR BARRAGENS DE HIDRELÉ-
TRICAS: AMENAZAS CONTRA LAS CUENCAS DE LOS RÍOS JURUENA Y
TELES PIRES, SUS VIDAS Y SUS CULTURAS*

Andreia de Matos Peixoto Fanzeres
Marta Tipuici Manoki

RESUMO: O avanço de centenas de empreendimentos hidrelétricos nos rios amazônicos Juruena e Teles Pires, componentes das principais sub-bacias do Tapajós, ameaça a vida desses rios, as vidas e culturas que deles dependem. Sem transparência de informações e sem participação social nas decisões da política energética brasileira, também os processos de licenciamentos correm de maneira arbitrária, a despeito de a legislação garantir a participação social. Com estudos de impactos socioambientais subdimensionados e desconsiderada a sinergia de impactos dos vários empreendimentos, circula desinformação nos licenciamentos, ocultados interesses privados debaixo do discurso de interesse público na geração de energia. Sem a premissa da informação, inviabilizada também a efetiva participação dos povos indígenas e tradicionais atingidos, alijados desde a elaboração dos estudos e em cada tomada de decisão. Com a análise de licenciamentos de empreendimentos hidrelétricos nas bacias dos rios Juruena e Teles Pires pretende-se demonstrar como o desrespeito à legislação desde os momentos iniciais anula todo o processo de licenciamento e abre as comportas para enxurradas de outras violações a direitos decorrentes das primeiras violações, trazendo graves impactos socioambientais. Viciadas desde a raiz, as obras deságuam em graves ameaças à vida dos rios barrados e a toda vida e cultura que deles emergem, revelando práticas etnocidas do Estado, aliado com os empreendedores. De forma direta, são atingidos os povos indígenas e tradicionais que aos rios ligam-se de forma intrínseca; num olhar ampliado, o planeta e toda a humanidade, por também dependerem das águas e do meio ambiente ecologicamente equilibrado, são atingidos.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos socioambientais. Empreendimentos hidrelétricos. Amazônia.

RESUMEN: *El avance de cientos de emprendimientos hidroeléctricos en los ríos amazónicos Jurueña y Teles Pires, componentes de las principales subcuencas del Tapajós, amenaza la vida de esos ríos, las vidas y culturas que de ellos dependen. Sin transparencia de informaciones y sin participación social en las decisiones de la política energética brasileña, también los procesos de licenciamiento corren de manera arbitraria, a pesar de que la legislación garantiza la participación social. Con estudios de impactos socioambientales subdimensionados y desconsiderada la sinergia de impactos de los diversos emprendimientos, circula desinformación en los licenciamientos, ocultados intereses privados bajo el discurso de interés público en la generación de energía. Sin la premisa de la información, inviabilizada también la efectiva participación de los pueblos indígenas y tradicionales alcanzados, alejados desde la elaboración de los estudios y en cada toma de decisión. Con el análisis de licencias de emprendimientos hidroeléctricos en las cuencas de los ríos Jurueña y Teles Pires se pretende demostrar cómo el irrespeto a la legislación desde los momentos iniciales anula todo el proceso de licenciamiento y abre las compuertas para las avalanchas de otras violaciones a derechos derivados de las primeras violaciones, con graves impactos socioambientales. Viciadas desde la raíz, las obras desatan en graves amenazas a la vida de los ríos barrados y a toda vida y cultura que de ellos emergen, revelando prácticas etnocidas del Estado, aliado con los emprendedores. De forma directa, se alcanzan los pueblos indígenas y tradicionales que a los ríos se ligán de forma intrínseca; en una mirada ampliada, el planeta y toda la humanidad, por depender de las aguas y del medio ambiente ecológicamente equilibrado, son alcanzados.*

PALABRAS CLAVE: *Derechos socioambientales. Empreendimientos hidroeléctricos; Amazonía.*

VIA DE MÃO DUPLA - ENTRE O DESENVOLVIMENTO(ISMO) E OS IMPACTOS SÓCIOAMBIENTAIS: ANÁLISE DOS CONFLITOS ENVOLVENDO A DUPLICAÇÃO DA RODOVIA BR 135- TRECHO MARANHÃO À DINÂMICA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

VIA DE MANO DOBLE - ENTRE EL DESARROLLO (ISMO) Y LOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTALES: ANÁLISIS DE LOS CONFLICTOS INVOLUCRANDO LA DUPLICACIÓN DE LA CARRETERA BR 135- TRECHO MARANHÃO A LA DINÁMICA DE LAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Larissa Carvalho Furtado Braga Silva

Thiago Vital Silva Costa

RESUMO: A persistência das violações perpetradas pelo aparelho estatal em desfavor das garantias fundamentais das comunidades quilombolas segue uma constante no Brasil a despeito dos preceitos constitucionais que protegem esses grupos sociais. O presente trabalho cuida analisar as agressões aos quilombolas situados às margens da rodovia BR 135- trecho Maranhão, que se pretende seja duplicada. A escolha justificase em razão de a implementação do referido feito, o qual já teve suas obras iniciadas, sem a realização da devida consulta prévia aos sujeitos envolvidos- frise-se, em clara violação à Convenção n. 169 da OIT - afetar diretamente o modo de vida, costumes e usos dos territórios pertencentes aos remanescentes de escravos que ali habitam, cujos espaços se constituem não tão somente como morada, mas representam verdadeiros símbolos de resistência e memória dos grupos. Utilizou-se de pesquisa documental, bibliográfica e de campo. Vale-se de um referencial teórico multidisciplinar, perpassando por conceitos jurídicos amplos acerca dos direitos fundamentais até a especificidade temática de Carlos Frederico Mares, Maria Cristina Vidotte, Liana Amin, Cesar Baldi, Joaquim Shiraishi Neto, Alfredo Wagner Berno de Almeida, Maristela de Paula Andrade e Horácio Antunes de Santana Junior. Ao tempo em que constatou-se o uso do aparelho estatal em agressão ao sistema constitucional vigente e aos dispositivos internacionais de proteção a que o Brasil se obrigou a respeitar, verificou-se também os esforços da articulação das comunidades quilombolas em enfrentar o agudo conflito mediante o uso do direito.

PALAVRAS-CHAVE: Quilombolas. Duplicação BR-135. Impactos Socioambientais.

RESUMEN: La persistencia de las violaciones perpetradas por el aparato estatal en contra de las garantías fundamentales de las comunidades quilombolas sigue una constante en Brasil a pesar de los preceptos constitucionales que protegen a esos grupos sociales. El presente trabajo se ocupa de analizar las agresiones a los quilombolas situados a los márgenes de la carretera BR 135- Maranhão, que se desea duplicar. La agresión se justifica en razón de la aplicación de dicho hecho, el cual ya tuvo sus obras iniciadas, sin la realización de la debida consulta previa a los sujetos involucrados, frise si, en clara violación al Convenio n. 169 de la OIT - afectar directamente el modo de vida, costumbres y usos de los territorios pertenecientes a los remanentes de esclavos que allí habitan, cuyos espacios se constituyen no tan sólo como morada, sino que representan verdaderos símbolos de resistencia y memoria de los grupos. Se utilizó de investigación documental, bibliográfica y de campo. Se trata de un referencial teórico multidisciplinario, pasando por conceptos jurídicos amplos acerca de los derechos fundamentales hasta la especificidad temática de Carlos

Frederico Mares, Maria Cristina Vidotte, Liana Amin, Cesar Baldi, Joaquim Shiraishi Neto, Alfredo Wagner Berno de Almeida, Maristela de Paula Andrade y Horácio Antunes de Santana Júnior. En el momento en que se constató el uso del aparato estatal en agresión al sistema constitucional vigente ya los dispositivos internacionales de protección a que Brasil se obligó a respetar, se verificó también los esfuerzos de la articulación de las comunidades quilombolas en enfrentar el agudo conflicto mediante el uso del derecho.

PALABRAS CLAVE: *Quilombolas. Duplicación BR 135. Impactos Socioambientales.*

GRUPO DE TRABALHO IV

**NATUREZA E POVOS NAS
CONSTITUIÇÕES
LATINOAMERICANAS**

O CAMINHO DA DESCENTRALIZAÇÃO E DA GESTÃO COMPARTILHADA DAS ÁGUAS NO BRASIL: LIMITES DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

THE ROAD TO DECENTRALIZATION AND SHARED WATER MANAGEMENT IN BRAZIL: LIMITS OF SOCIAL PARTICIPATION

Edwiges C. Carvalho Corrêa

RESUMO: Dentre os temas que figuram na pauta da política ambiental, a crise hídrica, que afeta boa parte do mundo, é tema importante e desperta interesse de governos, de vários segmentos sociais, ambientais e de mercado. No cenário globalizado, as políticas públicas e formas de gestão dos recursos hídricos podem ser vistas como uma questão estratégica e de geopolítica, dada a importância da água para os processos produtivos e para a vida. No Brasil, a gestão da água deve ser feita pelo comitê de bacia, que se constitui como uma unidade administrativa diferente da divisão político-administrativa da Federação, estabelecida pela Constituição Federal de 1988. Este trabalho tem o objetivo de discutir e compreender o papel do Comitê de Bacia no processo de elaboração e decisão de políticas para a gestão dos recursos hídricos, no âmbito da bacia, como integrante do arranjo institucional definido pela Lei 9.433/1997, que estabelece a participação do Poder Público, dos usuários e da sociedade civil organizada como atores na gestão compartilhada dos recursos hídricos no Brasil. A opção metodológica foi pela pesquisa multimétodo, uma abordagem que permite ao pesquisador/a não se restringir a um método específico, único, mas lançar mão de mais de um caminho para a coleta de dados.

PALAVRAS-CHAVE: Política de Recursos Hídricos no Brasil. Descentralização. Gestão Compartilhada. Processo Decisório e Comitê de Bacia.

ABSTRACT: *Among the themes that appear in the agenda of environmental policy, the water crisis, which affects a large part of the world, is an important item that arouses the interest of governments and several social, environmental and market segments. In the globalized world, public policies and modes of management of water resources can be seen as a strategic and geopolitical issue given the importance of water for productive processes and life itself. In Brazil, water is managed by the basin committee, an administrative unit that is different from the political-administrative division of the Federation as established by the Federal Constitution of 1988. This work aims at discussing and understanding the role of the Basin Committee in the of creation and decision processes of policies for the management of water resources in the basin as an integration of the institutional arrangement as defined by Law 9.433/1997, which establishes the participation of the*

Public Power, users and the organized civil society as agents in the shared management of water resources in Brazil. Multi-method quality research was chosen as it is an approach that does not constrain the researcher to any given specific method only, but it also allows a wider range of data collection.

KEYWORDS: *Policy of Water Resources in Brazil. Decentralization. Shared Management. Decision Process and Basin Committee*

O MEIO AMBIENTE EQUILIBRADO ENQUANTO GARANTIA FUNDAMENTAL E SUA TRATATIVA FRENTE AO NOVO CONSTITUCIONALISMO LATINO AMERICANO

THE BALANCED ENVIRONMENT AS A FUNDAMENTAL GUARANTEE AND ITS TRAFFIC AGAINST THE NEW LATIN AMERICAN CONSTITUTIONALISM

Ana Carolina Almeida Borges

RESUMO: O novo constitucionalismo Latino Americano é um movimento que propõe a construção de um novo Estado, com a participação de todas as camadas sociais, um Estado igualitário. Assim, o presente trabalho científico tem como objetivos, estudar com ênfase a importância da consolidação do direito ao meio ambiente equilibrado como garantia fundamental inerente ao ser humano, visa demonstrar como, efetivamente as constituições latino americanas vêm encarando a importância da crise socioambiental frente a crise socioeconômica vivenciada nesses países, e principalmente entender como compatibilizar a preservação da natureza e o desenvolvimento. A pertinência temática se demonstra na gravidade da crise ambiental vivenciada no mundo em contrapartida a necessidade de crescimento socioeconômico dos países pertencentes à América Latina. O desenvolvimento sustentável é conceito difundido e reiteradas vezes estudado, entretanto, nunca se fez tão necessária quanto atualmente, principalmente quando se depara com a realidade centralizada. O método utilizado para obtenção das conclusões acerca do estudo realizado se deu por meio de pesquisa essencialmente bibliográfica, através da análise das constituições dos países latino americanos bem como da leitura de doutrinadores conceituados e artigos científicos de diferentes épocas. E a constatação foi a de que, de modo geral, principalmente envolvido pelas ideias do novo constitucionalismo latino Americano bem como pela influência dos movimentos internacionais de conservação do meio ambiente, a tendên-

cia das constituições dos países da América Latina é a de equiparar o direito do cidadão ao meio ambiente ecologicamente equilibrado à outros direitos fundamentais, como forma de efetivação da dignidade da pessoa humana.

PALAVRAS-CHAVE: Constitucionalismo. Meio Ambiente. Proteção. Dignidade da pessoa humana.

ABSTRACT: *The new Latin American constitutionalism is a movement that proposes the construction of a new State, with the participation of all social layers, an egalitarian State. Thus, the present scientific work aims to study the importance of consolidating the right to the balanced environment as a fundamental guarantee inherent to the human being. It aims to demonstrate how ineffectiveness of the existing Latin American constitutions have, while facing the importance of the socio-environmental crisis in the face of the crisis socioeconomics experienced in these countries, and mainly to understand how to reconcile the preservation of nature and development. The thematic relevance is demonstrated by the seriousness of the environmental crisis experienced in the world, in contrast to the need for socioeconomic growth in the countries of Latin America. Sustainable development is a widespread concept and has been repeatedly studied, but it has never been so necessary as it is today, especially when it comes to centralized reality. The method used to obtain the conclusions about the study was made through bibliographical research, through the analysis of the constitutions of the Latin American countries as well as the articles of renowned economists, demographers and environmentalists as well as scientific articles from different eras. The downside was that it mainly involved the ideas of the new Latin American constitutionalism as well as by the influence of the international movements of conservation of the environment. The bureaucracy of the constitutions of the Latin American countries is to equate the right of the environmentally balanced policies to other fundamental rights, as a way of realizing the dignity of the human person.*

KEYWORDS: *Constitutionalism. Environment. Protection. Dignity of human person.*

O EIA-RIMA EM ATIVIDADES AGRÁRIAS SUCROALCOOLEIRAS NO ESTADO DE GOIÁS: INTER-RELAÇÃO ENTRE O DIREITO AO MEIO AMBIENTE ECOLÓGICAMENTE EQUILIBRADO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

El EIA-RIMA EN ACTIVIDADES AGRARIAS DE PRODUCCIÓN DE ETANOL DE CAÑA DE AZÚCAR EN EL ESTADO DE GOIÁS: INTER-RELACI-

ÓN ENTRE EL DERECHO AL MEDIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO Y EL DESARROLLO ECONÓMICO

Adriano Ermerson Oliveira Vasconcelos

RESUMO: O presente artigo analisa os impactos ambientais decorrentes da atividade econômica agrária sucroalcooleira no Estado de Goiás a partir do instrumento do estudo de impacto ambiental – EIA-RIMA. Objetiva-se analisar a efetividade dos princípios constitucionais do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e do direito ao desenvolvimento econômico em decorrência da atividade agrária apontada. Parte-se da hipótese de que o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é preterido pela racionalidade econômica em decorrência do modelo de construção social da natureza de viés instrumental mecanicista. Diante disso, entende-se a necessidade da emergência de um direito ambiental econômico alicerçado em um modelo de desenvolvimento econômico que traga efetividade ao direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. A análise é norteadada pelo estudo comparado das Constituições Brasileira (1988), Equatoriana (2008) e Boliviana (2009), bem como, pela análise de dados relativos a atividade sucroalcooleira no Estado de Goiás, obtidos junto a SECIMA, SIFAEG, IMB-Segplan, CANASAT/INPE, dentre outras fontes.

PALAVRAS-CHAVE: Atividade econômica agrária sucroalcooleira. Estudo de impacto ambiental. Direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Desenvolvimento econômico. Novo constitucionalismo latino-americano.

RESUMEN: *El presente artículo analiza los impactos ambientales resultantes de la actividad económica agraria sucroalcoholera en el Estado de Goiás a partir del instrumento del estudio de impacto ambiental - EIA-RIMA. Se pretende analizar la efectividad de los principios constitucionales del derecho al medio ambiente ecológicamente equilibrado y del derecho al desarrollo económico como consecuencia de la actividad agraria apuntada. Se parte de la hipótesis de que el derecho al medio ambiente ecológicamente equilibrado es preterido por la racionalidad económica como consecuencia del modelo de construcción social de la naturaleza de sesgo instrumental mecanicista. Por lo tanto, se entiende la necesidad de la emergencia de un derecho ambiental económico basado en un modelo de desarrollo económico que traiga efectividad al derecho al medio ambiente ecológicamente equilibrado. El análisis es orientado por el estudio comparado de las Constituciones Brasileña (1988), Ecuatoriana (2008) y Boliviana (2009), así como, por el análisis de datos relativos a la actividad sucroalcoholera en el Estado de Goiás, obtenidos junto a SECIMA, SIFAEG, IMB-Segplan, CANASAT / INPE, entre otras fuentes.*

PALABRAS CLAVE: *Actividad económica agraria sucroalcoholera. Estudio de impac-*

to ambiental. Derecho al medio ambiente ecológicamente equilibrado. Desarrollo económico. Nuevo constitucionalismo latinoamericano.

DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA À DEMOCRACIA PARTICIPATIVA NA AMÉRICA LATINA: A LUTA DOS POVOS POR UM ESTADO PLURINACIONAL

DE LA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA DE LA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA EN AMÉRICA LATINA: LA LUCHA DE LOS PUEBLOS POR UN ESTADO PLURINACIONAL

Lucimara Deretti

RESUMO: A democracia participativa possibilita a participação cidadã no processo de tomada de decisões do Estado. Esta forma de democracia surge em meio à crise da democracia representativa, que nasceu com a formação do Estado Moderno de matriz europeia. Contudo, os povos indígenas sempre resistiram a esse pacto homogeneizante e, dessa resistência, surgiram Constituições latino-americanas que romperam com o constitucionalismo marcado pelas influências europeias. Isso posto, o objetivo do artigo proposto é analisar a democracia participativa como forma de solucionar a crise da democracia representativa, através da luta dos povos por um Estado Plurinacional. O Estado Moderno passa por um processo de refundação, e, nesse sentido, o Estado Plurinacional é capaz de introduzir novos mecanismos e instrumentos, possibilitando que os cidadãos tomem para si o poder originário que lhes pertence, empoderando-se. Para alcançar o objetivo proposto, estuda-se as democracias representativa e participativa; na sequência, analisa-se os Estados Moderno e Plurinacional; e, por fim, ressalta-se a luta dos povos latino-americanos e as perspectivas para a democracia participativa no contexto do Estado Plurinacional. Embora muitos avanços já sejam percebidos, algo que revela o próprio reconhecimento do Estado Plurinacional, pontua-se que o Estado Moderno ainda é uma realidade, fazendo com que a democracia representativa se sobreponha às formas de participação democrática. Contudo, afirma-se que a democracia participativa, construída de forma plural, com consensos e diálogos, pode ser uma forma de se alcançar Constituições realmente democráticas, feitas por e para uma maioria. O tema, portanto, é de extrema importância, reconhecendo direitos, identidades e autonomias.

PALAVRAS-CHAVE: Estado Moderno.. Estado Plurinacional. Democracia repre-

sentativa. Democracia participativa. Novo constitucionalismo latino-americano.

RESUMEN: *La democracia participativa posibilita la participación ciudadana en el proceso de toma de decisiones del Estado. Esta forma de democracia surge en medio de la crisis de la democracia representativa, que nació con la formación del Estado Moderno de matriz europea. Sin embargo, los pueblos indígenas siempre resistieron a ese pacto homogeneizante y, de esa resistencia, surgieron Constituciones latinoamericanas que rompieron con el constitucionalismo marcado por las influencias europeas. El objetivo del artículo propuesto es analizar la democracia participativa como forma de solucionar la crisis de la democracia representativa, a través de la lucha de los pueblos por un Estado Plurinacional. El Estado Moderno pasa por un proceso de refundación, y en ese sentido el Estado Plurinacional es capaz de introducir nuevos mecanismos e instrumentos, posibilitando que los ciudadanos tomen para sí el poder originario que les pertenece, empoderándose. Para alcanzar el objetivo propuesto, se estudian las democracias representativa y participativa; a continuación, se analizan los Estados Moderno y Plurinacional; y, por último, se resalta la lucha de los pueblos latinoamericanos y las perspectivas para la democracia participativa en el contexto del Estado Plurinacional. Aunque muchos avances ya se perciben, algo que revela el propio reconocimiento del Estado Plurinacional, se puntualiza que el Estado Moderno todavía es una realidad, haciendo que la democracia representativa se superponga a las formas de participación democrática. Sin embargo, se afirma que la democracia participativa, construida de forma plural, con consensos y diálogos, puede ser una forma de alcanzar Constituciones realmente democráticas, hechas por y para una mayoría. El tema, por lo tanto, es de extrema importancia, reconociendo derechos, identidades y autonomías.*

PALABRAS CLAVE: *Estado Moderno. Estado Plurinacional. Democracia representativa. Democracia participativa. Nuevo constitucionalismo latinoamericano.*

GRUPO DE TRABALHO V

**MULHERES E VIOLÊNCIAS EM
CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS**

DIREITO ACHADO NA RUA: ANÁLISE SOBRE O PROCESSO DE CRIAÇÃO DO DIREITO A PARTIR DA OBSERVÂNCIA DA REALIDADE SOCIAL, NOTADAMENTE O DIREITO DAS MULHERES

RIGHT FINDED IN THE STREET: ANALYSIS OF THE PROCESS OF CREATION OF THE RIGHT FROM THE OBSERVANCE OF SOCIAL REALITY, NOTADELY THE LAW OF WOMEN

Luana Santos Ferreira
Fernanda Heloísa Macedo Soares

RESUMO: É cediço que na sociedade ocidental, desde os primórdios, as mulheres têm assumido uma posição inferiorizada, ficando às margens da população, tendo, inclusive, chegado ao ponto de não serem consideradas cidadãs, classificadas como meros objetos e máquinas de reprodução. Lado outro, a proposta do Direito Achado na Rua fundamenta-se na análise de contextos sociais específicos no processo de desenvolvimento do ordenamento jurídico, com o fito de garantir os valores sociais e a tão sonhada justiça social preconizada pela Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, objetiva-se, através de uma metodologia bibliográfica de campo, conjuntamente com um estudo descritivo, refletir sobre o processo de criação do Direito, pautado na observância da realidade social e em como a legislação pode efetivamente transformar a realidade social de seus legislados. Tratar-se-á, especificamente, sobre a Lei 11.340/06 e como sua criação representou um avanço na proteção das mulheres vítimas de violência doméstica. Além disso, em um segundo momento, será realizado um levantamento das principais barreiras à aplicação da Lei Maria da Penha, seguida por uma análise qualiquantitativa na cidade Goianésia/GO, a fim de mostrar um caso de sucesso, um exemplo de como esse diploma legal pode transformar a vida de inúmeras vítimas. Assim, verifica-se a importância dessa pesquisa, na medida em que visa, a partir de uma análise social, uma reflexão crítica sobre a utilização do Direito e alternativas para que sejam criados cadernos legais eficazes, capazes de proteger os grupos sociais vulneráveis, de modo a garantir seus direitos.

PALAVRAS-CHAVE: Humanismo. Mulheres. Igualdade. Violência Doméstica.

ABSTRACT: *It is a pretext that in the western society, from the beginning, women have assumed an inferior position, remaining on the margins of the population, having even reached the point of not being considered citizens, classified as mere objects and machines of reproduction. On the other hand, the proposal of the Law Found in the Street is based on the analysis of specific social contexts in the process of development of the legal order, with the purpose of guaranteeing the social values and the so dreamed social justice*

advocated by the Federal Constitution of 1988. In this sense, it is intended, through a bibliographical field methodology, together with a descriptive study, to reflect on the process of law creation, based on the observance of social reality and on how legislation can effectively transform the social reality of its legislated. It will deal specifically with Law 11.340 / 06 and how its creation represented a breakthrough in the protection of women victims of domestic violence. In addition, in a second moment, a survey of the main barriers to the application of the Maria da Penha Law will be carried out, followed by a qualitative analysis in the city Goianésia / GO, in order to show a case of success, an example of how this legal diploma can transform the lives of countless victims. Thus, the importance of this research is verified, since it seeks, based on a social analysis, a critical reflection on the use of the Law and alternatives to create effective legal books capable of protecting vulnerable social groups, ensure their rights.

KEYWORDS: *Humanism. Women. Equality. Domestic Violence.*

O PAPEL DAS MULHERES E O DESAFIO DA EQUIDADE DE GÊNERO NA ORGANIZAÇÃO DA COOPERATIVA DE CATADORES NA CIDADE DE IPORÁ-GO

THE ROLE OF WOMEN AND THE CHALLENGE OF SEXUAL DIVISION IN THE ORGANIZATION OF THE GARBAGE COLLECTION COOPERATIVE IN THE CITY OF IPORÁ-GO

Alexandre Teixeira Lopes

RESUMO: Visando equacionar os desafios referentes à gestão ambiental no que tange o tema, este artigo explora o papel da mulher com ênfase na divisão sexual do trabalho e ainda a participação de lideranças femininas na Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Iporá-GO. Diante disso, o presente estudo foi elaborado com a finalidade de conhecer a experiência de mulheres que desenvolvem atividades profissionais em empreendimentos de natureza cooperativista. Para tanto, realizou-se uma pesquisa na Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Iporá-GO. Esta pesquisa define-se como descritivo-exploratória e de natureza teórico-empírica. Os dados empíricos, por sua vez, foram coletados através de entrevista e questionário e foram analisados à luz do referencial teórico. Por fim, essa pesquisa revela que a Cooperativa em estudo tem gerado resultados positivos em relação aos benefícios sociais e econômicos de suas cooperadas, tendo em vista que a equidade de gênero não significa

beneficiar a mulher apenas pelo gênero, e sim favorecer com igualdade de oportunidades pessoas com competências e engajamento semelhantes, sendo que o tratamento igual para homens e mulheres, é questão essencial no desenvolvimento sustentável.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade social. Equidade de Gênero. Cooperativismo. Meio Ambiente.

ABSTRACT: *This article explores the role of women with an emphasis on the sexual division of labor and the participation of women leaders in the Iporá-GO Recyclable Material Collectors Cooperative. Therefore, the present study was elaborated with the purpose of knowing the experience of women who develop professional activities in enterprises of a cooperative nature. For that, a research was carried out at the Iporá-GO Recyclable Material Collectors Cooperative. This research is defined as descriptive-exploratory and of theoretical-empirical nature. The empirical data, in turn, were collected through an interview and questionnaire and were analyzed in the light of the theoretical reference. Finally, this research reveals that the cooperative under study has generated positive results in relation to the social and economic benefits of its members, considering that gender equity does not mean to benefit women by gender only, but to favor with equal opportunities people with similar skills and engagement, and equal treatment for men and women is a key issue in sustainable development.*

KEYWORDS: *Social identity. Gender Equity. Cooperativism. Environment.*

GRUPO DE TRABALHO VI

REFORMA AGRÁRIA, CONFLITOS AGRÁRIOS E QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS

A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA: ATOR DO DIREITO AGRÁRIO BRASILEIRO

THE PASTORAL COMMISSION OF THE EARTH: ACTOR OF BRAZILIAN AGRICULTURAL LAW

Isabel Christina Gonçalves Oliveira
Rabah Belaidi

RESUMO: No Brasil a concentração de terras ainda significa poder de influência nas relações sociais e políticas. (ANTONIO, 2012). Existe então um embate social na esfera rural, onde pessoas que detêm direitos sobre determinada gleba, como por exemplo, indígenas, quilombolas, ribeirinhos e também os pequenos produtores, são “expulsos” em detrimento do poder do capital monocultor. Com esses precedentes, tem-se a presença contínua da Igreja Católica em diversos períodos da história do Brasil, e em relação aos conflitos fundiários os religiosos assumiram postura em defesa do cidadão atingido por esses confrontos, surgindo assim um movimento social e religioso de defesa ao campesinato que deu origem à Comissão Pastoral da Terra (CPT), que atualmente age lutando pela reforma agrária e a justiça social no campo (ESCRIBANO, 2014). A partir do enfoque apresentado para a pesquisa, pretende-se como objetivo geral apontar quais mecanismos de atuação (utilização do Direito pelos militantes) tem contribuído para que a CPT consolide-se como ator do Direito Agrário. A pesquisa em questão traz para o universo do Direito Agrário a temática da Filosofia, da Teologia e da religião agregada a conceitos sociológicos, assuntos que não são comumente explorados por esse campo da ciência. A pesquisa realiza uma análise crítica da bibliografia pesquisada, associada aos raciocínios hipotético-dedutivo e dialético, partindo das perspectivas gerais para os apontamentos finais pretendidos. Compreende-se preliminarmente que conhecer e entender a atuação da CPT é fundamental para a discussão sobre a questão agrária brasileira, pois esta teve e ainda têm incontornável participação na gestão dos conflitos fundiários.

PALAVRAS-CHAVE: Direito Agrário. Comissão Pastoral da Terra. Conflitos.

ABSTRACT: In Brazil the concentration of land still means power of influence in social and political relations. (ANTONIO, 2012). There is then a social clash in the rural sphere, where people who hold rights to a certain land, such as indigenous people, quilombolas, riverine people and small products, are “expelled” to the detriment of the power of monoculture capital. With these precedents, there has been a continuous presence of the Catholic Church in various periods of the history of Brazil, and in relation to the land conflicts the religious took a stand in defense of the citizen affected by these confrontations,

thus arising a social and religious movement of defense to the peasantry that gave rise to the Pastoral Land Commission (CPT), which currently acts fighting for agrarian reform and social justice in the countryside (ESCRIBANO, 2014). From the focus presented for the research, it is intended as a general objective to indicate which mechanisms of action (use of the law by the militants) has contributed to the CPT consolidate itself as an actor of Agrarian Law. The research in question brings to the universe of Agrarian Law the thematic of Philosophy, Theology and religion added to sociological concepts, subjects that are not commonly explored by this field of science. The research performs a critical analysis of the researched bibliography, associated to hypothetico-deductive and dialectical reasoning, starting from the general perspectives for the intended final notes. It is understood preliminarily that knowing and understanding the CPT's performance is fundamental to the discussion on the Brazilian agrarian question, since it had and still has an unavoidable participation in the management of land conflicts.

KEYWORDS: *Agrarian Law. Pastoral Commission of the Earth. Conflicts.*

A FUNÇÃO AMBIENTAL DA PROPRIEDADE RURAL E A DESAPROPRIAÇÃO PARA REFORMA AGRÁRIA

THE ENVIRONMENTAL FUNCTION OF RURAL PROPERTY AND DISAPPROPRIATION FOR AGRARIAN REFORM

Karla Karoline Rodrigues Silva

RESUMO: A pesquisa busca o estudo acerca da aplicação da função ambiental da propriedade rural em demandas judiciais que versam sobre desapropriação para fins de Reforma Agrária no Estado de Goiás. A temática revela-se importante diante do aparente conflito normativo existente entre a norma contida no artigo 185, II e aquela descrita no artigo 186, I, ambos da CF/88. Significa dizer que o afastamento da desapropriação para imóveis produtivos leva a crer que função social da propriedade e produtividade seriam institutos distintos, discussão em que se inclui a questão ambiental eis que é um dos elementos da função social da propriedade rural. Apresenta-se como método o indutivo. Para tanto, utiliza-se como referencial teórico o autor Carlos Frederico Marés que em suas obras “Reforma Agrária e o Meio Ambiente” e “A Função Social da Terra” trata sobre o tema, além do auxílio de outras bibliografias, História, Direito Constitucional e Ambiental. Pretende-se analisar legislações e, sobretudo o estudo empírico de processos judiciais. Convém ressaltar que, embora a pesquisa en-

contre-se em fase inicial, foi possível constatar, a partir da análise de poucos processos judiciais, a relativização ou, até mesmo, a inobservância do cumprimento das exigências ambientais diante da produção da propriedade rural. Assim, depreende-se que a aplicação do princípio da função social da terra pressupõe uma interpretação sistemática de todo arcabouço jurídico normativo que trate sobre a matéria, mormente quanto à obediência da preservação ambiental, aproveitamento racional e adequado dos recursos naturais que se constitui como direito fundamental garantido no artigo 225, da CF/88.

PALAVRAS-CHAVE: Função ambiental. Desapropriação. Reforma Agrária.

ABSTRACT: *The research seeks the study of the application of the environmental function of rural property in lawsuits that deal with expropriation for the purposes of Agrarian Reform in the State of Goiás. The issue is important in the face of the apparent normative conflict between the norm contained in Article 185, II and that described in article 186, I, both from CF/88. It means that the removal of expropriation for productive properties leads to the belief that the social function of property and productivity would be separate institutes, a discussion that includes the environmental issue, which is one of the elements of the social function of rural property. The inductive method is presented as a method. For that purpose, the author Carlos Frederico Marés is used as a theoretical reference, which in his works “Agrarian Reform and the Environment” and “The Social Function of the Earth” deals with the subject, besides the aid of other bibliographies, History, Constitutional Law and Environmental. The intention is to analyze legislation and, especially, the empirical study of judicial processes. It should be noted that, although the research is in an early stage, it was possible to verify, from the analysis of a few judicial processes, the relativization or, even, the non-compliance with the environmental requirements before the production of rural property. It follows that the application of the principle of the social function of land presupposes a systematic interpretation of any normative juridical framework that deals with the matter, mainly as regards the obedience of the environmental preservation, rational and adequate use of the natural resources that is constituted as right guaranteed in Article 225 of CF/88.*

KEYWORDS: *Environmental function. Expropriation. Land reform.*

A NATUREZA COLETIVA DA QUESTÃO AGRÁRIA E A INSUFICIÊNCIA DO CONTRATO

THE COLLECTIVE NATURE OF THE AGRICULTURAL ISSUE AND THE

CONTRACT'S INSUFFICIENCY

Arthur Douglas Seabra Coelho

RESUMO: este artigo tem como objetivo perquirir sobre a natureza dos contratos e sua incompatibilidade com a questão agrária, na medida em que esta tem, por excelência, índole coletiva e origem comunal, enquanto o contrato, baseado no acordo de vontade, tem na individualidade sua gênese. A pesquisa foi realizada com o levantamento de dados obtidos por meio de revisão bibliográfica, aplicando-se posteriormente o método lógico-dedutivo. A conclusão apontou no sentido de que os problemas ligados aos camponeses, aos índios e aos quilombolas, no tocante à territorialidade desses dois últimos grupos, podem ser todos considerados como questões agrárias brasileiras em diferentes aspectos, possuindo cada uma delas natureza coletiva, daí não poderem tais problemas serem tratados como objetos de contrato.

PALAVRAS-CHAVE: Direito de propriedade. Questão agrária. Territorialidade. Contrato.

ABSTRACT: *this article aims to find out about the nature of the contracts and their incompatibility with the agrarian question, insofar as it has, par excellence, collective nature and communal origin, while the contract, based on the agreement of will, has in its individuality its genesis. The research was carried out with the collection of data obtained by means of a bibliographical review, applying later the logical-deductive method. The conclusion was that the problems related to peasants, Indians and quilombolas, regarding the territoriality of the latter two groups, can all be considered as Brazilian agrarian issues in different aspects, each having a collective nature, so that they can not such problems are treated as contract objects.*

KEYWORDS: *Property law. Agrarian question. Territoriality. Contract.*

AVANÇOS E RETROCESSOS NA PROTEÇÃO AO DIREITO FUNDAMENTAL À PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

PROGRESS AND BACKWARDS IN PROTECTING THE FUNDAMENTAL RIGHT TO PROTECTION TO THE ENVIRONMEN

Luiz Carlos Miranda Ceballo

RESUMO: Os direitos fundamentais são aqueles direitos básicos individuais, sociais, políticos e jurídicos previstos na Constituição de um País. Tem seu fundamento nos princípios dos direitos humanos no que se refere a garantir à liberdade, à vida, à igualdade, à educação, à segurança etc. Os direitos fundamentais tiveram assim como o direito ambiental - embora tardiamente - uma evolução histórica iniciada na Antiguidade. Consolida-se mais tarde com a formação dos Estados nacionais e atualmente extrapola fronteiras dos países e se faz presente nas declarações e tratados internacionais. Dentre os direitos fundamentais do ser humano está o direito ao meio ambiente. Trata-se de um direito tanto individual quanto coletivo e de importância a toda humanidade e, como tal, exige esforço conjunto do Estado, dos indivíduos e das Nações. Diante do entendimento que é impossível concretizar os demais direitos fundamentais sem o direito ao meio ambiente equilibrado, esse direito constitui a base para os demais direitos fundamentais. Nesse sentido, o trabalho objetiva contextualizar o direito fundamental ao meio ambiente quanto os instrumentos que o asseguram. Assim, destacou-se a evolução dos direitos fundamentais, legislação ambiental culminando com o Código Florestal atual quanto ao seu teor e críticas recebidas. Ao findar o estudo de cunho bibliográfico, tem-se como contribuição apresentar a menção feita ao direito fundamental relativo ao meio ambiente nos instrumentos legais, com atenção especial ao Código Florestal vigente. Instrumento esse que foi e continua sendo motivo de debates resultantes das diferentes percepções, ora entendidos como avanço por alguns, ora como retrocesso por outros.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos fundamentais. Meio ambiente. Proteção.

ABSTRACT: *Fundamental rights are those basic individual, social, political and legal rights foreseen in the Constitution of a Country. It is based on the principles of human rights as regards guaranteeing freedom, life, equality, education, security, etc. So fundamental rights had environmental law - albeit belatedly - an historical evolution initiated in antiquity. It was later consolidated with the formation of national states and now goes beyond the borders of countries and is included in international declarations and treaties. Among the fundamental rights of the human being is the right to the environment. It is a right both individual and collective and of importance to all humanity and, as such, requires joint efforts of the State, individuals and nations. Faced with the understanding that it is impossible to realize other fundamental rights without the right to a balanced environment, this right constitutes the basis for other fundamental rights. In this sense, the work aims to contextualize the fundamental right to the environment as the instruments that assure it. Thus, the evolution of fundamental rights, environmental legislation culminating with the current Forest Code in terms of its content and criticisms*

was highlighted. At the end of the bibliographic study, we have as a contribution to present the reference made to the fundamental right regarding the environment in the legal instruments, with special attention to the current Forest Code. This instrument has been and continues to be the subject of debates resulting from different perceptions, sometimes understood as advancement by some, or as regression by others.

KEYWORDS: *Fundamental rights. Environment. Protection.*

BANDITISMO SOCIAL COMO PRINCÍPIO ATIVO DA DEMOCRATIZAÇÃO DA TERRA

BANDITISMO SOCIAL COMO PRINCIPIO ACTIVO DE LA DEMOCRATIZACIÓN DE LA TIERRA

Sara Macêdo de Paula
Igor Gabriel Reis de Oliveira

RESUMO: Dentre os expoentes à margem do modelo capitalista neoliberal, emergem diferentes movimentos sociais no panorama latino-americano, no contexto da degeneração político-institucional, e colidem na ilegalidade, a grande companheira da organização coletiva decolonial. Um grande legado da Revolução Mexicana foi a agitação agrária de Emiliano Zapata, de compleição regionalista, princípio ativo da reorganização fundiária no país, e vanguarda para o mundo. O objetivo desse trabalho é discutir a teoria do banditismo discernida por Eric Hobsbawm, aplicada aos movimentos de luta pela democratização da terra, se filiando metodologicamente a pesquisa de delineamento bibliográfico e descritivo sobre conflitos agrários no continente latino-americano. Como resultado, o trabalho analisa os conceitos do banditismo por uma questão de classe, frente ao monstruoso bloco agrário autoritário, jagunço do status quo capitalista. O Exército Zapatista de Libertação Nacional, formado essencialmente por indígenas e camponeses, um corpo diverso que divide 68 línguas diversas no México, e que, portanto, se desprende em 68 formas de ser rebelde.

PALAVRAS-CHAVE: Banditismo social. Democratização da terra. Organização decolonial. Zapatismo.

RESUMEN: *Entre los exponentes al margen del modelo capitalista neoliberal, emergen diferentes movimientos sociales en el panorama latinoamericano, en el contexto de*

la degeneración político-institucional, y chocan en la ilegalidad, la gran compañera de la organización colectiva decolonial. Un gran legado de la Revolución Mexicana fue la agitación agraria de Emiliano Zapata, de compleción regionalista, principio activo de la reorganización agraria en el país, y vanguardia para el mundo. El objetivo de este trabajo es discutir la teoría del bandidaje social discernida por Eric Hobsbawm, aplicada a los movimientos de lucha por la democratización de la tierra, afiliándose metodológicamente a la investigación de delineamiento bibliográfico y descriptivo sobre conflictos agrarios en el continente latinoamericano. Como resultado, el trabajo analiza los conceptos del bandidaje por una cuestión de clase, frente al monstruoso bloque agrario autoritario, ja-gunço del status quo capitalista. El Ejército Zapatista de Liberación Nacional formado esencialmente por indígenas y campesinos, un cuerpo diverso que divide 68 lenguas diversas en México, y que, por lo tanto, se desprende en 68 formas de ser rebelde.

PALABRAS CLAVE: *Banditismo social. Democratización de la tierra. Organización decolonial. El zapatismo.*

BATALHA DE RIO PARDO EM RONDÔNIA: FLONA BOM FUTURO

BATTLE OF RIO PARDO IN RONDÔNIA: FLONA BOM FUTURO

Rosa Maria Rodrigues Vilela

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo compreender o contexto e possíveis causas que resultaram no conflito em Rio Pardo – Rondônia, causando a morte de um agente da Força Nacional durante uma desocupação ocorrida em novembro de 2013. Prédios foram destruídos e houve resistência por parte dos trabalhadores, incendiando viaturas e resistindo com coquetéis molotov ao avanço das equipes de segurança. A área em questão trata-se da FLONA Bom Futuro que apesar de documentalmente existir desde 1988, segundo dados do Ministério do Meio Ambiente ainda não possui plano de manejo, conselho gestor, benfeitorias (exceção da guarita) ou situação fundiária regularizada. Trata-se concretamente de uma “unidade de conservação de papel” ocupada há décadas por trabalhadores, posseiros de fato das terras. Apenas na Vila Rio Pardo moram cerca de 7 mil trabalhadores resultando na desafetação de 65% da área teoricamente de interesse público para a preservação ambiental. Aplicando o método dialético através de levantamento documental acerca da FLONA Bom Futuro, verificar-se-á se de fato o objetivo de sua existência tem sido efetivado. Serão utilizadas matérias jornalísticas e história da ocupação da região. Almeja-se traçar um paralelo

histórico do espaço físico, interesses sociais, econômicos e ambientais em jogo. Com isso, observar o ordenamento jurídico brasileiro acerca da relação socioambiental e as ações do poder público que até o momento parecem ser responsáveis por mais esse combate de morte na história da luta pela terra, apontando como conclusões parciais de que o Estado, por falta de política agrária, é o maior gerador de conflitos.

PALAVRAS-CHAVE: Conflito agrário. Direito ambiental. FLONA Bom Futuro.

ABSTRACT: *This article aims to understand the context and possible causes that resulted in the conflict in Rio Pardo - Rondônia, causing the death of an agent of the national force during an evacuation that occurred in november of 2013. Buildings were destroyed and there was resistance on the part of the workers, burning cars and resisting with molotov cocktails at the advance of the security teams. The area in question is Flona Bom Futuro, which although its founding is documented since 1988, according to data from the ministry of the environment, does not yet have a management plan, management council, improvements (except for the guardhouse) or regularized land situation. It is a "paper conservation unit" that has been occupied for decades by workers, possessors in fact of the land. About 7,000 workers live in the Rio Pardo Village, resulting in the disfranchisement of 65% of the area theoretically of public interest for environmental preservation. Applying the dialectical method through a documentary survey about Flona Bom Futuro, it will be verified whether the objective of its existence has actually been fulfilled. Journalistic materials and history of occupation of the region will be used. We aim to draw a historical parallel of physical space, social, economic and environmental interests at stake. With this, to observe the Brazilian legal order regarding the socio-environmental relationship and the actions of the public power that until the moment seem to be responsible for another fight of death in the history of the struggle for the land, pointing to partial conclusions that the state, for lack of agrarian policy, is the greatest generator of conflicts.*

KEYWORDS: *Agrarian conflict. Environmental law. FLONA Good Future.*

CADASTRO TERRITORIAL RURAL NO BRASIL

RURAL TERRITORIAL REGISTRY IN BRAZIL

Keilla Ingrid Silva

RESUMO: os cadastros de terras são necessários para que se possa ter noção da extensão do espaço físico, da sua biodiversidade e de suas condições sociais, portanto, são essenciais para a boa governança das terras de um país. No Brasil, os cadastros territoriais se dividem entre urbanos e rurais. Aqueles são realizados individualmente pelos municípios, enquanto esses são divididos em diferentes cadastros, que são administrados por órgãos públicos distintos. O presente trabalho busca analisar esses diversos cadastros rurais, o modo como são desenvolvidos, quais suas metodologias e como impactam a administração das terras brasileiras. Para tanto, utiliza-se o método hipotético-dedutivo, a partir das percepções de Carlos Frederico Marés. Pôde-se concluir que, apesar de o Brasil contar com legislações que preveem a elaboração de cadastros rurais e de haver diversos cadastros, não há a implantação destes de maneira satisfatória. A falta de uma articulação entre os cadastros e o não cumprimento correto do previsto em lei levam à ocorrência de irregularidades e à falta de elaboração de políticas públicas eficazes, uma vez que os cadastros não são suficientes para fornecer um panorama congruente das terras nacionais, necessário tanto para a punição quanto para o planejamento social e ambiental.

PALAVRAS-CHAVE: Cadastro territorial. Cadastro rural. Governança de terras.

ABSTRACT: *Land registries are necessary to understand the extent of physical space, its biodiversity and its social conditions; they are, therefore, essential for the good governance of a country's land. In Brazil, the territorial registries are divided between urban and rural. The first ones are carried out individually by the municipalities, while the second ones have different registries, which are administered by different public bodies. The present work intends to analyze these diverse rural registries, how they are developed, what are their methodologies and how they impact the administration of the Brazilian lands. For this purpose, the hypothetical-deductive method is used, based on the perceptions of Carlos Frederico Marés. It was possible to conclude that, although Brazil has legislations that determine the elaboration of rural registries and despite the existence of several registries, there is not a satisfactory implementation. The lack of articulation between the registries and the lack of proper compliance with the provisions of the law leads to the occurrence of irregularities and to the lack of elaboration of effective public policies, because the registers are not sufficient to provide a congruent picture of the national lands, what is necessary both for punishment and for social and environmental planning.*

KEYWORDS: *Territorial register. Rural register. Land governance.*

CONFLITOS AGRÁRIOS, SANEAMENTO E QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS NO ASSENTAMENTO PADRE NILO

AGRARIAN CONFLICTS, SANITATION AND SOCIO-ENVIRONMENTAL ISSUES IN PADRE NILO

Marcello Rodrigues Siqueira
Suzana Rodrigues Floresta
Tainara Costa de Sousa

RESUMO: Esta pesquisa tem como objeto de investigação o assentamento rural Padre Nilo localizado nos municípios goianos de Iporá e Amorinópolis no período compreendido entre 2007 e 2018. O objetivo geral é compreender a natureza e dinâmica dos conflitos agrários em torno do saneamento ambiental e, mais especificamente, analisar as principais questões socioambientais que tem afetado o território. Para tanto, optou-se por uma pesquisa de avaliação ex post ou somativa visando trabalhar com impactos e processos concentrando-se, sobretudo, na eficácia e no julgamento de valor geral. Portanto, do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa teórico-empírica realizada a partir de diversas fontes, primárias e secundárias, bibliográficas, documentais e eletrônicas. Os resultados parciais indicaram que não existem instalações de saneamento ambiental para tratamento do esgoto doméstico e coleta de lixo. Assim, os moradores realizam predominantemente o descarte do esgoto doméstico em fossas negras e a queima dos resíduos sólidos (lixo). Observou-se que a canalização externa e a distribuição da água por meio de poço artesiano comunitário têm gerado muitos conflitos. Em relação as questões socioambientais, esta pesquisa resultou na produção de vídeo documentário que reuniu a percepção das populações locais e de alguns especialistas no assunto. Dessa forma, encerra-se o presente trabalho com a indicação de algumas práticas e ações para se evitar os conflitos agrários, viabilizar a implantação de estruturas de saneamento ambiental e a sustentabilidade do meio ambiente.

PALAVRAS-CHAVE: Assentamento. Saneamento. Questões socioambientais.

ABSTRACT: This research has as object of investigation the rural settlement Padre Nilo located in the municipalities of Iporá and Amorinópolis between 2007 and 2018. The general objective is to understand the nature and dynamics of agrarian conflicts around environmental sanitation and, more specifically, analyze the main socio-environmental issues that have affected the territory. In order to do so, we opted for ex post or summative evaluation research aimed at working with impacts and processes focusing, above all, on effectiveness and judgment of general value. Therefore, from a methodological point of

view, this is a theoretical-empirical research carried out from several sources, primary and secondary, bibliographical, documentary and electronic. The partial results indicated that there are no environmental sanitation facilities for treatment of domestic sewage and garbage collection. Thus, residents predominantly dispose of domestic sewage in black cesspits and burning solid waste (litter). It has been observed that the external channeling and the distribution of the water through artesian community well have generated many conflicts. Regarding socio-environmental issues, this research resulted in the production of documentary video that brought together the perception of local populations and some experts in the subject. Thus, the present work ends with the indication of some practices and actions to avoid agrarian conflicts, to enable the implementation of environmental sanitation structures and the sustainability of the environment.

KEYWORDS: *Settlement. Sanitation. Socio-environmental issues.*

DANOS AMBIENTAIS PROVENIENTES DAS BARRAGENS DE REJEITOS DO ESTADO DE GOIÁS

DANOS AMBIENTALES PROVENIENTES DE LAS REPRESAS DE RESIDUOS DEL ESTADO DE GOIÁS

Patrícia de Albuquerque Sobreira
Paulo Henrique Sobreira França

RESUMO: A pesquisa analisa os danos ambientais das barragens de rejeitos em Goiás. As atividades para o desenvolvimento social e econômico é a extração mineral em Catalão, Ouvidor e Crixás. Entretanto, é inevitável o aparecimento de resíduos, e este crescente aumento de material descartado representa risco ao meio ambiente e a saúde pública quando não há uma gestão ambientalmente adequada. Devido o rompimento da Barragem do Fundão de 2015 em Mariana/MG, despertou-se a atenção sobre dano ambiental, saúde pública, responsabilização e reparação para as barragens de rejeitos de Goiás. Em decorrência ao acidente da barragem em Minas Gerais, o Departamento Nacional de Produção Mineral realizou estudos sobre as barragens de rejeitos. Existem 06 (seis) barragens das 08 (oito) de resíduos das mineradoras em Goiás, que possuem a mesma classificação de risco da Barragem de Fundão. O objetivo é contribuir para a melhoria da gestão de segurança nessas barragens, analisando o risco que os resíduos sólidos da mineração representam ao meio ambiente e a saúde pública. A metodologia foi através de pesquisa bibliográfica, revisão da legislação referente à segurança das

barragens, proteção ambiental, saúde pública e responsabilidade cível por dano ambiental. Foi realizada visita de campo à Barragem de Rejeitos na Fazenda Chapadão, em Catalão/GO. Utilizou-se coleta de dados e documentos obtidos aos órgãos privados e públicos. O resultado da pesquisa ficou demonstrado que o não cumprimento da legislação protetiva em relação às barragens de rejeitos em Goiás pode causar sérios danos ao meio ambiente pela falta de fiscalização e pela não efetividade das normas.

PALAVRAS-CHAVE: Barragem de rejeito de Goiás. Responsabilidade Ambiental. Saúde Pública.

RESUMEN: *La investigación analiza los daños ambientales de represas de residuos en Goiás. Las actividades para desarrollo social y económico son extracción mineral en Catalão, Ouvidor y Crixás. Sin embargo, es inevitable aparición de residuos, y este creciente aumento de material descartado representa riesgo al medio ambiente y salud pública cuando no hay gestión ambientalmente adecuada. Debido a ruptura de la Presa del Fundão de 2015 en Mariana/MG, se despertó la atención sobre daño ambiental, salud pública, responsabilización y reparación para las represas de los residuos de Goiás. En consecuencia del accidente de la represa en Minas Gerais, el Departamento Nacional de Producción Mineral realizó estudios sobre represas de residuos. Existen 06 (seis) presas de las 08 (ocho) de residuos de las mineras en Goiás, que poseen misma clasificación de riesgo de la Presa de Fundão. El objetivo es contribuir a la mejora de la gestión de seguridad en esas represas, analizando el riesgo que los residuos sólidos de la minería representan al medio ambiente y la salud pública. La metodología fue a través de investigación bibliográfica, revisión de legislación referente a la seguridad de las represas, protección ambiental, salud pública y responsabilidad civil por daño ambiental. Se realizó una visita de campo a la Represa de Residuos en la Hacienda Chapadão, en Catalão/GO. Se utilizó recolección de datos y documentos. La investigación quedó demostrado que el incumplimiento de la legislación protectora en relación a las represas de residuos en Goiás puede causar serios daños al medio ambiente por la falta de fiscalización y por no efectividad de las normas.*

PALABRAS-CLAVE: Represas de resíduos de Goiás. Responsabilidade Ambiental. Saúde pública.

ECONOMICIZAÇÃO DO CONCEITO DE FUNÇÃO SOCIAL DA TERRA

ECONOMICISM OF THE CONCEPT OF SOCIAL FUNCTION OF THE EARTH

TH

Marcella Pires Costa

RESUMO: O presente projeto se propõe a compreender o corrente fenômeno de “economicização” do conceito de função social da terra, em face de uma concepção de expansão do capital essencialmente pautada pelo entendimento de José Martins de Souza acerca das particularidades desse fenômeno em âmbito nacional e particularmente no setor agropecuário, procurando compreender como a função social da terra, e mais especificamente, como uma interpretação “economicista” desse conceito irá configurar um produto secundário do processo que Martins de Souza chama de “produção capitalista de relações não capitalistas”, num fenômeno não só de “reprodução ampliada do capital”, mas também de “reprodução ampliada das contradições do capitalismo”. Este trabalho procurou se basear numa metodologia analítica crítica, efetuada a partir de um levantamento bibliográfico no qual foi dada especial atenção aos textos de José Martins de Souza, acompanhada ainda de uma análise comparativa de textos legais referentes à função social da terra.

PALAVRAS-CHAVE: Função social. Expansão capitalista no campo. Campesinato.

ABSTRACT: *This project intends to understand the current phenomenon of “economicization” of the concept of social function of the earth, in face of a conception of capital expansion essentially guided by the understanding of José Martins de Souza about the peculiarities of this phenomenon at a national level and particularly in the agricultural sector, seeking to understand how the social function of the land, and more specifically, as an “economistic” interpretation of this concept, will constitute a secondary product of the process that Martins de Souza calls “capitalist production of non-capitalist relations” phenomenon of “enlarged reproduction of capital”, but also of “amplified reproduction of the contradictions of capitalism”. This work sought to be based on a critical analytical methodology, based on a bibliographical survey in which special attention was given to the texts of José Martins de Souza, followed by a comparative analysis of legal texts referring to the social function of the land.*

KEYWORDS: *Social function. Capitalist expansion in the countryside. Peasantry.*

FINALIDADE DA DESAPROPRIAÇÃO AGRÁRIA: DISCUSSÕES SOBRE SANCIONAMENTO AO LATIFÚNDIO E CONSEQUÊNCIAS PARA A

REFORMA AGRÁRIA

FINALIDAD DE LA EXPROPIACIÓN AGRARIA: DISCUSIONES SOBRE SANCIONAMIENTO AL LATIFUNDIO Y CONSECUENCIAS PARA LA REFORMA AGRARIA

Ana Maria de Carvalho
José do Carmo Alves Siqueira

RESUMO: Entre os objetivos deste trabalho encontram-se, principalmente, estudar qual finalidade está, de fato, engendradora no instituto da desapropriação agrária; identificar se a desapropriação agrária é ou não uma sanção para aquele que descumpra a função social da propriedade e se o escopo legislativo, no que concerne a este instituto, era que assim fosse e; por fim, avaliar os reflexos advindos de tal fenômeno para a execução e a efetividade da reforma agrária. Para tanto, utilizar-se-á o método dialético argumentativo, buscando construir um conhecimento sobre o instituto da desapropriação agrária e seus reflexos na efetivação da reforma agrária. Adota-se as técnicas de pesquisa bibliográfica, o acesso a banco de dados autorizados e a pesquisa jurisprudencial. Espera-se alcançar como resultado a constatação de que a desapropriação agrária, diferentemente da ideia veiculada no senso comum teórico do meio jurídico, não sanciona aquele que descumpra a função da propriedade e, desse modo, será possível atestar que, nos moldes em que é realizada, acaba por obstruir uma plena consecução da política pública de reforma agrária. Além disso, intenta-se refletir sobre como a concepção da propriedade privada encontra-se, ainda, engendradora na execução estatal da reforma agrária, que busca sanar a concentração de terras e democratizá-las, mas que, na prática não alcança tal escopo de modo satisfatório.

PALAVRAS-CHAVE: Desapropriação Agrária. Desapropriação-sanção. Latifúndio. Reforma Agrária. Função Social da Propriedade.

RESUMEN: Entre los objetivos de este trabajo se encuentran, principalmente, estudiar qué finalidad está, de hecho, engendradora en el instituto de la expropiación agraria; identificar si la expropiación agraria es o no una sanción para aquel que incumple la función social de la propiedad y si el ámbito legislativo, en lo que concierne a este instituto, era que así fuese y; por fin, evaluar los reflejos provenientes de tal fenómeno para la ejecución y la efectividad de la reforma agraria. Para ello, se utilizará el método dialéctico argumentativo, buscando construir un conocimiento sobre el instituto de la desapropiación agraria y sus reflejos en la efectivación de la reforma agraria. Se adoptan las técnicas de investigación bibliográfica, el acceso a base de datos autorizados y la investigación jurisprudencial. Se espera alcanzar como resultado la constatación de que la expropiación agraria, a dife-

rencia de la idea transmitida en el sentido común teórico del medio jurídico, no sanciona al que incumple la función de la propiedad y, de ese modo, será posible atestiguar que, en los moldes en que es que se realiza, acaba por obstruir una plena consecución de la política pública de reforma agraria. Además, se intenta reflexionar sobre cómo la concepción de la propiedad privada se encuentra todavía engendrada en la ejecución estatal de la reforma agraria, que busca sanar la concentración de tierras y democratizarlas, pero que, en la práctica, no alcanza tal alcance modo satisfactorio.

PALABRAS CLAVE: *Desaprotación Agraria. Expropiación-sanción. Latifundios. Reforma agraria. Función Social de la Propiedad.*

INSTRUMENTOS AO APERFEIÇOAMENTO DA REFORMA AGRÁRIA: AUXÍLIO TÉCNICO-FINANCEIRO GOVERNAMENTAL

INSTRUMENTS TO THE IMPROVEMENT OF THE AGRARIAN REFORM: GOVERNMENT TECHNICAL-FINANCIAL ASSISTANCE

Marcelo Gomes Balestrin
Matheus Correia Pontes

RESUMO: O Programa Nacional de Reforma Agrária vêm por décadas tentando ser implementada, entretanto os resultados até então obtidos não correspondem às necessidades sociais, tampouco ao efetivo cumprimento da legislação atualmente em vigor. Não basta a desapropriação dos latifúndios improdutivos, nem o assentamento das famílias inscritas no supramencionado programa se não sobrevier a tais etapas o auxílio técnico e financeiro aos assentados. O Estado brasileiro estende insuficientes recursos aos produtores rurais menores, de forma que a baixa qualificação, práticas produtivas incorretas, não adoção de tecnologias e cuidados culturais específicos refletem negativamente no desenvolvimento da agricultura familiar, culminando até mesmo na alienação da terra adquirida pela incapacidade de cultivá-la. Como forma de promover uma reforma agrária próspera, buscou-se identificar as maneiras de oportunizar atendimento governamental técnico-financeiro aos agricultores que buscam investir em sistemas de produção ecológicos, bem como os benefícios proporcionados aos agricultores familiares pela Lei 11.947/2009. Constatou-se que possibilitando assistência científica ao pequeno produtor rural e ao agricultor familiar potencializa-se a capacidade destes elaborarem projetos eficientes relativos à produção, viabilizando-se a consecução dos financiamentos governamentais que lhes é direcionado. Deste modo

aproxima-se a Reforma Agrária brasileira aos princípios fundantes do novo constitucionalismo latino-americano, enfaticamente quanto ao desenvolvimento humano ecológico. A sistemática de pesquisa embasou-se em bibliográfica e de campo, com a devida obtenção de dados que evidenciam a imperiosa imprescindibilidade de um desenvolvimento rural sustentável e que atenda os princípios de justiça social.

PALAVRAS-CHAVE: Reforma Agrária. Agricultura familiar. Financiamento Público.

ABSTRACT: *The National Agrarian Reform Program has been trying to implemented for decades, but the results obtained so far do not correspond to the social needs, nor to the effective compliance with the legislation currently in force. It is not enough to expropriate the unproductive estates, or to settle the families enrolled in the aforementioned program, if the technical and financial assistance to the settlers does not come after such stages. The Brazilian State extends insufficient resources to smaller rural producers, so that low qualification, incorrect productive practices, non-adoption of specific cultural technologies and care negatively reflect in the development of family agriculture, culminating even in the alienation of land acquired by the inability to grow -over there. As a way of promoting a prosperous agrarian reform, we sought to identify the ways of providing technical and financial governmental assistance to farmers seeking to invest in ecological production systems, as well as the benefits provided to family farmers under law 11.497/2009. It was found that making scientific assistance to the small rural producers and the family farmer potentiated their capacity to elaborate efficient projects related to production, making possible the achievement of the governmental financing that is directed to them. In this way the Brazilian Agrarian Reform is approached to the founding principles of the new Latin American constitutionalism, emphatically regarding ecological human development. The research systematics was based on bibliographical and field research, with the adequate data collection that evidences the imperative of sustainable rural development and that meets the principles of social justice.*

KEYWORDS: *Agrarian Reform. Family farming. Public Financing*

**NEOEXTRATIVISMO E O PROJETO PEDRA DE FERRO EM CAETITÉ –
BA: DISCUTINDO RISCOS E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS**

*NEOEXTRATIVISM AND THE PEDRA DE FERRO PROJECT IN CAETITÉ -
BA: DISCUSSING RISKS AND SOCIO - ENVIRONMENTAL IMPACTS*

Diego Henrique Santos Brito

RESUMO: O presente estudo tem o objetivo de identificar e discutir os riscos socioambientais decorrentes da implementação das atividades mineradoras no território de identidade Sertão Produtivo a partir de um estudo de caso do Projeto Pedra de Ferro, em Caetitê-BA. Para tanto, desenvolveu-se um referencial teórico através de uma pesquisa qualitativa com dados secundários coletados através de uma revisão bibliográfica e com a realização de um estudo de caso avaliativo sobre o Projeto Pedra de Ferro. Os resultados permitem identificar de forma tipificada os riscos socioambientais que podem ocorrer na implementação do projeto, além de elencar as possíveis mudanças na legislação vigente a respeito das atividades mineradoras.

PALAVRAS-CHAVE: Neoextrativismo. Justiça Ambiental. Sustentabilidade.

ABSTRACT: *The present study has the objective of identifying and discussing the socio-environmental risks arising from the implementation of mining activities in the Sertão Productive identity territory from a case study of the Pedra de Ferro Project in Caetitê-BA. For that, a theoretical framework was developed through a qualitative research with secondary data collected through a bibliographical review and with the accomplishment of an evaluative case study on the Pedra de Ferro Project. The results allow to identify in a typified manner the social and environmental risks that can occur in the implementation of the project, besides listing possible changes in the current legislation regarding mining activities.*

KEYWORDS: *Neoextractivism. Environmental Justice. Sustainability.*

O CONFLITO SOCIOAMBIENTAL EM TORNO DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA: UMA ANÁLISE DO PL 4576/2016 E DO PL 6299/2002

EL CONFLICTO SOCIOAMBIENTAL EN TORNO A LA MODERNIZACIÓN DE LA AGRICULTURA: UN ANÁLISIS DEL PL 4576/2016 Y DEL PL 6299/2002

Diego Augusto Diehl
Guilherme Aurélio Zalique de Oliveira Alves
Ingrid Cristina Soares Silva

RESUMO: A atual estrutura agropecuária brasileira é o reflexo do intenso processo de modernização, iniciado na década de 60, que transformou totalmente as relações de produção no campo. A evolução da agricultura capitalista brasileira alcança, então, a fase do agronegócio, que, à base do uso intensivo de agrotóxicos, torna-se modelo hegemônico de produção de alimentos. Este modelo produz muito mais commodities do que alimento para a população, além causar graves danos à saúde e ao meio ambiente. Mesmo assim, com o escopo de ampliar sua margem de produção e acúmulo de capital, o agronegócio apresenta o PL 4576/2016 e o PL 6299/2002 sob o argumento de se modernizar a legislação brasileira. Estes dois projetos, todavia, visam incentivar o uso de mais agrotóxicos na produção de alimentos, bem como dificultar a produção e comercialização dos orgânicos no Brasil. Por efeito, eles representam um retrocesso ao desenvolvimento sustentável e à soberania alimentar ao priorizar os interesses econômicos do agronegócio. Portanto, diante desse cenário, é necessário repensar, pela perspectiva socioambiental, o contexto político-econômico da ampliação do consumo de agrotóxico que o debate dos PL's provocam e as consequências para a saúde, meio ambiente e agricultura familiar. A pesquisa utiliza o método dialético-argumentativo.

PALAVRAS-CHAVE: Agrotóxicos; Socioambientalismo; Agricultura Familiar.

RESUMEN: *La actual estructura agropecuaria brasileña es el reflejo del intenso proceso de modernización, iniciado en la década de los 60, que transformó totalmente las relaciones de producción en el campo. La evolución de la agricultura capitalista brasileña alcanza entonces la fase del agronegocio, que, a la base del uso intensivo de agrotóxicos, se convierte en modelo hegemónico de producción de alimentos. Este modelo produce mucho más commodities que alimento para la población, además de causar graves daños a la salud y al medio ambiente. Sin embargo, con el alcance de ampliar su margen de producción y acumulación de capital, el agronegocio presenta el PL 4576/2016 y el PL 6299/2002 bajo el argumento de modernizar la legislación brasileña. Estos dos proyectos, sin embargo, pretenden incentivar el uso de más agrotóxicos en la producción de alimentos, así como dificultar la producción y comercialización de los orgánicos en Brasil. Por efecto, ellos representan un retroceso al desarrollo sostenible y la soberanía alimentaria al priorizar los intereses económicos del agronegocio. Por lo tanto, ante este escenario, es necesario repensar, desde la perspectiva socioambiental, el contexto político-económico de la ampliación del consumo de agrotóxicos que el debate de los PL's provocan y las consecuencias para la agricultura familiar. La investigación utiliza el método dialéctico-argumentativo.*

PALABRAS CLAVE: Agrotóxicos; Socioambientalismo; Agricultura Familiar.

O DESMONTE DA LEGISLAÇÃO DE AGROTÓXICOS COMO ELEMENTOS DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS NO ESTADO CONSTITUCIONAL AMBIENTAL

THE DISMANTLING OF THE LEGISLATION OF AGROCHEMICALS AS ELEMENTS OF VIOLATION OF RIGHTS IN THE ENVIRONMENTAL CONSTITUTIONAL STATE

Cleber Adriano Rodrigues Folgado
Júlio César de Sá da Rocha

RESUMO: Tramitam no Congresso Nacional mais de cinquenta projetos de lei que propõem alterações na legislação de agrotóxicos, mais especificamente na Lei Federal de Agrotóxicos nº 7.802/89. Recentemente o debate sobre tais alterações ganhou notoriedade nacional quando uma Comissão Especial da Câmara dos Deputados aprovou o texto substitutivo do PL 6.299/02 que propõe a revogação da Lei de Agrotóxicos. O presente artigo teve por objetivo analisar as principais alterações propostas pelo PL 6.299/02 que, aliás, ficou conhecido na sociedade como “PL do Veneno”. Do ponto de vista metodológico, buscou-se analisar o texto do substitutivo e algumas notas técnicas e moções de organizações da sociedade civil e órgãos institucionais que se manifestaram sobre tais alterações, dentre eles o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, a Defensoria Pública da União, a Associação Brasileira de Saúde Coletiva, o Fórum Baiano de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, dentre outros. Os resultados parciais da pesquisa apontam para um processo de desmonte da legislação de agrotóxicos com enorme flexibilização normativa, o que por sua vez implicará diretamente na saúde pública e nas questões ambientais. Destarte, é possível perceber um conjunto de proposições que apontam para a violação de direitos, que sem dúvidas implicarão diretamente na consolidação do Estado Constitucional Ambiental de forma extremamente negativa.

PALAVRAS-CHAVE: Desmonte da Legislação de Agrotóxicos. PL 6299/02. Estado Constitucional Ambiental.

ABSTRACT: *More than fifty bills are proposed in the National Congress that propose changes in the legislation of agrochemicals, more specifically in the Federal Law of Agrochemicals nº 7.802 / 89. Recently the debate about these changes gained national notoriety when a Special Commission of the Chamber of Deputies approved the substitutive text of PL 6.299 / 02 that proposes the revocation of the Agrochemicals Law. The purpose of this article was to analyze the main changes proposed by PL 6.299 / 02, which was*

known in society as "Poison Bill". From the methodological point of view, we sought to analyze the text of the substitute and some technical notes and motions of civil society organizations and institutional bodies that manifested themselves on such changes, among them the Federal Public Ministry, the Public Labor Ministry, the Office of the Ombudsman The Brazilian Association of Collective Health, the Bahia Forum to Combat Agrochemical Impacts, the National Sanitary Surveillance Agency, the Brazilian Institute of Environment and Renewable Natural Resources, among others. The partial results of the research point to a process of dismantling the legislation of agrochemicals with enormous normative flexibility, which in turn will directly implicate public health and environmental issues. From this, it is possible to perceive a set of propositions that point to the violation of rights, which will undoubtedly directly implicate the consolidation of the Environmental Constitutional State in an extremely negative way.

KEYWORDS: *Dismantling of Agrochemicals Legislation. Poison Bill 6299/02. Constitutional Environmental State.*

OS DITOS E OS NÃO DITOS DO DISCURSO JURÍDICO-PENAL: DESVELANDO A COLONIZAÇÃO DOS CONFLITOS AGRÁRIOS PELO DIREITO PENAL E SUAS IMPLICAÇÕES NA POLÍTICA DE REFORMA AGRÁRIA

THE STATEMENTS AND THE UNSAID OF THE PENAL LAW SPEECH: EXHIBITING THE COLONIZATION OF THE AGRARIAN CONFLICTS THROUGH THE CRIMINAL LAW AND ITS IMPLICATIONS IN THE POLICY OF AGRARIAN REFORM

Rysclift Bruno Sérgio Santos
João da Cruz Gonçalves Neto

RESUMO: Demonstra-se, de início, a recursividade entre o paradigma cientificista moderno e a forma de atuação do sistema de controle penal, demonstrando as reais funções por este exercidas. Os processos de controle dos conflitos agrários por meio da criminalização, daí, são explicitados a partir dos aportes da criminologia crítica, destacando-se o papel da leitura de conflitos agrários por meio dos códigos crime-pena, responsabilidade individual, culpabilidade etc. Faz-se uma correlação entre a colonização dos conflitos agrários pelo direito penal e a inviabilização da juridicização desses conflitos a partir do arcabouço normativo próprio e hábil para considerar as

especificidades dos conflitos agrários e fazer atuar os institutos e categorias próprias do direito agrário, o que concorre para recrudescer ainda mais o cenário de conflito e, não raro, resultar em violência e mortes. O objetivo é o de evidenciar a participação da criminalização das expressões dos conflitos agrários na retirada da reforma agrária da agenda política e do instrumental jurídico disponível para concretizar normas constitucionais, como a da função social da propriedade. Como resultado provisório, verificou-se que a criminalização dos conflitos agrários traduz-se em implicações negativas na política de reforma agrária, mesmo quando os marcos jurídicos da reforma agrária são mobilizados apenas com o escopo de acudir a conflitos localizados, con-substanciando uma reforma agrária por conflitos. A metodologia a ser empregada, prioritariamente qualitativa, é a materialista, privilegiando as categorias marxistas que possibilitam trazer ao proselânio do debate marcos fundadores, como questão agrária, expropriação e renda da terra.

PALAVRAS-CHAVE: Criminalização. Criminologia crítica. Conflitos agrários. Reforma agrária.

ABSTRACT: *At first is demonstrated the recursiveness between the modern scientism paradigm and the way that the criminal control acts, showing the real functions exercised by them. The control processes of the agrarian conflicts through the criminalization are clarified through the inputs of the critical criminology, highlighting the lecture paper of agrarian conflicts through the codes crime-sentence, individual responsibility and culpability. It's possible to do a correlation between the colonization and the agrarian conflicts by the criminal law and the invalidation of the juridicization of those conflicts, through the proper framework normative and able to consider the specificities of the agrarian conflicts and make the institutes and proper categories of the agricultural law works, making the conflict scenery rises even more, and not rare, resulting in violence and deaths. The aim is emphasize the participation of criminalization of agrarian conflicts expressions in the removal of agrarian reform of political agenda and of the legal instruments available to achieve the constitutional rules, like the social function of the property. As a temporary result, was verified that the criminalization of the agrarian conflicts is interpreted in negative implications in the policy of the agrarian reform, even when the legal milestones of the agrarian reform are mobilized just with the scope of assist of the localized conflicts substantiating a agrarian reform by conflicts. The methodology that must be utilized, primarily qualitative, is the materialist, favoring the Marxist categories which allow bring to the proselânio of the debate founders milestones, like agrarian question, expropriation and land incomes.*

KEYWORDS: Criminalization. Critical Criminology. Agrarian conflicts. Agrarian reform.

PAU QUE DÁ EM CHICO, NÃO DÁ EM FRANCISCO: SEM REFORMA AGRÁRIA SÓ AUMENTA CONFLITOS AGRÁRIOS EM RONDÔNIA

PAU QUE DA DE CHICO, NO DA EN FRANCISCO: SIN LA REFORMA AGRARIA SÓLA AUMENTA LOS CONFLICTOS AGRARIOS EN RONDONIA

Lenir Correia Coelho

RESUMO: Rondônia tem se destacado no cenário nacional como um Estado violento quando se trata de conflitos agrários, boa parte desses conflitos se dá pela falta da concretização da política agrária, o presente artigo partirá do tratamento dado pelo Estado em dois conflitos de terras ocorridos em 2018 no Estado de Rondônia: ataque do grileiro Nego Zen aos acampamentos de camponeses existentes no Cone Sul de Rondônia e da ocupação da Fazenda do Italiano por camponeses na região do Vale do Guaporé de Rondônia, onde se acirra a luta pela terra, principalmente, em terras públicas da União. Tem como objetivo demonstrar que a falta de debate sobre as questões socioambientais e a ausência da Reforma Agrária faz com que o Estado trate os conflitos agrários como questão de Segurança Pública e não como política social e agrária. Trata-se de pesquisa empírica com dados colhidos junto aos camponeses dos Acampamentos do Cone Sul e do Vale do Guaporé do Estado de Rondônia, utilizando a metodologia histórica crítica, com abordagem qualitativa, apontando como resultados parciais que a falta de Reforma Agrária contribui para o aumento dos conflitos agrários em Rondônia, acirrando as questões socioambientais que envolvem o acesso à terra; onde há toda uma política de Estado de proteger latifundiários e criminalizar a luta pela terra, principalmente, a luta promovida pelo movimento social de luta pela terra: Liga dos Camponeses Pobres de Rondônia e Amazônia Ocidental.

PALAVRAS-CHAVE: conflito agrário. Reforma Agrária. Estado.

RESUMEN: Rondônia se ha destacado en el escenario nacional como un Estado violento cuando se trata de conflictos agrarios, buena parte de esos conflictos se da por la falta de la concreción de la política agraria, el presente artículo partirá del trato dado por el Estado en dos conflictos de tierras ocurridos en 2018 Estado de Rondônia: ataque del grileiro Nego Zen a los campamentos de campesinos existentes en el Cono Sur de Rondônia y de la ocupación de la Hacienda del Italiano por campesinos en la región del Valle del Guaporé de Rondônia, donde se aria la lucha por la tierra, principalmente, en tierras públicas de la Unión. Tiene como objetivo demostrar que la falta de debate sobre las cuestiones socioambientales y la ausencia de la Reforma Agraria hace que el Estado trate los conflictos agrarios como cuestión de Seguridad Pública y no como política social y agraria. Se trata de una investigación empírica con datos recogidos junto a los campesinos de los

Campamentos del Cono Sur y del Valle del Guaporé del Estado de Rondônia, utilizando la metodología histórica crítica, con abordaje cualitativo, apuntando como resultados parciales que la falta de Reforma Agraria contribuye aumento de los conflictos agrarios en Rondônia, agravando las cuestiones socioambientales que involucran el acceso a la tierra; donde hay toda una política de Estado de proteger latifundistas y criminalizar la lucha por la tierra, principalmente, la lucha promovida por el movimiento social de lucha por la tierra: Liga de los Campesinos Pobres de Rondônia y Amazonia Occidental.

PALABRAS-CLAVE: *Conflicto Agrário. Reforma Agraria. Campesinos. Estado.*

PREFIRO MORRER NA BALA, DO QUE MORRER DE SEDE: DESOBE- DIÊNCIA CIVIL EM CORRENTINA

*PREFIERO MORIR EN LA BALA, QUE MORIR DE SED: DESOBEDIENCIA
CIVIL EN CORRENTINA*

Isabel Cortes Da Silva Ferreira
Paula Harumi Kanno

RESUMO: A América Latina, na modernidade, foi submetida a um processo de exploração. Houveram e existem aqui gentes que de alguma forma lutam por sua sobrevivência. Esse processo separou os povos da natureza, ação incorreta que serviu à monetarização daquilo passível de se dominar. Várias comunidades se formaram, e, ainda hoje vivem ligadas ao seu território, muitas delas influenciadas pelo processo colonizador. Com fundamento na pesquisa ação e de revisão de literatura, o presente trabalho pretende analisar o conflito socioambiental em relação à água, em 2017, nas comunidades de Correntina, banhadas pelo Rio Arrojado, oeste da Bahia, Bacia do Rio Corrente afluente do São Francisco. A água significa soberania, o conflito em seu entorno é uma realidade no mundo. A exploração dos recursos hídricos no Brasil geraram desestruturação de comunidades inteiras e expuseram milhares de pessoas ao êxodo, miséria, sofrimento e morte. A Constituição garante a água como direito fundamental. Além disso, é necessário reconhecê-la como recurso natural capaz de conectar o povo com a sua territorialidade. O caso de Correntina expôs o desastre causado pela omissão do estado, a ingerência do agronegócio nas instituições, o avanço colonizador sobre o Cerrado e o uso abusivo e indiscriminado da água do Rio Arrojado. As ameaças contra os agricultores ribeirinhos levaram a população do município à experiência concreta da desobediência civil - a destruição da Fazenda Igarashi Curi-

tiba - motivados pelo imperativo “eu prefiro morrer na bala do que morrer de sede”.

PALAVRAS-CHAVE: Desobediência Civil. Direito à água. Agronegócio. Correntina.

RESUMEN: *América Latina, en la modernidad, fue sometida a un proceso de explotación. Hubo y existen aquí gentes que de alguna manera luchan por su supervivencia. Este proceso separó a los pueblos de la naturaleza, acción incorrecta que sirvió a la monetarización de aquello pasible de dominarse. Varias comunidades se formaron, y aún hoy viven ligadas a su territorio, muchas de ellas influenciadas por el proceso colonizador. Con base en la investigación de acción y de revisión de literatura, el presente trabajo pretende analizar el conflicto socioambiental en relación al agua, en 2017, en las comunidades de Correntina, bañadas por el Río Arrojado, oeste de Bahía, Cuenca del Río Corriente afluente del São Francisco. El agua significa soberanía, el conflicto en su entorno es una realidad en el mundo. La explotación de los recursos hídricos en Brasil generó desestructuración de comunidades enteras y expusieron a miles de personas al éxodo, miseria, sufrimiento y muerte. La Constitución garantiza el agua como un derecho fundamental. Además, es necesario reconocerla como recurso natural capaz de conectar al pueblo con su territorialidad. El caso de Correntina expuso el desastre causado por la omisión del estado, la injerencia del agronegocio en las instituciones, el avance colonizador sobre el Cerrado y el uso abusivo e indiscriminado del agua del Río Arrojado. Las amenazas contra los agricultores ribereños llevaron a la población del municipio a la experiencia concreta de la desobediencia civil -la destrucción de la “Fazendo Igarashi Curitiba” - motivados por el imperativo “prefiero morir en la bala que morir de sed”.*

PALABRAS-CLAVE: Desobediencia civil. Derecho al agua. Agroindustria. Correntina.

PROJETOS DE ASSENTAMENTO DO NORDESTE MATOGROSSENSE: A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A REFORMA AGRÁRIA

NORTHEAST MATOGROSSENSE SETTLING PROJECTS: THE EFFECTIVENESS OF PUBLIC POLICIES FOR AGRICULTURAL REFORM

Rosana Gomes da Rosa
Bruno Matias da Rosa Cardoso

RESUMO: A busca pela democratização do acesso à terra é o que deu origem e fomenta a manutenção do programa de reforma agrária no Brasil. Através da reforma agrária desde a década de 1970 foram criados diversos Projetos de Assentamento (PA's) no país. Somente o Estado do Mato Grosso conta, atualmente, com 549 registros de PA's, sendo 93 somente na Mesorregião do Nordeste Mato-grossense – composta por vinte e cinco municípios. E o que tem sido feito por essas famílias assentadas? Qual o compromisso das políticas públicas em atender e possibilitar a sobrevivência dos projetos de assentamento? O presente artigo tem por objetivo responder essas questões e apresentar dados que evidenciam a efetividade (ou inefetividade) das políticas públicas para atender os projetos de assentamento da mesorregião do Nordeste Mato-Grossense. Para a análise proposta foi realizada pesquisa bibliográfica com base em fontes secundárias, bem como utilizados métodos quali-quantitativos para determinar a (in) efetividade das políticas públicas para a reforma agrária na região pesquisada.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura; Cerrado; Cidadania.

ABSTRACT: *The search for democratization of access to land is what gave rise to and promotes the maintenance of the agrarian reform program in Brazil. Through the agrarian reform since the decade of 1970 several Settlement Projects (PA's) were created in the country. Only the State of Mato Grosso currently has 549 records of PAs, of which 93 are in the Meso-region of Northeast Mato Grosso - composed of twenty-five municipalities. And what has been done by these settled families? What is the commitment of public policies to meet and enable the survival of settlement projects? The objective of this article is to answer these questions and present data that demonstrate the effectiveness (or ineffectiveness) of public policies to meet the settlement projects of the Mato Grosso Mato Grosso region. For the proposed analysis, a bibliographic research was carried out based on secondary sources, as well as qualitative and quantitative methods used to determine the (in) effectiveness of public policies for agrarian reform in the region surveyed.*

KEYWORDS: *Agriculture; Thick; Citizenship.*

REFORMA AGRÁRIA E MEIO AMBIENTE: CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS SUSTENTÁVEIS À LUZ DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE

LAND REFORM AND ENVIRONMENT: CONSIDERATIONS ABOUT SUS-

TAINABLE SOCIAL AND ENVIRONMENTAL RELATIONS IN THE LIGHT OF THE SOCIAL FUNCTION OF THE PROPERTY

Emanuel Jeremias Ramalho da Silva

RESUMO: Inicialmente, para o estudo em tela adota-se o método qualitativo; assim como a aplicação do método histórico-comparativo. Quanto ao procedimento técnico, se dá através de pesquisa documental indireta; estruturada de maneira exploratória, tendo em vista a complexidade do tema proposto e todo o arcabouço legal e doutrinário a ser explorado para aproximar o objetivo geral do trabalho. O estudo tem por escopo ponderar sobre as perspectivas de políticas de reforma agrária como estratégia de crescimento socioambiental no campo, com seus pilares fundados no desenvolvimento sustentável – em seus aspectos econômicos, sociais e ambientais –, observando o princípio da função social da propriedade. Leva-se em consideração a feição de uma política agrária ampla de promoção dos ditames socioambientais como forma de mitigação dos efeitos danosos da realidade presente no campo brasileiro. Assim como a qualidade de uma reforma que privilegie o acesso democrático a propriedade (política fundiária), norteadas pelo princípio da função social; e de desenvolvimento sustentável para as comunidades camponesas, de modo a possibilitar um crescimento ambientalmente (no conceito de meio ambiente natural e do trabalho) desejável à luz da constituição. Esse conjunto leva em consideração, sobretudo, a atual – e primitiva – realidade no campo, dado o volume de conflitos – com base em publicação do MST (Movimento dos Trabalhadores Rural Sem Terra) - oriundos da disparidade de forças no campo, realidade desfavorável aos que se encontram à margem de políticas socioambientais constitucionalmente proclamadas.

PALAVRAS-CHAVE: Reforma agrária. Desenvolvimento socioambiental. Desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT: Initially, the on-screen study is based on the qualitative method; as well as the application of the historical-comparative method. As for the technical procedure, it is done through indirect documentary research; structured in an exploratory way, considering the complexity of the proposed theme and the whole legal and doctrinal framework to be explored to approximate the general objective of the work. The study aims to consider the perspectives of land reform policies as a strategy for social and environmental growth in the countryside, with its pillars based on sustainable development - in its economic, social and environmental aspects -, observing the principle of the social function of property. It takes into account the shape of a broad agrarian policy to promote socio-environmental dictates as a way to mitigate the damaging effects of the present reality in the Brazilian countryside. Just as the quality of a reform that privileges the democratic access to property

(land policy), guided by the principle of social function; and sustainable development for peasant communities, so as to enable environmental growth (in the concept of natural environment and work) desirable in the light of the constitution. This set takes into account, above all, the current - and primitive - reality in the field, given the volume of conflicts - based on the publication of the MST (Movement of the Landless Rural Workers) - resulting from the disparity of forces in the countryside, a reality unfavorable to which are on the margins of socially environmental policies that have been constitutionally proclaimed.

KEYWORDS: *Agrarian reform. Socio-environmental development. Sustainable development.*

REFORMA RURAL INTEGRAL – UM NOVO CAMPO COLOMBIANO

REFORMA RURAL INTEGRAL – UN NUEVO CAMPO COLOMBIANO

Laura Mendonça Chaveiro

RESUMO: A Reforma Rural Integral (RRI), prevista no Acordo de Paz entre o governo colombiano e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, visa alcançar uma grande mudança na realidade rural colombiana, erradicando a pobreza e a violência, promovendo a igualdade, assegurando o gozo dos direitos à cidadania e, como consequência, garantindo a não repetição do conflito. O presente trabalho busca analisar como será implementada a RRI na Colômbia e a possibilidade de uma verdadeira transformação estrutural no campo por meio das políticas de desenvolvimento agrário dispostas no Acordo. Será realizado, ainda, um quadro comparativo entre a Reforma Agrária Popular pretendida no Brasil e a Reforma Rural Integral colombiana.

PALAVRAS-CHAVE: Reforma Rural Integral. Conflito armado. Colômbia. Acordo de Paz.

RESUMEN: *La Reforma Rural Integral (RRI), prevista en el Acuerdo de Paz entre el gobierno colombiano y las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia, pretende alcanzar un gran cambio en la realidad rural colombiana, erradicando la pobreza y la violencia, promoviendo la igualdad, el goce de los derechos a la ciudadanía y, como consecuencia, garantizando la no repetición del conflicto. El presente trabajo busca analizar cómo se implementará la RRI en Colombia y la posibilidad de una verdadera transformación estructural en el campo a través de las políticas de desarrollo agrario dispuestas*

en el Acuerdo. Se realizará, además, un cuadro comparativo entre la Reforma Agraria Popular pretendida en Brasil y la Reforma Rural Integral colombiana.

PALABRAS-CLAVE: *Reforma Rural Integral. Conflicto armado. Colombia. Acuerdo de Paz.*

RESISTÊNCIA CAMPONESA E A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO TERRITÓRIO CAMPONÊS

PEASANT RESISTANCE AND THE HISTORICAL CONSTRUCTION OF THE PEASANT TERRITORY

Ariane Kalinne Lopes de Souza

RESUMO: Os povos camponeses são compostos por uma complexidade de teias sócio históricas que os compreende enquanto uma classe social em seu sentido político capaz de criar-se e recriar-se, e cuja história social reproduz um conceito próprio de vivência camponesa e modo de vida. Desde o início dos processos de colonização voltados para os interesses mercantilistas e posteriormente capitalistas, definiram a organização fundiária nacional e política de produção agrícola como monocultora e latifundiária, relegando ao povo camponês reproduzir-se socialmente através da ocupação marginal nos latifúndios e ilegalmente as terras devolutas. Contudo, através do processo de resistência do povo camponês se construiu territórios de pertencimento, construídos politicamente pela reivindicação de acesso a recursos básicos. O processo de territorialização do povo camponês é fundado na mobilização dos sujeitos em torno de uma política de identidade que desencadeiam no auto reconhecimento e na formação de novas territorialidades. O método utilizado na pesquisa é revisão comparada de bibliografia para a compreensão da construção do território camponês e de sua territorialidade no Brasil. Desta forma, o processo de ocupação do espaço territorial brasileiro é resultado de confrontos, migrações forçadas e reagrupamento ético de diversos povos, é nesse complexo contexto de ocupação que o território camponês surge, formado através da constituição e resistência cultural camponesa e da construção de sua territorialidade.

PALAVRAS-CHAVE: Campesinato. Território. Territorialidade. Resistência Camponesa.

ABSTRACT: *Peasant peoples are composed of a complex of socio-historical webs that understands them as a social class in its political sense capable of creating and re-creating itself, and whose social history reproduces a proper concept of peasant experience and way of life. From the beginning of the colonization processes directed to mercantilist and later capitalist interests, they defined the national land and political organization of agricultural production as monoculture and latifundia, relegating to the peasant people to reproduce socially through the marginal occupation in the latifúndios and illegally the vacant lands. However, through the process of resistance of the peasant people, territories of belonging were built, built politically by the demand for access to basic resources. The process of territorialization of the peasant people is based on the mobilization of the subjects around a politics of identity that trigger in the self-recognition and the formation of new territorialities. The method used in the research is a comparative review of bibliography for the understanding of the construction of peasant territory and its territoriality in Brazil. Thus, the process of occupation of the Brazilian territorial space is the result of confrontations, forced migrations and ethical regrouping of diverse peoples, it is in this complex contest of occupation that the peasant territory arises, formed through the constitution and peasant cultural resistance and the construction of its territoriality.*

KEYWORDS: *Peasantry. Territory. Territoriality. Peasant Resistance.*
